



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB  
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS – CAHL  
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

PAULO RICARDO BOSQUE DOS REIS

**A POLÍTICA CULTURAL ANTINEGRITUDE  
DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – MHN:  
CRIAÇÃO DO MHN E A EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO  
CENTENÁRIO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1922)**

CACHOEIRA  
2018

PAULO RICARDO BOSQUE DOS REIS

**A POLÍTICA CULTURAL ANTINEGRITUDE  
DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – MHN:  
CRIAÇÃO DO MHN E A EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO  
CENTENÁRIO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1922)**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do curso de Bacharelado em Museologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, sobre orientação da Profa. Patrícia Verônica Pereira dos Santos.

CACHOEIRA  
2018

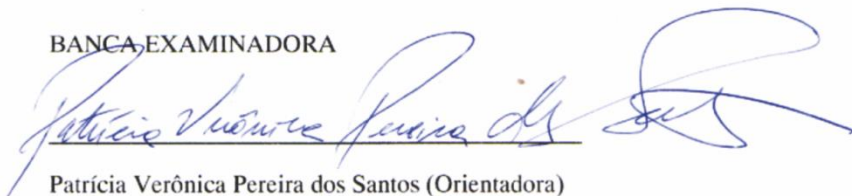
PAULO RICARDO BOSQUE DOS REIS

A POLÍTICA CULTURAL ANTINEGRITUDE  
DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – MHN:  
CRIAÇÃO DO MHN E A EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DO  
CENTENÁRIO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL (1822 – 1922)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em  
Museologia, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em Museologia

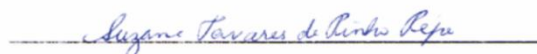
Aprovado em 28 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Patrícia Verônica Pereira dos Santos (Orientadora)

Mestra em História Social pela Universidade Federal da Bahia  
Centro de Artes Humanidades e Letras – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Suzane Tavares de Pinho Pêpe

Doutora em Estudos Étnicos e Africanos – CEAO - Universidade Federal da Bahia  
Centro de Artes Humanidades e Letras – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Ronaldo Crispim Sena Barros

Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.  
Centro de Formação de Professores – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

## DEDICATÓRIA

“Não há nada melhor do que a adversidade. Cada derrota, cada mágoa, cada perda, contém sua própria semente, sua própria lição de como melhorar seu desempenho na próxima vez.” Malcolm X.

Chegamos à conclusão de um grande ciclo, e digo em coletivo porque essa vitória não é só minha. As lutas, desafios e barreiras superadas ao longo desses anos não foram poucas e nem somente vencidas sozinhas. O princípio africano *Ubuntu* “Eu sou porque nós somos” nunca foi tão verdade como agora. E para tornar pública a vitória dessa importante etapa. Muitas pessoas foram importantes nesse longo trajeto, sem vocês eu nada seria! Agradeço primeiramente à minha mãe, Dona Maria do Carmo Sampaio Bosque, por estar sempre ao meu lado mesmo que discordasse ou eu estivesse errado. Aos companheiros(as) do Movimento Estudantil (Casa de Estudantes Peixes do Paraguaçu, Casa de Estudantes Ademir Fernando, Coletivo Acadêmico de Museologia - CAMUS e ao Coletivo Central Estudantil da Federal do Recôncavo - CCE UFRB, gestão Motirô) meus primeiros passos para a luta, do Movimento Negro (Núcleo Akofena – NNNE Núcleo de Negras e Negros Estudantes da UFRB e ao Movimento Negro Unificado - MNU) por ser o espaço mais acolhedor, parceria forte pro-que-der-e-vier e contributivo na minha formação quanto sujeito negro consciente, do Movimento Anarquista (Coletivo Anarquista Ademir Fernando - CAAF e o Fórum Anarquista Especificista da Bahia FAE) pela crítica honesta à sociedade e ao poder. Faço também especial menção às pessoas maravilhosas que são os(as) funcionários(as) terceirizados(as) da UFRB e ao Povo do Recôncavo a quem muito devo e me orgulho de conhecer. Dedico aos membros da banca de defesa (orientadora Patrícia Verônica Pereira dos Santos, a integrante interna do curso de Museologia, Suzane Tavares de Pinho Pêpe e ao convidado externo Ronaldo Crispim Sena Barros) deste trabalho monográfico, por sua notável disposição mesmo com um conjunto enorme de contratemplos. Há outras pessoas que não fazem parte das categorias acima mencionadas e que também sabem que foram cruciais nesse percurso. Agradeço por fim às Forças Superiores na figura do meu pai Oxalá. Sinto de todos vocês um profundo sentimento de agradecimento por tudo! Meu maior patrimônio é o privilégio da presença de vocês em minha vida!

## RESUMO

O presente trabalho busca investigar o surgimento e desdobramentos de um dos mais influentes equipamentos culturais do Brasil, o Museu Histórico Nacional (MHN) e sua primeira exposição, a Exposição Internacional do Centenário de Independência do Brasil, a maior e mais ambiciosa exposição brasileira da história do país. Discorrendo sobre ambos ao tange sobre estudos de raça/etnia/desigualdades (quanto crítica social e histórica). O MHN foi, como tantos outros museus (com ênfase aos de dimensão nacional), concebido como ferramenta da hoje denominada Política Cultural e da Política da Memória. O período histórico compreende o início da República (1889), com ênfase na fundação do museu no ano de 1922 e a Exposição Internacional do Centenário de Independência do Brasil (1922-1923) se debruçando até o fim do Estado Novo (1946), mais conhecida como Era Vargas. O estudo tem por objetivo investigar como o MHN refletiu significativamente a formulação da identidade nacional brasileira no que se refere ao apagamento existencial da participação do povo negro (tanto quanto coletividade sociocultural e quanto resistência aos processos coloniais) desse exercício de contar a história da formação dessa nação. A elite intelectual decretou quanto agenda de urgência a reprodução dos processos históricos ocorridos ao longo dos séculos da constituição dos estado-nações europeus, de tal maneira a buscar executá-los de artificial e em poucas décadas no Brasil. Acreditavam a elite intelectual e a elite política, serem capazes de fazer o país sair da condição de ex-colônia inexpressiva no cenário internacional para se equiparar a uma potência europeia ‘tropical’. A mentalidade nacionalista brasileira definiu como de suma importância a preservação da cultura material dos povos que originaram a população deste território, e o local de salvaguarda dessa memória meticulosamente selecionada, e logo, não fidedigna de mostrar ambos os lados dos conflitos históricos internos, são os grandes museus. Quanto a área da museologia, o estudo direciona-se à Comunicação Museológica e da Teoria Museológica. O método científico empregado predominante é o indutivo, através da reflexão analítica das exposições e acervos, dialogando bibliografia e contexto geopolítico, documentos que fazem referência direta a criação e desenvolvimento da instituição MHN e a construção de seus acervos, além de registros fotográficos. Caminhando através da teoria e da reflexão crítica sobre uma ótica racializada.

Palavras-Chave: Crítica Racial. Teoria Museológica. Museu Histórico Nacional – MHN. Museologia Brasileira. Anticolonização.

## LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Capa da terceira edição do Livro Dalit \_\_\_\_\_ pág. 39
- Figura 2 - Fachada do Museu Histórico Nacional \_\_\_\_\_ pág. 60
- Figura 3 - Centenária da Independência do Brasil \_\_\_\_\_ pág. 78
- Figura 4 - Medalha da Exposição Internacional do Centenário da Independência\_\_\_\_ pág. 79
- Figura 5 - A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO 1822 – 1889 \_\_\_\_\_ pág. 94

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	01
CAPÍTULO I – O MASSACRE RACIAL - A BATALHA PELO PODER DA MEMÓRIA - APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO .....	04
1.1 Noções básicas da Pesquisa e Método Científico (Metodologia) .....	05
1.2 Processo de escolha e elaboração de tema .....	12
1.3 Patrimônio e Museu como Tecnologia de Poder .....	16
1.4 Política Cultural e Política da Memória .....	23
1.5 Estado Nação, Nacionalismo e Identidade Nacional .....	26
1.6 Um projeto de Controle – Aculturação e Epistemicídio .....	29
1.7 Um projeto de Extermínio – Racismo e A Antinegitude.....	32
CAPÍTULO II: O GENOCÍDIO NEGRO, O NACIONALISMO BRANCO E O MUSEU NACIONAL .....	47
2.1 O Genocídio do Povo Negro, a Nação e o Museu .....	47
2.2 A Ação Integralista Brasileira (AIB) - o ultranacionalismo verde-amarelo .....	51
2.3 O Museu Nacional – Os Grandes Monumentos dos Estado-Nações .....	57
2.3.1 Uma breve menção – O Nazismo e seu Museu Nacional – Hauns Der Kunst .....	58
CAPÍTULO III: O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL – MHN .....	60
3.1 Um projeto de poder - Contexto histórico, surgimento e motivações de criação .....	61
3.2 A Comemoração do Centenário de Independência (1822 – 1922) .....	78
3.3 Crítica da Época – Uma voz negra Subarbana - Lima Barreto .....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	93
REFERÊNCIAS .....	96

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é contributivo para pesquisas de reconhecimento da participação e a capacidade de resistência dos povos negros na África e na Diáspora<sup>1</sup>, diante de um projeto de regime colonial genocida de séculos de subalternização em todos os cantos do planeta. Colocando as cartas a mesa sobre as contradições da política cultural dos museus tradicionais que continuam a produzir ‘um branco apagamento’ da memória desse território sobre a ótica de participação e resistência desses povos.

As questões abaixo apresentadas desafiam toda e qualquer pessoa à reflexão sobre que papel dado, imposto, ao ser Negro na formação da memória nacional, em especial a memória constituída através dos espaços museológicos, que exercem forte mediação dessa memória coletiva, social, institucional e tida como o oficial por parte dos governos de seus respectivos países.

Os museus nacionais são tradicionalmente as maiores entidades museais dos seus respectivos países e por consequência do mundo. Nascidos no auge da dominação territorial, cultural e econômica pelos hoje denominados países-metrópoles (em sua grande maioria países europeus) sobre países-colônia (em sua grande maioria países dos continentes da África e da América). Esse reduzido número de nações-metrópoles, também possíveis de serem denominadas de nações-impérios, formaram os estados mais poderosos e agressivamente intervencionistas do planeta do século XIX, e se encontravam nessa época em situação decisiva para a consolidação de suas respectivas divisas físicas e unidades identitárias nacionalistas, e muito dos benefícios obtidos dessa perpetuam se perpetuam até a atualidade.

---

<sup>1</sup> Diáspora Africana ou simplesmente Diáspora é uma expressão comum das Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas no que se refere ao processo de sequestro em massa de pessoas nativas da África, cometido por, ou a mando, dos colonizadores europeus. Ao longo de quatro séculos, se denominou tal regime de escravidão/escravatura, no Brasil perdurou da colonização até o último ano do Brasil Império (1888), o último país do planeta a abolir a escravidão. Em que mais de 20 milhões de pessoas foram transportadas através de navios (denominados de navios negreiros) a cruzarem o oceano Atlântico. Metade dessas pessoas foram mortas, seja logo após o embarque, durante a longa e cruel travessia marítima, ou no instante que desembarcavam por serem consideradas não mais aptas aos trabalhos forçados (a razão desses sequestros).



Assim sendo, a ‘tipologia’<sup>2</sup> museu nacional é sem sombra de dúvidas fruto de sua época e contexto macro político, um monumento da memória seletiva que centralizada em si a função de reduto do que há de mais importante da ‘alma manifesta’ (entenda-se, patrimônio nacional) de todos os povos que acreditam, ou foram ensinados a acreditar, possuir uma mesma igualdade de cidadania nacional.

Para citar alguns dos mais famosos museus nacionais espalhados pelo mundo: O *Musée du Louvre* - Museu do Louvre (França), *British Museum* - Museu Britânico (Inglaterra), *Rijksmuseum* - Museu Nacional (Países Baixos), Museu e Memorial da Primeira Guerra Mundial, anteriormente denominado de Museu do Memorial da Liberdade (EUA), *Museo Nacional del Prado* - Museu Nacional do Prado (Espanha), *Museo Archeologico Nazionale di Napoli* - Museu Arqueológico Nacional de Nápoles (Itália), Государственный Русский музей - Museu Russo (Rússia), Museu Nacional de Arte Antiga (Portugal), Tōkyō Kokuritsu Hakubutsukan - Museu Nacional de Tóquio (Japão), *Germanisches Nationalmuseum* - Museu Nacional Germânico (Alemanha), *Topkapı Sarayı* - Museu do Palácio de Topkapı (Turquia), *Koninklijk Museum voor Midden* - Museu Real da África Central (Bélgica), *Εθνικό Αρχαιολογικό Μουσείο* - Museu Arqueológico Nacional de Atenas (Grécia) e *Hénan Bówùyùàn* – Museu ‘Nacional’<sup>3</sup> Provincial de Henan (China).

No Brasil, o museu que melhor reflete esse referencial de monumentalidade e um projeto nacional de identidade é o MHN - Museu Histórico Nacional, fundado em 1922 como parte central da comemoração do centenário de independência do Brasil, ao qual é objeto de estudo deste trabalho monográfico.

Estes e tantos outros museus nacionais são fundamentais para os estudos da Museologia e de sua incontestável importância na grande área das Humanas<sup>4</sup>, podendo sua época de auge ser denominada como a ‘era de ouro’<sup>5</sup> dos museus. Era de grande destaque da

---

<sup>2</sup> Museu Nacional quanto uma tipologia de designação para museus de caráter federal/nacional, que admite não ter encontrado uma literatura teórica do campo museológico que reconheça museu nacional quanto um tipo próprio e específico de museu.

<sup>3</sup> Ele foi durante um curto período oficialmente considerado um museu nacional, mas foi o primeiro museu a receber tal categoria na China.

<sup>4</sup> Humanas aqui é um termo usual não-oficial para as Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.

<sup>5</sup> As expressões Era, Idade, Período ou Século de ouro/áureo/dourado é uma expressão comum para se designar um período histórico que demarca auge ou de maior efervescência. Por exemplo, a Era de Ouro da Pirataria é apontada entre os séculos XVII e XVIII por muitos historiadores.

entidade Museu, lançada a nível transcontinental como uma forte ferramenta identitária dos povos, parâmetro de poder e se tornando peça central da política cultural que mudou o eixo da política mundial e desenhou mutuamente a sociedade global e os conflitos nacionais como hoje as conhecemos.

Diante das primeiras palavras acima descritas, muitas perguntas surgem. Qual o papel social desempenhado do MHN no contexto de seu surgimento e no Estado Novo? A que interesses O MHN atendia? O que pensavam seus criadores e apoiadores políticos? Que narrativa histórica esse poderoso equipamento cultural produziu? Em especial, o que é contado do período colonial-escravagista e do povo negro em si, mundo afora? Que papel a museologia no Brasil cumpriu diante de tão devastadora e comprovada colonização? Na busca por respostas (ainda que não conclusivas e muito menos definitivas) às perguntas acima feitas e a tantas outras inquietações correlatas que surgem quando unimos três conceitos-chaves que fundamentam a razão de existir deste trabalho: O povo negro no Brasil, a política cultural antinegra e o Museu Histórico Nacional - MHN quanto exemplar brasileiro de um museu de pretensões nacionalistas.

Estas inquietantes questões se colocam à mesa da Museologia Brasileira, que até o presente momento ainda dá seus primeiros e tímidos passos frente à temática racial deste vasto território. País este com a terceira maior população negra do planeta<sup>6</sup>, e população essa que representa mais de 50%<sup>7</sup> do seu total, e que vem aumentando gradativamente fruto de uma mudança de mentalidade que busca a valorização e a importância do reconhecimento da identidade negra, em que corpos negros produzem política também, desvelando o que os antropólogos e sociólogos denominam hoje de mito da Democracia Racial.

---

<sup>6</sup> Atualmente, primeiro país do mundo em número total de negros é a Índia (Ásia), segundo dados do Senso da Índia, a soma de *Dalits*, *Sudras*, *Siddis*, *Adivasi* dentre outras minorias, representam aprox. 300 milhões de habitantes. Hoje, o termo correto é *Scheduled Castes* (SCs) and *Scheduled Tribes* (STs), cuja tradução livre é “Castas e Tribos Desfavorecidas”. Os SCs e STs descendem dos grupos étnicos das primeiras populações a ocupar o território, em especial os dravidianos, de pele notavelmente escura. Dados do Senso Demográfico da Índia disponível em: < <http://www.censusindia.gov.in/>>. Acesso em 08 Mar 2018. O segundo país é a Nigéria (África), com uma população total de aprox. 174 milhões. Dados do Senso Demográfico da Nigéria disponível em: < <http://population.gov.ng/>>. Acesso em 12 Mar 2018.

<sup>7</sup> 50,94% da população negra (Pretos + Pardos), Censo demográfico do Brasil de 2010, produzido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dados do Senso Demográfico do Brasil disponível em: < <https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 08 Mar 2018.

## **CAPÍTULO I – O MASSACRE RACIAL - A BATALHA PELO PODER DA MEMÓRIA - APORTE TEÓRICO E METODOLÓGICO**

Faz-se necessária a apresentação dos conceitos, teorias e métodos analíticos aqui empregados, a fim de tornar compreensíveis as correlações de causa-e-efeito para um entendimento completo desta monografia.

Antecipadamente se deixa explícito também que este trabalho busca ser o mais didático, a inclusive ‘cortejar’ o método de Paulo Freire<sup>8</sup>, o método freiriano (1960)<sup>9</sup> no que se refere a trazer exemplificações que dialogue tanto com noções básicas comuns sobre o universo das discussões referentes à raça/racismo, quanto do universo da área de conhecimento da Museologia. Essa busca pela interdisciplinaridade vocabular e conceitual se denomina nos estudos freirianos de ‘ABC do Método’, ou ‘Pesquisa do Universo Vocabular’, ou mais conhecido por pedagogia do oprimido (BRANDÃO, 1983, p.9).

Visa-se assim tornar a prática da escrita mais leve, propositiva, a se fazer entender sem os riscos típicos de uma produção cansativa, exaustiva e acima de tudo, presa numa ‘espiral hermenêutica’ de expressões e conceitos complexos que se presume ser de conhecimento prévio (capital de conhecimento) de quem quer que venha a ler.

---

<sup>8</sup> Paulo Reglus Neves Freire, mais conhecido como Paulo Freire, nasceu em Recife/PE, 19 de setembro de 1921 e faleceu em São Paulo/SP, 2 de maio de 1997. Foi um educador, professor, pedagogo e filósofo brasileiro. É um dos pensadores mais notáveis autores da pedagogia mundial, sendo um representante e teórico mais famoso da pedagogia crítica. É também o Patrono da Educação Brasileira. Freire ganhou 41 títulos de doutor honoris causa de universidades como Harvard, Cambridge e Oxford.

<sup>9</sup> O método freiriano “Pedagogia do Oprimido” nasceu em 1960 enquanto Paulo Freire co-fundou o Movimento de Cultura Popular - MCP, em Recife/PE. Aplicou três anos depois seu método de alfabetização para adulto em janeiro de 1963, no município de Angicos, Rio Grande do Norte. Em 45 dias, Freire alfabetizou 300 trabalhadores. Depois essa experiência, Freire foi convidado pelo então presidente João Goulart para organizar o Plano Nacional de Alfabetização.

## 1.1 NOÇÕES BÁSICAS DA PESQUISA E MÉTODO CIENTÍFICO (METODOLOGIA)

Partimos de princípios apresentados por um clássico da literatura acadêmica no Brasil “Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica”, do autor Franz Victor Rudio (1990)<sup>10</sup>. O autor elucida questões fundamentais sobre conceitos básicos aqui empregados. Começamos por sua apresentação sobre o que é Fato:

A realidade empírica se revela a nós por meio de fatos. Este termo - <<fato>> - possui diversos significados. Nós o usaremos para indicar qualquer coisa que existe na realidade. Assim, por exemplo, este livro é um fato. Mas, também, é um fato que o leitor está lendo este livro. As palavras que se encontram escritas neste livro são fatos. Mas não são fatos as idéias que elas contêm, pois não existem na realidade. Quando o leitor, vendo as palavras, age mentalmente para transformá-las em idéias, a ação que está realizando, de elaboração mental, torna-se um fato... [...]

[...] Utiliza-se frequentemente a expressão <<isto é um fato>> para se afirmar que algo é verdadeiro. Ora, na ciência um fato não é falso e nem verdadeiro: ele é simplesmente o que é. Não tem sentido, por exemplo, alguém dizer que é falso ou verdadeiro, o fato de que a água do mar é salgada. Ou que, no entanto, pode estar certo ou errado é o conhecimento ou a interpretação que alguém tem de um fato, p. ex.. supondo que a água do mar era doce quando, realmente é salgada [...] (RUDIO, 1990, p.110).

Em seguida o autor nos apresenta o conceito do Fenômeno:

A preocupação da ciência gira em torno de fenômenos empíricos. Para alguns o termo <<fenômeno>> indica apenas um sinônimo para <<fato>>. Entretanto, pode-se estabelecer uma distinção, dizendo-se que <<fenômeno>> é o fato, tal como é percebido por alguém. Os fatos acontecem na realidade independente de haver ou não quem os conheça. Mas quando existe um observador, a percepção que este tem do fato é que se chama fenômeno. Pessoas diversas podem observar, no mesmo fato, fenômenos diferentes” (RUDIO, 1990, p. 11).

A obra nos leva ao cuidado em relação à noção de verdade (denominada aqui de fato), partindo da ideia de que há distinção entre a verdade e a percepção desta, percepção esta aqui denominada por fenômeno. Assim sendo, sobre o fato, podemos constituir uma analogia correlacionando a uma joia multifacetada, em que cada uma de suas facetas que a constitui é uma perspectiva, os fenômenos, que pode ser lida.

Registremos também que é tão importante a verificação da ausência de dados fenômenos quanto à presença desses, constituindo assim um maior entendimento do fato,

---

<sup>10</sup> Foi psicoterapeuta, dedicado ao estudo nas áreas de Psicologia e Educação. Natural do Estado do Espírito Santo. Por mais de três décadas lecionou, em nível de graduação e pós-graduação, em diversos lugares, como Vitória, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo. O livro – Introdução ao projeto de pesquisa científica – é sua obra mais conhecida, já ultrapassando sua 40ª edição.

excluindo agentes comprovadamente ausentes ou insignificantes para serem relevados no estudo daquele fenômeno. Diante de uma quantidade não contável de facetas dessa joia. Exemplificando as facetas do fato museu<sup>11</sup>, podemos estudar sobre tal fato como um conjunto de fenômenos: jurídico (efeitos da legislação e legalidade em sua criação, cumprimento das regras para contratação de pessoal, serviços, compra de materiais e afins), fisiológico (efeitos bioquímicos causados nas pessoas ao interagir com o museu: sua estrutura, mediadores[as], acervo e cenografia), psicológico (efeitos na percepção e sensações causadas nas pessoas ao interagir com o museu: sua estrutura, mediadores[as], acervo e cenografia), sociológico (efeitos na comunidade em torno e na sociedade de forma mais abrangente), econômico (efeitos no valor especulativo-imobiliário da região entorno, os impactos do salário ao quadro de funcionários da instituição), político (efeitos nas disputas de poder e dos agentes de influência), urbanístico (efeitos da influência e diálogo da arquitetura do museu em relação a outras construções) e etc. Entretanto, nunca teremos uma perspectiva absoluta (de todas as possibilidades) e definitiva sobre qualquer fato. Porém, sempre há a possibilidade de se haver uma percepção aguçada e o mais verossímil possível de sua forma real (RUDIO, 1990, p.11-12).

O autor continua a apresentar a capacidade de constituir mecanismos de verificação (método) sobre os principais fenômenos observáveis do fato, de se debruçar em buscar entender através do geral (dedução, que parte do geral para o específico) e do específico (indução, que parte do específico para se chegar a um panorama geral), se denomina por fazer ciência, ou por se fazer uma pesquisa científica.

A pesquisa científica, afirma Rudio, tem por finalidade o aporte para o estudo da presença ou ausência de um determinado fenômeno, ou então para se debruçar (confirmação, contestação ou mesmo negação) sobre a literatura científica já existente sobre os fenômenos, para melhor compreendê-lo (descrição, sua natureza, seus efeitos...). Porém, a ciência normalmente não se destina a princípio no estudo de um único fenômeno, mas a de buscar a correlação entre este com outros ou diretamente dentre estes. E isso se dá diante de um fato: Todos os fenômenos tem alguma interligação, não existem independentes e muito menos completamente isolados, os fenômenos se conectam, interagem, alguns tão intimamente que

---

<sup>11</sup> O termo 'fato museu' aqui empregado é uma expressão síntese que admite que todo museu é um fato, a convergência de um conjunto de fenômenos interligados que o tornam sua realidade incontestável, não sendo ele algo suposto, hipotético, mas um acontecimento, uma ocorrência comprovada.

se assemelham aos tecidos de um mesmo órgão, e órgãos de um sistema, e por fim, sistemas que constituem um organismo.

Outro princípio básico da pesquisa científica é que a mesma além do estudo dos fatos e fenômenos, possui a percepção de uma terceira parte mais básica. Se fôssemos fazer uma exemplificação partindo dos campos da química e física mais básicas (conceitos presentes em nossa educação geral no ensino médio), podemos dizer que uma substância é o fato (ex.: água), fenômenos seriam seus elementos químicos que a compõe (ex.: átomos de hidrogênio e oxigênio formam a água H<sub>2</sub>O), e a composição de cada fenômeno se dá o nome de causa (ex.: as partículas elementares de elétrons, prótons e nêutrons em diferentes quantidades formam os átomos de hidrogênio e oxigênio). “Na ciência não se espera que uma causa, sozinha, seja suficiente para produzir fenômenos”.

Assim sendo, um único fenômeno pode ter uma quantidade inimaginável de causas que o fazem ocorrerem. Concluindo-se assim que se torna possível que um mesmo fato já exaustivamente pesquisado em séculos possa ter ainda fenômenos e os fenômenos pesquisados deste mesmo fato possa ainda existir causas não investigadas que podem trazer novas descobertas e mudar inclusive toda a literatura científica já produzida sobre aquele fato.

Entre os principais tipos de causas, podemos avaliar:

- I. Causa necessária – É a causa que sem ela o fenômeno não pode ser produzido;
- II. Causa suficiente – É a causa que inevitavelmente produz o fenômeno;
- III. Causa contribuinte – É a causa que aumenta a probabilidade do fenômeno ocorrer;
- IV. Causa contingente – É a causa que dá as condições da ocorrência da contribuinte;
- V. Causa alternativa – É a diversidade de causas contribuintes que tornam provável o fenômeno.

Exemplificando, peguemos o fato da pessoa racista no Brasil, o indivíduo que pratica a discriminação contra pessoas negras. Utilizando a literatura e entrevistas dos seguintes autores(as): Sueli Carneiro (2005), *Kabengele Munanga* (2003, 2012), *V.T. Rajshekhar* (1987), Boa Ventura de Souza Santos (2010), *Michael Walter* (1995), Abdias do Nascimento (1978), com base nos(as) autores(as) citados(as), façamos uma rápida avaliação de causas relacionadas ao seu surgimento:

- I. **É causa necessária**, para existir o racista que exista o racismo quanto fato social, racismo quanto uma discriminação estrutural e estruturante no Brasil. O racismo é

uma discriminação específica, pois organiza a sociedade em todas suas dimensões, sendo não somente o uso de expressões de cunho racista, como macaco, carvão, como principalmente o processo de exclusão econômico-social que resulta numa condição profundamente desigual entre pessoas brancas e negras numa mesma sociedade;

- II. **É causa suficiente**, que este indivíduo pratique o racismo. Já que é requisito que a discriminação de base racial seja de alguma maneira manifesta, expressada, materializada para se caracterizar o crime. Sem que aja algum elemento, mesmo que discursivo, não há como se alegar que o indivíduo seja racista;
- III. **É causa contribuinte**, que este indivíduo passe por uma educação-formação racista, que o faça menosprezar, diminuir, ridicularizar e odiar pessoas negras e tudo diretamente ou indiretamente correlacionado ao universo africano, isso é causa suficiente porque é comprovado que não há qualquer elemento natural, biológico que determine automaticamente que alguém venha a ser racista, não se nasce racista, aprende-se a ser racista;
- IV. **É causa contingente**, que este indivíduo pertença a uma família de origem da imigração europeia ocorrida no fim do século XIX até primeira metade do século XX, ou mesmo filho de estrangeiros europeus (países de maioria branca), que se estabeleceram recentemente no país. Já que famílias eurodescendentes com maior tempo no Brasil tendem a ser mais miscigenados;
- V. **É causa alternativa**, residir em uma comunidade em que negros somente exerçam, decorrente do racismo, trabalhos desprestigiados e subalternizados, como porteiro, empregada doméstica, diarista, serviços gerais, vigia, segurança, motorista, babá, gari dentre outros. Fazendo com que uma pessoa de fato acredite que estes papéis são naturalmente destinados às pessoas negras. Enquanto, aos brancos são destinadas funções de liderança e altamente disputadas, tais como patrão, empresário, médico, advogado, engenheiro e afins, e logo, são esses os empregos naturais para pessoas brancas.

Apesar de breves, os exemplos acima apresentados de diferentes tipos de causas desenham como os processos de massificação do racismo possuem um caráter propagandista a dominar o cotidiano social. A prática racista é engessada, sair de seu roteiro causa para muitas pessoas um estranhamento e em alguns casos até uma resistência de não aceite, tão

introjetada nas massas, inclusive dentre o próprio recorte populacional vítima dos processos do racismo estrutural, que acaba por se alojar em ações não pensadas, sendo exercida a ação racista de maneira espontânea em alguns momentos. Algo naturalizado como se assim sempre fossem as relações entre pessoas socialmente lidas de raças distintas.

Tratando de um tema transversal central desta monografia, o racismo, quanto a sua ocorrência social secular é um fato com vasta literatura científica. Há sobre ela muitos relatos escritos e orais, vestígios arqueológicos e documentais, porém, destrinchar suas implicações e dimensões, para que se possa melhor compreendê-lo e logo mais eficientemente combatê-lo, requer estudá-lo com afinco e disciplina.

Diante que no Brasil existe o fato social do racismo desde a invasão deste território no século XVI por parte dos portugueses, espanhóis e posteriormente por outros países europeus, podemos afirmar que o racismo é parte da cultura desse país de tal maneira que dá origem a centenas ou milhares de fenômenos, presente nas relações pessoa-a-pessoa, coletivas, econômicas, até fundantes do próprio do próprio estado brasileiro.

Quanto a sua condição de fato social, é necessária a compreensão desse tipo particular de fato. Usaremos para a compreensão desse elemento o intelectual francês *Émile Durkheim*<sup>12</sup>. Em seu capítulo introdutório, o autor nos apresenta sua concepção de fato social:

Eis portanto uma ordem de fatos que apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele. Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e ações; nem com fenômenos psíquicos, os quais só tem existência consciência individual e através dela. Esses fatos constituem portanto uma espécie nova, e é a eles que deve ser dada e reservada a qualificação de sociais. Essa qualificação lhes convém; pois é claro que, não tendo o indivíduo substrato, eles não podem ter outro senão a sociedade; seja a sociedade política em seu conjunto, seja um dos grupos parciais que ela encerra; confissões religiosas, escolas políticas, literárias, corporações profissionais, etc. (*DURKHEIM*, 2007, p. 3-4)

E diante de que instituições, entidades, não são frutos de forças da natureza, mas de processos sociais, criação de pessoas e de outras instituições e entidades. Assim sendo, como não avaliar que os museus, principalmente os museus nacionais, não tenham desde sua concepção, também elementos desse fato social denominado racismo?

---

<sup>12</sup> David Émile Durkheim, nasceu em 15 de abril de 1858 e faleceu em 15 de novembro de 1917. Foi um sociólogo, antropólogo, cientista político, psicólogo social e filósofo francês. Considerado como um dos pais da disciplina acadêmica da sociologia e, com Karl Marx e Max Weber, é comumente citado como um dos três autores fundadores da sociologia moderna.



Rudio também nos traz mais elementos pertinentes fundamentais do método de pesquisa científica, ao afirmar que o trabalho de pesquisa não é de natureza mecânica, dura, a mera ação de soma ou comparativo, mas requer do pesquisador “imaginação criadora e iniciativa individual”. Porém, também nos alerta que a “ciência de fazer ciência” não é um exercício feito ao acaso, dominado pelo caos em que só é compreendido pelo autor que o produza, requer a aplicação de procedimentos, disciplinas determinadas, enfim, deve ser inteligível. Essencialmente o mais simples, preciso, completo e verificável possível.

Além de Rudio, usaremos o livro das autoras Eva Maria Lakatos e Marina de Andrade Marconi - Fundamentos de metodologia científica (2003).

Quanto à metodologia utilizada no presente trabalho, em razão da confluência de técnicas para a análise do objeto de estudo, destacamos que esta não se restringir a nenhum dos métodos clássicos, que são eles:

- I. **Método Indutivo** – Uma pesquisa ascendente, ou seja, partindo do micro (fenômeno – a exemplo de uma prática racista) para o macro (fato – a exemplo do racismo). Através da avaliação de fenômenos particulares (já reconhecidos) para ver correlações dentre eles, para chegar numa generalização (fato);
- II. **Método Dedutivo** – Uma pesquisa descendente, ou seja, partindo do macro (fato) para o micro (fenômeno). Através de uma premissa geral (fato) já cientificamente comprovada, para avaliar uma segunda premissa mais específica (fenômeno), assim apresentando uma constatação;
- III. **Método Dialético** – Uma pesquisa horizontal ou elementar, ou seja, desfaz premissas e se coloca no papel de averiguação dos fenômenos partindo do ponto mais elementar e empírico possível (as causas). Buscando identificar os processos, os conflitos, as incongruências e as dinâmicas. Em especial se apresenta na formulação de uma tese e uma antítese, se chegando à síntese como conclusão;
- IV. **Método Sistemático** – Uma pesquisa que pode ser tanto ascendente quanto descendente. Foca no estudo de um sistema (fato ou conjunto de fatos), sendo este formado por um conjunto de elementos (fatos ou fenômenos), ou mesmo o estudo de um elemento (fato ou fenômeno) específico avaliando sua participação no sistema;
- V. **Método Hipotético-Dedutivo** – Uma pesquisa de caráter experimental. Visa testar hipóteses que busquem responder aos problemas iniciais apresentados.

Se as hipóteses se revelam inconsistentes ou refutadas, se assume a recomeço da investigação. Se as hipóteses se comprovam, se conclui a investigação.

Considerando o exposto acima, a metodologia para o desenvolvimento desta monografia se deu através de combinados elementos metodológicos acima descritos. Porém, há uma notável presença dos seguintes métodos que merecem detalhamento:

Método Indutivo – Ao fazermos a investigação das mais importantes sujeitos e organizações (partidos políticos, organizações, entidades, movimentos e afins) direta ou indiretamente envolvidas na criação do Museu Histórico Nacional e da Exposição Internacional do Centenário de Independência que constroem, ao serem reunidas, um panorama geral;

Método Dedutivo - Ao reconhecermos o racismo como um fato geral, que perpassar todas as relações individuais e coletivas dessa sociedade, e logo, estar presente em diversas dimensões e intensidades. Logo, o racismo estrutural é um fato macro e sua influência latente na criação do Museu Histórico Nacional e na Exposição Internacional do Centenário de Independência são elementos (fenômenos) micros desencadeados por este.

No que se refere às principais correntes teóricas trabalhadas, a primeira se refere ao olhar crítico proposto do museu social e da sociomuseologia (denominado na época de museu integral, tendo esta seu manifesto ocorrido na Mesa Redonda de Santiago do Chile (maio de 1972) onde se lançou os alicerces deste importante movimento dentro do universo dos museus.

Como aponta José do Nascimento Junior<sup>13</sup> no livro comemorativo dos 40 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1ª Edição, Brasília, 2012):

A cultura permite aos grupos compartilhar valores humanos, criar novas formas de entender a sociedade, e explorar possibilidades e soluções para o futuro. Se entendemos o papel do museu como um parceiro e companheiro da comunidade sempre em construção, aberto a novas memórias, um lugar que nos inspira, então acreditamos que a gestão dos museus deve ser investigada, discutida e continuamente explorada e expressa, com o objetivo de mantê-la atualizada e estruturada com a dinâmica do mundo, e a

---

<sup>13</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1989) e graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1994) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). foi Diretor do departamento de museus do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presidente do IBRAM-Instituto Brasileiro de Museus. Presidente do Programa IBERMUSEUS. Presidente do SBM-Sistema Brasileiro de Museus. Atualmente Doutorando em Museologia e Patrimônio (UNIRIO/MAST).

consequente conversão do museu no teto que protege a nossa memória. (NASCIMENTO JR., 2012, p.101).

Dessa maneira, a Museologia, enquanto campo de estudo, dá um salto qualitativo pela compreensão de seus agentes, passando a ter ‘autoconsciência’ de sua responsabilidade social e de melhor delinear os conflitos da disputa pela cultura ao qual é tema central de sua própria existência (patrimônio quanto manifestação de uma cultura), sendo esta fundamental para uma mudança concreta da sociedade e das mentalidades. A própria cultura se torna um aparato educacional e de solução, este último de enorme relevância para os estudos de superação de discriminações e preconceitos (a exemplo do racismo), já que são transmitidos tal como uma visão de mundo.

Considerando a amplitude do tema, na sustentação teórica necessária para a realização desta pesquisa, há também o reconhecimento da crítica existente na denominada - História vista de baixo - corrente historiográfica surgida na Inglaterra, tendo como grandes autores historiadores como *E. P. Thompson*<sup>14</sup>, *Christopher Hill*<sup>15</sup>, *Natalie Zemon Davis*<sup>16</sup>. Empregando ao ao contexto brasileiro, tal corrente iria enxergar nas populações não-brancas do país, de classes populares, como os mais legítimos representantes desse contar o outro lado da história da formação da sociedade.

Partindo da concepção ampliada de documento apresentada por Paul Otlet e Henri La Fontaine (SMIT, 2008), para circunscrever os conceitos estruturantes para o campo Museologia, buscamos o referencial teórico de Waldisa Rússio Guarnieri (1981), Diana Farjalla Correia Lima (2008; 2012; 2013; 2014; 2015) e André Desvalées e François Mairesse (2013) fundamentando as questões no que se refere aos conceitos de Musealização e Patrimônio.

## **1.2 PROCESSO DE ESCOLHA E ELABORAÇÃO DE TEMA**

---

<sup>14</sup> *Edward Palmer Thompson* nasceu em 3 de fevereiro de 1924 e faleceu em 28 de agosto de 1993. Foi um historiador britânico teórico marxista e considerado maior historiador inglês do século XX.

<sup>15</sup> *John Edward Christopher Hill* nasceu em 6 de fevereiro de 1912 e faleceu em 23 de fevereiro de 2003. Foi, assim como *Edward Palmter*, um renomado historiador marxista britânico.

<sup>16</sup> *Natalie Zemon Davis* nasceu em 8 de novembro de 1928. É uma historiadora canadense e americana do início do período moderno. Ela é para muitos uma heroína, como ‘uma das maiores historiadoras vivas’ e a segunda mulher presidente da American Historical Association. Ela recebeu o Prêmio Holberg International Memorial e a Medalha Nacional de Humanidades, também sendo homenageada pelo título de Companheira da Ordem do Canadá.

O processo criativo de um trabalho científico (a investigação) é antes de tudo uma difícil jornada itinerante – de caráter profundamente pessoal – entre uma quantidade quase ilimitada de caminhos a se percorrer entre objeto, objetivo e método. Algumas destas escolhas são estradas pavimentadas já conhecidas por muitas(os) pesquisadoras(es), verdadeiras rodovias bem sinalizadas e movimentadas (uma farta produção bibliográfica direta e meticulosa com múltiplas perspectivas). Outros caminhos, completamente opostos, são trilhas rudimentares sem qualquer sinalização e em muitos casos também sobre terrenos irregulares, ambientes perigosos e desconhecidos, sem uma cartografia acadêmica já construída, em algumas situações nem sequer iniciada. Uma mata virgem que em muitos casos a quem ousa ali adentrar se descobre ser um dos primeiros, senão o primeiro, a percorrer.

O pioneirismo científico recebe o mérito da iniciativa ao tempo que posto na condição de alvo das mais diversas críticas por ousar a experiência sem precedentes em sua respectiva área. É de conhecimento geral que o novo, e a quem dele atrevesse a produzir, encontra um alto nível de ceticismo e em alguns casos descrédito que a ciência (mesmo que nas áreas antigamente discriminadas como ‘não duras’<sup>17</sup>) demonstra com corpos estranhos à literatura já existente. Com suas mais que explicáveis razões fundamentadas no rigor científico, ao tempo que também decorrentes de vícios de um dogmatismo enviesado e a uma resistência notável às mudanças de paradigma. O novo sempre se choca com o que há de *Status Quo*<sup>18</sup>, com o *establishment*<sup>19</sup>. Não porque o novo sempre seja a antítese do que já existe, mas por apresentar como o diferente, uma alternativa, um novo caminho.

---

<sup>17</sup> Ciências Duras e Ciências Moles (Não-Duras) são duas expressões antigas populares usuais para diferenciar duas grandes classificações de áreas, as Ciências Naturais e Ciências Sociais. Porém, já são ambas as expressões (C. Duras e C. Moles) consideradas obsoletas e discriminatórias, ao alegar que a primeira segue método científico e a segunda vive no campo da suposição (anedotas, parábolas e afins), sem fazer uso de ‘dados exatos’, se entenda por dados exatos, elementos quantitativos numéricos, precisão matemática.

<sup>18</sup> *Status Quo* pela definição do dicionário *online* da Universidade de Oxford (2018), tradução livre “A situação atual, especialmente questões sociais ou políticas”. Logo, o *Status Quo* pode ser interpretado de forma mais abrangente tanto pela ação e discurso que se hegemonizaram, como por quem desta ação e discurso o exercem e se beneficiam, sejam indivíduos, coletividades e/ou instituições.

<sup>19</sup> *Establishment* pela definição do dicionário online da universidade de Oxford (2018), tradução livre “Um grupo em uma sociedade que exerce poder e influência sobre questões de política, opinião pública ou preferência e vista, que possui resistência a mudanças”. Assim sendo, pode ser considerada a pessoa ou coletividades que se hegemonizaram e determinam as ações e discursos em dado campo, área, sociedade, comunidade, cenário político, econômico, racial-étnico. Concluindo, exercem e manipulam a seu bel prazer o *Status Quo*. Pode-se sintetizar traduzir a palavra como “Poder Estabelecido”.

A escrita científica ante tudo é uma complexa arte de transformar o conjunto das letras e números em uma intencionalidade, não porque busca uma lírica agradável aos ouvidos e/ou olhos como a poesia (não que esta se finde a tais questões), mas porque há em si uma outra maneira de busca pela forma, que deve se conformar em várias dimensões à norma. Ao tempo que cada pesquisador(a) sente a necessidade de deixar sua marca, sua identidade, uma impressão digital, ou até mesmo para alguns dos mais poéticos e espirituais afirmam, a expressão de sua própria essência. Assim sendo, sempre existem razões subjetivas e pessoais diretamente relacionadas à realidade de cada indivíduo no processo do ‘fazer ciência’.

Por mais que algumas correntes afirmem categoricamente existir imparcialidade (neutralidade) e que esta é a verdadeira forma de se fazer ciência, porém se prova hoje, nos campos da psicologia e filosofia científica em especial, haver um desejo e vontade por trás da escolha do que se produz, ainda que nem mesmo sejam tais escolhas oriundas das pessoas que escrevem mas de agentes outros que as determinaram para assim construir esta ou aquela literatura. Um exemplo muito comum são pesquisas científicas financiadas por empresas que buscam dar explicações científicas que só apontam os benefícios que dados produtos trazem aos consumidores, ignorando ou subestimando os prejuízos atrelados a tal consumo. Nesse tema, podemos trazer Hilton Japiassu<sup>20</sup>, em sua obra homônima, O Mito da Neutralidade Científica nos apresenta:

Uma crítica aos fundamentos epistemológicos do cientificismo e a seus suportes ideológicos significa colocar em questão o próprio conceito de ciência. A concepção que dela se faz o cientificismo está apoiada em dois mitos: a) o da ciência conduzindo necessariamente ao progresso; b) o da ciência pura. Durante muito tempo, o primeiro mito foi aceito como uma espécie de dogma. Em nossos dias, bastante atenuado, ele serve de argumento para o angariamento de recursos financeiros: a ciência é julgada segundo o valor social de seus resultados. O segundo mito, por sua vez, concebe a ciência como seu próprio fim, embora possa prestar serviços relevantes. Todavia, o mito da "ciência pura" repousa no postulado segundo o qual a procurando "conhecimento" ou da "verdade" é algo bom em si, não possuindo, intrinsecamente, qualquer significação moral ou política. Nesse sentido que a ciência e a tecnologia devem ser consideradas como atividades ideologicamente neutras, progredindo apenas segundo sua lógica interna. A direção correta, bem como a rapidez desse progresso, podem ser influenciadas por fatores externos (de ordem social ou econômica), mas a

---

<sup>20</sup> HILTON JAPIASSU nascido em 1934 e falecido em 2015. Foi doutor em filosofia pela Universidade de Grenoble, França. Professor adjunto do departamento de filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Autor de inúmeras obras no campo da epistemologia e da história das ciências, dentre as quais se destacam: Nascimento e morte das ciências humanas; O mito da neutralidade científica; Questões epistemológicas; A pedagogia da incerteza; Psicanálise: ciência ou contraciência?; Ciência e destino humano; O eclipse das ciências humanas, e Desistir do pensar? Nem pensar.

natureza "objetiva" do conteúdo da ciência e da tecnologia não poderá ser contestada. A ciência e a tecnologia são neutras. Seu valor ideológico vem apenas da utilização que delas for feita. (JAPIASSU, 1975, p. 91).

A anteposição acima descrita tem por razão alertar de que este trabalho admite arriscar em uma produção em que dialogue a questão racial e o museu. Fontes que façam tal debate são escassas, quase sempre muito superficiais, e os debates dentro dos espaços institucionais e acadêmicos, de organização dos agentes da Museologia (sejam estudantes, servidores públicos ou profissionais no mercado privado) quase nulas e quando existentes são subestimadas ou até mesmo sofrem boicote. Ainda se pondera um agravante que torna essa questão ainda mais complexa, apresentar o outro lado da história de fato, a perspectiva de como uma pessoa negra, que possua consciência dos conflitos raciais interpessoais e estruturais, que encontra os apagamentos e as distorções nessa ‘memorização’ que muitos museus - como o Museu Histórico Nacional - foram concebidos.

Considerando o exposto, o museu, em especial a tipologia museu nacional, se é em si uma metáfora e uma analogia perfeita à mítica Arca de Noé<sup>21</sup>. Um espaço destinado para tal seletividade, enquanto todo o restante da materialidade das culturas subalternizadas fora dessa Arca correm sérios riscos de desaparecimento pela barbárie colonial, e mesmo aqueles objetos ali dentro declarados em estado de salvaguarda quase sempre sofrem por situações de ocultamento, alteração ou parcial destruição. Assim sendo, a cultura ocidental eurocêntrica, a colonização, se vende como salvadora da materialidade da Humanidade, mas se nega a admitir que é responsável pelos constantes “Dilúvios” que foram os processos de invasão e aniquilação de outros povos, e por consequência a destruição de grande parcela da cultura material e imaterial dos mesmos, logo, os maiores praticantes do etnocídio<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Arca de Noé é uma embarcação mítica, de madeira, única de dimensões colossais presente na Bíblia Sagrada. Construída pelo patriarca Noé a mando de Deus. Descrita no dilúvio cataclísmico do Velho Testamento, em Gênesis (Gênesis capítulos 6-9). Deus poupou Noé, sua família e todos os animais do dilúvio enquanto limpava a Terra do pecado. Segundo o Gênesis, Deus deu a Noé instruções para construir a arca. Sete dias antes do dilúvio, Deus disse para Noé entrar na arca com sua família e os animais. A história passa a descrever a arca navegando durante o dilúvio e o posterior recuo das águas, até seu encalhe no Monte Ararate (a mais alta montanha da Turquia), só havia esperança de sobreviver a quem dentro estivesse da embarcação.

<sup>22</sup> De autoria do mesmo criador da expressão “genocídio” em 1943, Raphael Lemkin, o linguista e advogado judeu que fugiu da Alemanha Nazista, também sugeriu etnocídio como uma alternativa para representar o massacre de povos, usando o grego *ethnos* (nação) no lugar de *genos*, para descrever especificamente a destruição da cultura de um povo, em vez do povo em si mesmo.

Por fim, não há paradoxo ou descrédito no exercício da prática da escrita acadêmica com os apontamentos pertinentes acima feitos, mas uma real introdução ao que se encontra e porque se encontra nesta monografia.

### **1.3 PATRIMÔNIO E MUSEU – COMO TECNOLOGIAS DE PODER**

Duas palavras que são muito íntimas ao longo da história; são elas, o museu e o patrimônio. A primeira inicialmente pensada para ser o reduto e lar planejado para receber a segunda, sendo está segunda a existir muito antes de se conceber a criação da primeira.

O patrimônio pode existir sem museus, porém, pensarmos o contrário (um museu sem qualquer patrimônio) nos parece exigir um esforço abstrato imenso, e quase certo de se chegar a uma constatação óbvia de sua inviabilidade. Um museu sem algum tipo de patrimônio material ou imaterial, sem algo físico (não necessariamente sólido ou inanimado) que possa causar alguma sensação ou ter um significado e história intrínseca ou extrínseca é simplesmente não ser museu, pois foi pensando em “guardar, mediar, comunicar” algo que faz o museu ter sua razão de existência. Patrimônio é uma forma de poder, de possuir algo físico ou simbólico, restando a todo e qualquer museu, na verdade a quem dele possua poder de decisão, dizer que tipo de patrimônio material ou imaterial deseja consagrar-lhe como acervo para que, na atual concepção, possa mediar esse patrimônio com o seu público. Nisso consiste o processo de Musealização, isto é, o processo de Musealização se configura enquanto “operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*”. Esse processo é o que possibilita sua permanência dentro de um contexto museológico, ao atribuir o seu “*status* de documento” (DESVALLÉES; MAIRESSE 2013, p.56-57).

Há também inevitavelmente a dimensão política, a política determina a dimensão social, e a dimensão social constrói o senso comum, o que se estabelece por cultura e por fim, um forte fator na construção das identidades, dos sujeitos.

A noção moderna de patrimônio e suas diferentes qualificações, assim como a moderna noção de museu (casa de memória e poder) e suas diferentes tipologias, não têm mais de duzentos e cinquenta anos. Filhas do Iluminismo, nascidas no século XVIII, no bojo da formação dos Estados-Nação, elas consolidaram-se no século seguinte e atingiram com pujança o século XX, provocando ainda hoje inúmeros debates em torno de suas universidades e das suas singularidades, das suas classificações como instituições ou mentalidades de interesse global, nacional, regional ou local (CHAGAS, 2007, p.4)

Não há dúvida de que a origem moderna dos conceitos de patrimônio e museu são tão frutos, tão próprios da Europa, que estamos a lidar com duas tecnologias sociais, dos conceitos, genuinamente eurocêntricos. Não há como se alegar validade no uso de expressões comuns do Movimento Negro tais como ‘passar por embranquecimento’<sup>23</sup> (MUNANGA, 2008, p. 7), pois não procederia já que museu quanto instituição é fenômeno muito próprio do contexto europeu desde os gabinetes de curiosidade, até a sua consolidação na época do Imperialismo e dos Estado-nações (que serão tratados mais abaixo) e patrimônio é muito particular da sociedade patriarcal greco-romana (como logo abaixo é descrito), ou mesmo ‘apropriação cultural’ já que a Europa ao menos não usurpou tais tecnologias sociais de outros povos, mas estas duas nasceram no seio da realidade do continente. São palavras fenômenos, são palavras que expressam um modo de pensar e muito comum e próprio da Europa. São genuinamente europeias. E por essa razão, foram tão massificadas e impostas, patrimônio se estendendo para a nossa de propriedade privada, e museu como o ato de guardar objetos que ultrapassam o valor real de sua utilidade prática, o que mais poderia expressar a noção do espírito do Capitalismo? O que mais poderia nos dizer sobre colonização mental?

## **PATRIMÔNIO - HERANÇA DO PATRIARCALISMO**

Em uma breve apresentação das origens da palavra patrimônio, uma das palavras, quanto conceito, mais utilizadas dentro do cotidiano (em especial no campo acadêmico da museologia) e uma das mais abrangentes, como bem aponta José Reginaldo Santos Gonçalves em seu artigo - O patrimônio como categoria de pensamento - no livro *Memoria e Patrimônio* (2009, p.25-30). A palavra "Patrimônio" vem do latim *patrimoniū* (patri, pai + monium, recebido). O termo está historicamente ligado ao conceito de herança<sup>24</sup>. De fato, a cultura greco-romana que são a base civilizatória do mundo ocidental de onde essa palavra se origina, tem na figura do homem-pai a peça central e reguladora da sociedade. De acordo com Lima (2014), a civilização greco-romana possui três elementos identitários que estruturam a família,

---

<sup>23</sup> A prática do embranquecimento como Munanga nos apresenta, pode ser resumido por tornar uma sociedade e seus indivíduos ideologicamente e/ou fisicamente europeus. No caso aqui apresentando, embranquecimento pode ser entendido por qualquer deslocamento de uma episteme (saber, conhecimento, modo de fazer/agir) para lhe dar um aspecto europeu/branco/ocidental.

<sup>24</sup> FERREIRA, A. B. H. Novo dicionário da língua portuguesa. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986. p.1511.



inclusive tais famílias eram denominadas de *paterfamilias* (chamadas também de famílias patrícias):

- I. **Patrilinearidade**, a classificação ou organização de um povo, grupo populacional, família, clã ou linhagem em que a descendência é contada em linha paterna. Geralmente envolve a herança de propriedades, sobrenomes e títulos através da linha masculina;
- II. **Patrifocalidade**, conceito que qualifica um grupo doméstico centrado (focado) na figura do pai, a mãe frequentemente ausente ou detendo apenas um papel secundário. Logo, é a partir da figura paterna que o poder e a estrutura de toda a família se organiza;
- III. **Patrilocalidade**, conceito de sistema social em que o casal ou nova família reside com ou perto dos pais do marido. Desloca-se assim normalmente a esposa de sua família para ser integrada à família de seu marido.

Além da família, a religião grega e romana (a segunda diretamente descendente da primeira), apesar de muito diversas (politeísta<sup>25</sup>), tem também a tradição da autoridade divina na figura masculina desde a sua cosmogênese. Sendo o primeiro ser consciente o deus primordial Caos, após este manteve na figura masculina a autoridade e título de “Deus dos Deuses”, a divindade primordial Uranos, deposto pelo seu filho titã Cronos, e por fim este também deposto por seu jovem filho, deus olímpico Zeus. Assim sendo, a linha sucessória no panteão segue a mesma lógica dos três elementos do patriarcado nas famílias desses povos.

Os processos decisórios dessas sociedades ocorriam quase que exclusivamente dentre os homens considerados cidadãos plenos do reino-império romano e das cidades estados gregas. Assumindo exclusivamente muito dos cargos religiosos, políticos, jurídicos e militares. Quanto mais elevada fosse a função, mais certeza havia de ser exercida somente por homens.

A imagem arquetípica de autoridade divina, inclusive a do Deus das religiões abraâmicas (Cristianismo, Islamismo e Judaísmo), que nos remete a um homem branco de

---

<sup>25</sup> Politeísmo - Religiões com um panteão, conjunto de divindades (ex., o panteão grego - Zeus, Hera, Apolo, Atena, Hades, Ares...) e outros seres semi-divinos. Se diferente das religiões monoteístas, em que reconhecem somente uma única divindade legítima e suprema (ex., as religiões abraâmicas que reconhecem somente Deus – são elas: o Cristianismo, o Judaísmo e o Islamismo) que cultuam uma única divindade e são logo monoteístas.

idade avançada, barbas longas brancas, porém ainda com um corpo juvenil viril, é advindo da representação do deus Zeus.

O conceito de patrimônio diretamente a dialogar com os tantos conceitos aqui apresentados pode ser sintetizado em um trecho presente no livro *Antropologia e Patrimônio Cultural - Diálogos e Desafios Contemporâneos*:

Reconhece-se que historicamente os processos de construção patrimonial têm sido associados fundamentalmente aos tempos do estado-nação, vinculados à sua utilização como recurso de unificação do mesmo; neste sentido, o patrimônio, enquanto suporte e recriação simbólica das identidades, tem operado fundamentalmente na conformação e na reprodução da identidade nacional. (2007, p.59)

Enquanto patrimônio público brasileiro, o Art. 216 da Constituição Federal de 1988 define:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.<sup>26</sup>

Dessa maneira, a Constituição Federal de 1988 a princípio prevalece por lei, ou deveria prevalecer, um processo isonômico e imparcial na seguridade das expressões materiais e imateriais dos grupos formadores da nação (que são dentro das definições raciais: Os Povos Nativo-Americanos – Indígenas; Africanos – Negros; Europeus – Brancos; Asiáticos - Amarelos).

Patrimônio é assunto de maior importância, um poderoso recurso para fins políticos, que conformam sujeitos a sentimentos de coletividade, nesse caso, a interesses da superestrutura do Estado a nível nacional. Um país não existe se não possuir nenhum patrimônio nacional, pois não possuí-lo é por consequência não haver também uma identidade nacional e uma história (e história também é um patrimônio imaterial coletivo), não detém algo que os faça ter um mesmo pertencimento cultural. A ideia de um único povo a

---

<sup>26</sup> Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>>. Acesso em 18 Mar 2018.

compartilhar um mesmo território e valores em comum se esfacela e conseqüentemente, se torna fácil de sofrer aculturação e assimilação por parte de outros estado-nações com seus patrimônios já consolidados. Observa-se que quanto maior for um país, maiores foram seus conflitos internos e o uso da violência (físicas, simbólicas e afins) para se impor tais patrimônios nacionais sobre todos os povos que existem dentro desse vasto território.

Pode-se evocar um exemplo de uso duplo do conceito de patrimônio, a situação dos movimentos separatistas, tais movimentos se contrapõem à identidade nacional (patrimônio nacional) através da apresentação e maximização da identidade regional (patrimônio regional). Assim se nega o primeiro fazendo uso do segundo como contraposição. Dessa maneira, patrimônio nacional é fundamental aos interesses do centralismo do poder dos estado-nações que controlam tal território. Quanto mais fortalecido e sólido os patrimônios nacionais materiais e imateriais, mais os indivíduos se reconhecem como integrantes dessa nação e que por consequência essa nação compõem sua própria identidade enquanto sujeito e coletividades que integrem. E inclusive, assumirão o espírito de irmandade entre seus compatriotas, e de adversários-inimigos a todos e a tudo que coloquem os interesses, poder e soberania de sua pátria em cheque.

### **MUSEU - O SALÃO DE TESOUROS DO MUNDO OCIDENTAL (EUROPEU)**

A instituição museu ser entendida como sinônimo e expressão do poder não é um discurso e muito menos um objeto de estudo novo da Museologia, Antropologia e demais divisões das grandes áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Espaço de privilégio em que a sociedade local e global aperfeiçoou ao longo dos séculos a ser destino do que é considerado patrimônio coletivo, e logo, o que há de se perpetuar à posteridade para as próximas gerações. Além do que é digno de profunda pesquisa, já que um dos principais objetivos do museu é ser reduto de exaustiva pesquisa/investigação científica.

Esse entendimento de ambiente exclusivo, não destinado a ser um aparelho cultural popular, das massas, a exemplo das praças, cinemas e afins, se deve muito às origens do museu que até hoje se reproduzem no imaginário sobre essa instituição. Traçado desde os gabinetes de curiosidades.

A instituição museu é um espaço formidável da batalha pela política cultural e política da memória, ambiente de manifestação de um poder sutil e aperfeiçoado da comunicação, envolto de um prestígio e ares aristocráticos e intelectuais que o consagram, como dito no

linguajar universitário (em especial da Esquerda), ‘da elite’, ou no linguajar popular ‘coisa pra seu dotô e pra madame’<sup>27</sup>.

É importante de antemão dar as devidas explicações do título do tópico ‘Salão de Tesouros’ ao se mencionar o museu. O termo salão de tesouros é bastante comum em romances, filmes e jogos de temática medieval, com menção especial ao jogo de RPG<sup>28</sup>.

Trata-se de um reduto específico de uma fortaleza, onde era destinada a guarda dos bens materiais de maior expressividade, em especial o tesouro dos nobres, burgueses, Igreja e afins. Na Baixa Idade Média o poder de um império, reinado, ducado, baronato, condado, e demais divisas político-militares, eram medidos pela quantidade de pedras e metais preciosos que estes detivessem. O universo medieval, um soberano próspero no ponto de vista da economia da Baixa Idade Média era aquele que mantivesse além da já tradicional posse de terras (que durante a Alta Idade Média era a maior medida de poder), um constante fluxo de crescimento de sua reserva de moedas de ouro e prata, comprovando sua eficiência em administrar suas riquezas. O salão de tesouros logo era o recinto de grande importância dentro das fortificações, pois tudo que havia de mais valioso era ali guardado, protegido e vigiado, poucos indivíduos além do próprio nobre tendo acesso a tal ambiente. Com o tempo, a valorização das obras de arte (principalmente a arte plástica, quadros), com pujança na Renascença, se tornaram também parte desse tesouro, e eram armazenados junto com mobiliário, acessórios de ornamentação (entre os mais clássicos, cetros, mantos, coroas, joias reais e afins) e baús contendo moedas.

---

<sup>27</sup> Expressão popular caracterizada pelo recorte de classe que designa sobre o que é destinado para um público específico, público esse caracterizado por seu perfil aristocrático e elitista.

<sup>28</sup> RPG - *Role-playing game* (em português: jogo de interpretação de papéis) é um jogo em que os participantes interpretam papéis (personagens já pré-existentes ou criados no momento) e constroem uma narrativa coletiva colaborativa em um mundo fictício (que pode ser uma cópia fiel do mundo real ou completamente diferente) mediado pelo narrador(a)/mestre, este último que tem a função similar a um ‘diretor de filme’ a dar as diretrizes do cenário (mundo fictício), desafios (inimigos, obstáculos a serem superados para se alcançar os objetivos específicos ou gerais dos personagens interpretados) e a também interpretar todos os outros personagens (que não são os dos outros jogadores. NPC – *non-player characters*). Há também usualmente testes, normalmente feitos se utilizando dados com várias quantidades distintas de facetas para se avaliar o grau de sucesso ou fracasso nas ações escolhidas a serem tomadas pelos jogadores. O primeiro RPG surgiu em 1974, denominado de D&D - *Dungeons & Dragons* (Masmorras e Dragões, em português), em um mundo medieval de fantasia e magia. E um dos elementos mais comuns eram os personagens (nesse RPG chamado de aventureiros) buscarem por tesouros escondidos e protegidos por monstros, dentro de catacumbas, castelos e ruínas.

Esse pensamento de riqueza medida pela quantidade de dados minerais em reserva foi durante séculos a base para a medida do limite para a impressão de dinheiro que um dado país poderia produzir, o que se denomina por ‘lastro de ouro’, para que nenhum país emitisse mais notas do que detivesse de sua reserva em ouro e se evitasse assim flutuações econômicas ou abusos econômico, como o pensamento ‘rude’ no entendimento de economia, em se buscar lidar com crises econômicas através da mera impressão de mais dinheiro-papel, o que só aumentaria inevitavelmente inflação, desvalorização da moeda.

Não seria correto pensar que os salões de tesouros, assim como os gabinetes de curiosidades já reconhecidos, não possuem ambas muitas similaridades contributivas no que viriam a serem os museus a partir do século XVIII? Enquanto aos primeiros, e já reconhecidos, os gabinetes de curiosidades, é dada a condição de ‘proto-museus’, a literatura acadêmica somente enxerga nos salões de tesouros a condição de ‘cofres de bancos da nobreza/monarquia’ sendo que não era esse o objetivo ao qual foi construído, de ser espaço de constante fluxo de empréstimos como ocorrem com as entidades bancárias, mas a de preservar ao máximo as preciosidades que o nobre, aristocrata e demais membros das elites, próprios designavam como dignos de salvaguarda? É contributivo avaliar a possibilidade de que os primeiros grandes museus, a maioria criada entre os séculos XVIII e XIX, tinham uma maior semelhança como salões de tesouros do que gabinete de curiosidades, já que eram lá o destino da pilhagem do que havia de mais precioso e valorizado dos povos conquistados e do tesouro das elites seculares de seus próprios territórios. Admite-se aqui a essa reflexão num melhor entendimento das origens do que entendemos por museus.

O Mundo Ocidental é outra expressão utilizada no título desse tópico porque ser ele uma expressão que se referencia à sociedade global de referência eurocêntrica, já que há um nítido predomínio do ocidente nos processos geopolíticos do mundo como hoje o conhecemos. Por vários séculos os países ocidentais (com menção especial para a Inglaterra, França, Itália, Alemanha, Espanha, e mais tarde a mais bem sucedida colônia, EUA) monopolizavam os processos econômicos de troca entre o Ocidente e o Oriente, de tal maneira a fazer centenas de povos sujeitos sem autonomia em suas relações de bens e de produtos, principalmente aqueles produtos denominados como especiarias.

Diferente de uma câmara municipal de vereadores, campo de batalha política onde discursos muitas vezes viscerais, acusações inflamadas são construídas de pessoas para e contra outras pessoas, coletividades e/ou ideologias, o museu é um espaço historicamente e

erroneamente declarado como neutro, palco da expressão materializada do que há de mais sublime, extraordinário, magnífico, importante, poético, inquietante e tocante da natureza e da própria humanidade. Encoberta por uma ‘cortina de fumaça’ despolitizadora no meio da classe média e da comunidade acadêmica, que produz silêncio diante de questões tão simples mas aos quais raramente se vê respostas:

- I. Onde, por quem, quando, para que fim ou a que interesses atendem a constituição dessas coleções?
- II. Que disputas nas mais diversas dimensões sociais (culturais, econômicas, políticas, regionais, raciais e afins) foram e ainda são travadas, para se ter o direito a dar a resposta definitiva de cada uma das perguntas anteriores?

Toda e qualquer entidade e instituição se resinifica, reformula, transmuta. Inevitável consequência dos processos geopolíticos específicos e gerais da sociedade, ou melhor dizendo, quase sempre daqueles que mais possuem poder ou melhor se organizam dentro da sociedade. Como não seria diferente, a entidade Museu passou por tais transformações, se reinventando, tanto por interesse e autocrítica dos seus agentes internos quanto de fenômenos sociais externos para além das paredes dessa entidade.

Na atualidade, os museus brasileiros, ao menos parte destes, vêm buscando alterar sua razão de ser, reivindicando não mais serem meros agentes passivos, mas a de atenderem aos interesses de suas comunidades aos quais estão inseridos, se tornando assim expressões de sua realidade vivida. Principalmente à ser ferramenta dessa população no que se denomina de grupos sociais historicamente excluídos, aos quais até esse momento sempre sofreram um profundo apagamento existencial no que se refere à política da memória. Esse movimento crítico, de desconstrução da museologia clássica e repensar o fazer e ser museu, dentro dos estudos da teoria museológica se denomina: Nova Museologia, Sociomuseologia ou Museologia Social.

#### **1.4 POLÍTICA CULTURAL E POLÍTICA DA MEMÓRIA**

O conceito de Política Cultural abarca grande parcela das possibilidades relacionais entre Cultura e Poder Estabelecido (*Establishment*). Entretanto, o presente trabalho se atém ao

conceito de Política Cultural quanto projeto de Governo/Estado, ferramenta de controle sobre informação, além de mecanismo propagandista de uma ideologia.

Na obra 'Dicionário Crítico da Política Cultural', Teixeira Coelho (**ano?**) apresenta análise de gênese deste conceito:

A política cultural é tão antiga quanto o primeiro espetáculo de teatro para o qual foi necessário obter uma autorização prévia, contratar atores ou cobrar pelo ingresso. Tão velha, em outras palavras, quanto a Grécia antiga, mais velha que o império romano, berço de Mecenas, incentivador da arte e da cultura. No mínimo, tão antiga quanto a Renascença italiana e o dinheiro dos Medici, sem o qual um estoque majestoso de obras-primas não teria emergido para os olhos admirados de sucessivos séculos. Ou, ainda, antiga como a Revolução Francesa, que abre "ao público" as portas das bibliotecas e dos museus e faz surgir a política cultural como um projeto verdadeiramente social. Em última instância, a política cultural tem no mínimo a idade das iniciativas do escritor e militante André Malraux, no final dos anos 50 deste século que se encerra, das quais resultou a criação do ministério da cultura na França e a implantação de uma sólida malha cultural que irriga aquele país de uma maneira, se não única, sem dúvida notável.

Ainda segundo Teixeira Coelho (**ano**), existem duas definições que se completam de Política Cultural:

1. normas jurídicas, no caso do Estado, ou procedimentos tipificados, em relação aos demais agentes, que regem as relações entre os diversos sujeitos e objetos culturais; e
2. intervenções diretas de ação cultural no processo cultural propriamente dito (construção de centros de cultura, apoio a manifestações culturais específicas, etc.).

Como ciência da organização das estruturas culturais, a política cultural tem por objetivo o estudo dos diferentes modos de proposição e agenciamento dessas iniciativas bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam

Dessa maneira, a Política Cultural é um fenômeno premeditado do Estado, constituído através de leis, sanções, projetos, ementas, normativas e afins, sobre todos os níveis organizativos (local, municipal, territorial, estadual, regional, nacional e internacional). Previsto na própria constituição e tendo um campo jurídico específico, assim sendo, criteriosamente demarcado em função e alcance.

Podemos definir três métodos ou níveis intervencionistas do Estado diante dos fenômenos culturais:

- I. Incentivado (Estimulado a ocorrer, se dar condições financeiras/estruturais/materiais);

II. Permitido (Autorizado ainda que não incentivado);

III. Proibido (Parcialmente ou completamente declarado como ilegal, imoral, criminoso).

Dessa maneira, formas de intervenção estatal sobre a cultura dos povos. É necessário entender as diferentes práticas estatais de política cultural para além do que é dado condições a ocorrer, ao que se permite a ocorrer e ao que é proibido a ocorrer. Quanto política de Estado, existe ainda o caráter de agir sobre fenômenos culturais já existentes e a de criar novos fenômenos culturais. Quanto a agir sobre o que existe, dar-se exemplo pela valorização de um fenômeno cultura popular já consagrado, enquanto pode criar um fenômeno cultural novo e artificial pela imposição, advindo de cima para baixo.

A memória é um dos mais disputados elementos sociais da humanidade, pois memória é sinônimo de história, de verdade, é tudo aquilo que se registra ou que se diz ter sido registrado. Tudo que se possa dizer que preceda ao agora, a esse exato momento, e inclusive é o destino inevitável de todas as coisas, todo futuro se tornará em algum momento um passado. Desde sua materialidade de objetos, seres-vivos, vestígios de coisas que somente existem no passado (seja o passado de alguns instantes, como o nascimento e morte de milhões de células de nossos corpos em constante processo de degradação e renovação; seja o passado extremamente distante, das pesquisas astronômicas que buscam achar os vestígios do evento cósmico do big-bang, a bilhões de anos atrás), até coisas que existem ou até mesmo existirão. Numa dimensão mais ampla, tudo possui uma memória, um passado, um registro, mesmo que ainda não descoberto, desvelado, e nesse entendimento até mesmo a física se torna colaborativa ao afirmar que ‘nada se cria, tudo se transforma’, ‘toda ação tem uma reação’, ‘a lei da causa e efeito’, e que logo, tudo que há (coisas, processos, inter-relações, ciclos) tem um ponto predecessor que teve de existir para que este se manifestasse. Como já vimos antes, fatos são desdobramentos de fenômenos, e fenômenos desdobramentos de causas. Logo, a ciência e todo o processo humano de buscar entender o mundo que o cerca e a entender em si, pode ser avaliado como um processo de entender tais vestígios, ou eliminar aqueles que não são vestígios reais e originais como por muito tempo nos foram apresentados.

A memória, o processo neural de armazenamento das informações em nosso cérebro é em si um elemento ‘volátil’, como diz a pesquisa (artigo da revista eletrônica Galileu<sup>29</sup>) sobre

---

<sup>29</sup> Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/06/o-seu-cerebro-te-engana-com-recordacoes-falsas.htm/>>. Acesso em 12 Mar 2018.



como está se comporta a se altera em benefício próprio, não sendo em todos os casos uma mera mudança consciente dos indivíduos. Essa constatação só reafirma a importância dos registros físicos, materiais, com um potencial de maior fidedignidade do que as lembranças alheias, já que nossas memórias podem nos enganar e nossas mentes as reescreverem sem ter sido nossa intencionalidade fazê-lo.

O passado, em geral, é algo incerto, campo de conflitos e, que logo, a história admite não dar muito crédito para a memória, entretanto, a própria história também nos deu ao longo do tempo sinais de seu uso para fins de manipular as lembranças, em especial aquelas sobre grandes eventos e sobre coletividades. Entretanto, dialogarem entre si não significa que não se duvidem, dividam e divirjam. O retorno ao passado nem sempre é um momento libertador da rememorar, mas um advento, uma captura enviesada do presente para um uso político e, em muitos casos, perigoso. (SARLO, 2007, p. 9).

Caso nos debruçemos nas comemorações de caráter nacional, nos processos de seleção dos conteúdos lembráveis, nas ritualizações coletivizadas, midiáticas, nos palanques políticos construídos sobre frágeis 'histórias' etc., veremos quase sempre fora uma peça de grande valor nos jogos do poder (políticos, ideológicos...) Não haveria de estranharmos os constantes apelos nostálgicos do passado para o uso de interesse no presente. A história oficial é uma memória coletiva institucionalizada, é uma memória esvaziada de realidade, lobotomizada, vítima de procedimentos violentos e invasivos que ignoram fatos, não sendo normalmente de sua natureza constituída de criticidade, de honestidade e de fidelidade.

Jacques le Goff em sua obra "História e memória":

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 1990, p.426).

## **1.5 ESTADO-NAÇÃO, NACIONALISMO E IDENTIDADE NACIONAL**

Como podemos nos debruçar na definição a seguir apresentada pelo dicionário online da Editora Porto, o modelo vigente de Estado Nação que monopoliza a organização da geopolítica de cada região do planeta é produto civilizatório europeu, que como citado, também estendeu e se estende até hoje como projeto colonial e logo, imposto como modelo

sobre tais territórios de povos subalternizados. Podemos dizer que o estado-nação é um dos sub-produtos finais do Imperialismo.

De acordo com a definição de estado-nação do Dicionário Virtual Porto (2016, *online*<sup>30</sup>):

A ideia de estado-nação nasceu na Europa em finais do século XVIII e inícios do século XIX. Provém do conceito de "Estado da Razão" do Iluminismo, diferente da "Razão de Estado" dos séculos XVI e XVII. A Razão passou a ser a força constituidora da dinâmica do estado-nação, principalmente ao nível da administração dos povos. A ideia de pertença a um grupo com uma cultura, língua e história próprias, a uma nação, foi sempre uma das marcas dos europeus nos últimos séculos, ideal que acabariam por transportar para as suas projeções coloniais. Há um efeito psicológico na emergência do Estado-nação, pois a pertença do indivíduo a tal estrutura confere-lhe segurança e certeza, enquadramento e referência civilizacional. O estado-nação afirma-se por meio de uma ideologia, uma estrutura jurídica, a capacidade de impor uma soberania, sobre um povo, num dado território com fronteiras, com uma moeda própria e forças armadas próprias também. É na sua essência conservador e tendencialmente totalitário.

O aparecimento do estado-nação corresponde à fase nacionalista do Ocidente e ao seu processo de industrialização. Assim, o seu surgimento justificou investimentos tecnológicos e com eles lucrou, fomentando as economias nacionais e gerando capacidades militares de defesa e mesmo de ataque. Além do mais, transformou o nacionalismo numa ideologia que não mais parou de ganhar adeptos e permitiu aspirações de natureza económica e territorial.

O Imperialismo foi uma política de dominação material-física (territorial e económica) e imaterial-mental (cultural e epistemológica), ou seja, ontológica (tudo que constitui o ser, sua forma de viver), de nações majoritariamente europeus sobre outros territórios, principalmente localizados nos continentes da Ásia e África. Esse fenómeno inicialmente se deu pela tomada dos mercados (constituindo monopólio) das colónias decorrente da Revolução Industrial, que permitiu nas metrópoles a produção em larga escala de produtos e a consequente criação de mercado de consumo que acompanhasse esse aumento vertiginoso de produção. Inclusive essas práticas se perduram até hoje, construindo um desequilíbrio de distribuição capital (poder económico, político, conhecimento. Em especial a distribuição de terras). O Imperialismo Contemporâneo pode ser também denominado de Neocolonialismo, por possuir muitas semelhanças com o regime vigorado entre os séculos XV a XIX, o

---

<sup>30</sup> Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/\\$estadonacao;jsessionid=HyHbPgQAbXdbQR0rLNfL](https://www.infopedia.pt/$estadonacao;jsessionid=HyHbPgQAbXdbQR0rLNfL)>. Acesso em: 16 fevereiro 2018.

colonialismo. A história da Humanidade possui muitos exemplos de impérios que passaram por crescimento, ascensão e queda ou mesmo completa aniquilação por impérios que os sucederam, entretanto, o conceito aqui exposto deriva de uma perspectiva mais específica da teoria econômica e política, só conceituada no início do século XX. Pode-se afirmar colonialismo moderno (neocolonialismo) é uma expressão do Imperialismo (Colonialismo) e que o primeiro não poderia existir sem o segundo.

O dicionário Aurélio *online*<sup>31</sup> apresenta as seguintes definições para Nacionalismo:

Substantivo masculino.

1. Exaltação do sentimento nacional; preferência marcante por tudo quanto é próprio da nação à qual se pertence; patriotismo.
2. Doutrina baseada neste sentimento e que subordina toda a política interna de um país ao desenvolvimento do poderio nacional.
3. Doutrina política que reivindica para um povo o direito de formar uma nação politicamente organizada (esp. num Estado [11] soberano).
4. Política de nacionalização de todas as atividades dum país — indústria, comércio, artes, etc.
5. Hist. Polít. Tendência ou processo histórico da época moderna, pelo qual os diversos povos ou nações têm formado unidades políticas ou Estados (10) independentes:

O nacionalismo mudou o mapa europeu no século XIX.

Partindo de tal definição, entendemos o Nacionalismo como uma ideologia (sistema de ideias, projeto político), doutrina (princípios e dogmas) e cultura (comportamento) que fundamentam e dão razão de existir do Estado Nação, com a finalidade de manter a coesão social sobre agrupamentos de um dado território. Um espírito comum patriótico, a reunir sobre uma mesma bandeira vários agrupamentos sociais internos, desconsiderando suas particularidades para torná-los, quase sempre pela imposição, um só povo pertencente a essa nação.

O século XX foi marcado por um grande número de acontecimentos de grande importância, para muitos estudiosos pode ser sintetizada como a Era dos Extremos. Nela ocorreram duas grandes guerras mundiais que somadas acumularam inacreditáveis 100 milhões de mortos, crises das mais diversas formas (ex. Grande Depressão de 29), blocos econômicos a disputarem mercado (ex. União Europeia) e compartilharem uma mesma

---

<sup>31</sup> Disponível em: <[https://www.infopedia.pt/\\$estadonacao;jsessionid=HyHbPgQAbXdbQR0rLNfL](https://www.infopedia.pt/$estadonacao;jsessionid=HyHbPgQAbXdbQR0rLNfL)>. Acesso em: 16 fev. 2018.

moeda, surgimento de ideologias radicais nacionalistas (ex. Fascismo) que seus defensores se colocaram a buscar impor-se sobre todo o globo. O nacionalismo, como conceito de entidade territorial de linhas invisíveis, é o maior e mais sólido divisor de terras do planeta. Continentes não constituem uma unidade política e muito menos uma ideia de um povo, apesar de alianças pontuais de nações de um mesmo continente se unam por interesses específicos e que algumas ideologias que busquem trazer tal unidade continental que nunca conseguiu equiparar-se a uma entidade tal como uma nação (país). Ainda que existam regiões com certa autonomia-administrativa, tal como Hong Kong, estes não possuem de fato uma soberania reconhecida e acabam por ainda precisar reportar-se em alguma dimensão para países, no caso do exemplo Hong Kong ainda que conte com privilégios em relação a outras regiões continua a fazer parte da China e a ter de cumprir as decisões impostas pelo governo desta quando esta achar que deva ordená-las.

## **1.6 UM PROJETO DE CONTROLE - ACULTURAÇÃO E EPISTEMICÍDIO**

O termo Epistemicídio (do grego  $\epsilon\pi\sigma\tau\acute{\eta}\mu\eta$  [episteme]: conhecimento científico, ciência; e do latim caedere ou cidium: "matar") é criação do sociólogo português Boaventura de Souza Santos em sua obra “Descolonizar o Saber e Reinventar o Poder” (2010), que define que a partir das minorias, dos movimentos camponeses, urbanos, territoriais, movimentos de gênero (feminismo), sexualidade (LGBT), étnico-raciais (Movimentos Negros, Indígenas, Aborígenes), ecologistas, de classe (contra a pobreza, miséria, dos desfavorecidos sem moradia, sem-teto, sem terra), dentre outros, que tais agrupamentos sociais de resistência fomentam um pensamento crítico e propositivo que apresenta uma outra perspectiva que não a dominante de raiz eurocêntrica ocidental que já se encontra esgotada, que se coloca superior e por consequência ignora e desvaloriza o diferente. Além da capacidade de encontrar as rachaduras e imperfeições do monólito do pensamento ocidental e nortista (hemisfério norte) que possui uma baixa capacidade de produzir ou permitir crítica a sua produção de mentalidades, há também nos grupos emergentes e discriminados o caráter de trazer uma vivência, uma ontologia (modo de ser) e epistemologia (modo de construir e executar o saber) outra que qualifica e enriquece as experiências humanas.

Se experimentando, estudando, vivendo e adquirindo essas visões outras de mundo se tem um vislumbre da dimensão da devastação resultante dos processos de colonialismo e imperialismo europeu sobre os conhecimentos dos povos subalternizados/colonizados, esta

prática se dá o nome de epistemicídio. Além de que o término oficial do controle direto e explícito sobre os territórios entendidos como colônias não sinalizou uma ruptura com o colonialismo das mentalidades e subjetividades, sendo assim não havendo uma verdadeira emancipação e um ambiente saudável para a retomada de uma autonomia e soberania derradeira. O colonialismo se torna assim um fenômeno endógeno (a se reproduzir dentro das comunidades).(SOUSA, 2010, p.7-8).

Por essa razão, o epistemicídio generalizado praticado nestes últimos cinco séculos, tendo como epicentro desse fenômeno o continente europeu, descarta e hierarquiza uma imensa riqueza de experiências cognitivas, sejam elas antecedentes à colonização, sejam elas surgidas durante ou no pós-colonização.

Boaventura (2010) nos apresenta cinco formas de produzir ausência em nossa racionalidade ocidental:

- I. **Monocultura do saber e do rigor:** Aquela para a qual existe um único saber científico, os outros não têm validade, eliminam as realidades fora dos padrões ocidentais, os saberes populares. “(...) Essa monocultura do rigor baseia-se, desde a expansão europeia, em uma realidade: a da ciência ocidental”. Negando as outras formas de se produzir conhecimento, produz o que o autor (BOAVENTURA, 2010, p. 305 e 430) chama de “epistemicídio”: “a morte de conhecimentos alternativos”;
- II. **Monocultura do tempo linear:** “(...) a ideia de que a cultura tem um sentido, uma direção, e de que os países desenvolvidos estão na dianteira”. Parte do pressuposto que tudo que existe nesses países desenvolvidos estão à frente dos outros países, eles se colocam na condução da história (BOAVENTURA, 2010, p. 99);
- III. **Monocultura da naturalização das diferenças:** Naturaliza as condições das diferenças, como se as hierarquias fossem frutos de classificações naturais, “(...) não se pensa diferenças com igualdade; as diferenças são sempre desiguais” (BOAVENTURA, 2010, p. 93);
- IV. **Monocultura da escala dominante:** Coloca a hegemonia do global, universal, invisibiliza o local, o particular (BOAVENTURA, 2010, p. 50);
- V. **Monocultura do produtivismo capitalista:** A ideia de que o ciclo de produção determina a produtividade humana, tudo que não é produtivo na lógica ocidental é considerado improdutivo e estéril. Ser improdutivo é a maneira de produzir ausência(BOAVENTURA, 2010, p. 59).

A soma dessas cinco “monoculturas” apontadas por Boaventura (2010); podem facilmente serem entendidas como estratégias propositais que sustentam o que podemos chamar de “Monopólio Epistemológico” criado, aplicado e constantemente aperfeiçoado pelo eurocentrismo.

Segundo Sueli Carneiro (Entrevista, 2005), epistemicídio é um conceito que se refere às formas de conhecimento que não estão estabelecidas:

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da auto-estima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio.

O filósofo afro-americano Charles Mills em seu livro *The Racial Contract* (1997) nos apresenta um importante elemento do processo epistemicida europeu por um sistema político-racialista não declarado, pela conclusão de que:

[...] uma sociedade organizada racialmente, um Estado racial e um sistema jurídico racial, onde o status de brancos e não brancos é claramente demarcado, quer pela lei, quer pelo costume". Como Sueli Carneiro bem observa “Um tipo de sociedade em que o caráter estrutural do racismo impede a realização dos fundamentos da democracia, quais sejam a liberdade, a igualdade e a fraternidade, posto que semelhante sociedade consagra hegemonias e subalternizações racialmente recortadas.

Outro importante apontamento de Sueli Carneiro (Entrevista 2005) sobre o Contrato Racial

A branquitude, enquanto sistema de poder fundado no contrato racial, da qual todos os brancos são beneficiários, embora nem todos sejam signatários, pode ser descrita no Brasil por formulações complexas ou pelas evidências empíricas como no fato de que há absoluta prevalência da brancura em todas as instâncias de poder da sociedade: nos meios de comunicação, nas diretorias, gerências e chefias das empresas, nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, nas hierarquias eclesíásticas, no corpo docente das universidades públicas ou privadas etc.

Um exemplo prático do contrato racial da branquitude enquanto sistema de poder dentro das estruturas do Estado é a absoluta ausência de negros na instância máxima jurídica do país, o Supremo Tribunal Federal (STF), que em seus quase 2 séculos de existência (fundado em 1822 com o nome de Supremo Tribunal de Justiça) até os dias atuais possuiu

290 membros mas somente um único negro em toda sua história, ex-ministro Joaquim Barbosa, que assumiu o cargo de ministro em 2003 e aposentou-se em 2014. Tendo-se em vista que a população negra (pretos e pardos) brasileira representa nos dados estatísticos do IBGE de 2014 ao menos 53% do total de pessoas do país - e sendo o Brasil o segundo maior país em número de negros em todo o planeta -, torna o fenômeno assustador.

Michel Foucault (2002, p. 306) entende ser o racismo na contemporaneidade em uma dimensão do poder soberano sobre a vida e a morte. Operacionaliza-se, segundo Foucault, por meio do biopoder, conceito que descreve uma tecnologia de poder, uma biopolítica que permite a eliminação dos segmentos indesejáveis. Assim, para ele, “(...) o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros, a função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo”.

Alia-se nesse processo de banimento social a exclusão das oportunidades educacionais, o principal ativo para a mobilidade social no país. Nessa dinâmica, o aparelho educacional tem se constituído, de forma quase absoluta, para os racialmente inferiorizados, como fonte de múltiplos processos de aniquilamento da capacidade cognitiva e da confiança intelectual. É fenômeno que ocorre pelo rebaixamento da autoestima que o racismo e a discriminação provocam no cotidiano escolar; pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio (Carneiro, 2005).

## **1.7 UM PROJETO DE EXTERMÍNIO – RACISMO E A ANTINEGRITUDE**

Não há como se trazer tais temas sem nos debruçarmos sobre sua constituição, destrincharmos sua anatomia e até mesmo traçarmos suas origens até os atuais desdobramentos. Assim compreender como se originou este sistema de organização global que determina até onde dadas pessoas, entidades, elementos culturais podem ir, partindo de um conjunto de regras declaradas e não declaradas de discriminação de base pela aparência (fenótipo) e de origem (por ser africana ou afrodiáspórica). Assim, este trecho se coloca na difícil tarefa de sintetizar tais conceitos.

Raça, racismo, cotas raciais, colonização, África e seus derivados, vêm sendo temas recorrentes dentro das universidades públicas na atualidade, em especial das Áreas de conhecimento das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas. Isso se deve por um conjunto de fatores ocorridos nas últimas 2 décadas no Brasil, para citar alguns:

- I. As Cotas Raciais nas universidades. A 1ª universidade a adotar cotas foi a UERJ, em 2003. Tornou-se a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012;
- II. As Cotas Raciais nos concursos públicos. O 1º órgão público a adotar cotas foi o Itamaraty em 2010. Tornou-se a Lei Nº 12.990, de 9 de junho de 2014;
- III. A ação de inconstitucionalidade movida no STF (Supremo Tribunal Federal) contra as cotas pelo DEM<sup>32</sup> em 2009. O STF julgou a ação e por unanimidade declarou a constitucionalidade em 2012. Porém, continuam ocorrendo os constantes ataques contra as cotas por parte de figuras públicas e organizações;
- IV. A consequência da entrada de estudantes negros e servidores públicos negros, apesar de ainda estar longe de acompanhar a proporção populacional;
- V. A expressiva produção de material didático, formativo e acadêmico sobre temas de raça, racismo, negro, negritude, África, organizações e figuras negras e afins, que finalmente vêm adentrando gradativamente nas bibliotecas das universidades, e o reconhecimento ainda que tardio de autores e autoras negras;
- VI. O aumento de coletivos negros nas universidades e sua atuação política e formativa, além de contestação da ainda existente resistência por parte da comunidade acadêmica na abordagem desses temas e na aplicação das leis.

Dessa maneira, é perceptível que, apesar de faltar um aprofundamento sobre o tema (a questão racial) em muitas circunstâncias, o mesmo está em voga nas salas de aula, laboratórios de sociologia, antropologia e similares, em conversas de corredores e nos salões de reuniões dos conselhos das universidades. Nesses últimos cinco anos em especial a construção de cotas nos programas de pós-graduação vem alimentando uma retomada da luta negra para consolidar mais esse avanço para as Políticas Afirmativas no âmbito acadêmico.

## **O OVO DA SERPENTE – AS ORIGENS E UMA BREVE HISTÓRIA DO RACISMO**

---

<sup>32</sup>

DEM – Democratas, é um partido político brasileiro de alinhamento a Direita e Conservador.



*... E, como a luta não poderá alegar o que ele é agora, argumentemos que se a sua essência vier a ser aumentada, é bem possível que incorra em tais e tais extremidades. Consideremo-lo ovo de serpente que, chocado, por sua natureza, se tornará nocivo. Assim, matemo-lo, enquanto está na casca. Fala de Brutus na obra – Júlio César de Shakespeare, Ato 2, Cena 1, 28-34*

A escolha do título para esse subcapítulo merece uma explicação em particular. No trecho da citada obra na epígrafe acima, a peça de teatro Júlio César do escritor inglês William Shakespeare, tendo sua primeira apresentação em 21 de setembro de 1599, o personagem Brutus explica as razões que o fazem participar da conspiração para a derrubada de seu mentor e quase pai adotivo, Júlio César. Alega Brutus, haver indícios de um mal original, de um potencial ditatorial latente e pujante que coloca em risco toda democracia e segurança de Roma. Assim sendo, alegando não sem haver pessoais, necessita intervir para assassinar aquele a quem tanto foi o responsável por sua educação quanto por mantê-lo dentro da alta sociedade romana. E assim, aponta necessário esmagar “o ovo da serpente” antes que a serpente ecloda, ou seja, saia de sua casca e seja assim mais difícil ou impossível derrotá-lo. É uma ação de premeditação, de ser suspeito de um crime de caráter ‘essencialista’.

A analogia do ‘Ovo da Serpente’ aqui empregada possui a intencionalidade de alertar a origem da prática do racismo. A literatura pseudocientífica ao longo dos séculos se aperfeiçoou no tom vexatório em declarar que, pessoas negras e o mundo africano, seriam dotados de uma inferioridade civilizatória nata. Tais indivíduos pertenceriam a uma raça intermediária, um ‘Elo Perdido’, em transição evolucionista para se chegar ao humano pleno, que seria o branco, em outros momentos a uma imperativa violência de se classificar negros como não-humanos e que tais seres seriam uma espécie distinta de macaco mais avançado.

Indo para um âmbito religioso racista, em algumas situações ao longo do processo de colonização iniciada no Brasil a partir do século XVI. Profetizou-se por parte da Igreja que, diferentemente dos indígenas que seriam “puros” e que precisariam ser catequizados, os africanos seriam sujos, desprovidos de alma e vítimas de uma marca de danação divina.

Apegando-se aos escritos sagrados, seriam estas pessoas descendentes de Canaã. Canaã é filho de Cã, Cã um dos filhos de Noé, um dos grandes patriarcas do Cristianismo. Cã

em um evento bíblico descrito no evangelho de Gênesis capítulo IX do versículo 20 ao 27 haveria de ter cometido o seguinte sacrilégio:

20. Começou Noé a ser lavrador, e plantou uma vinha.
21. Bebendo do vinho, embriagou-se e achou-se nu dentro da sua tenda.
22. Cã, pai de Canaã, viu a nudez de seu pai, e contou a seus dois irmãos que estavam fora.
23. Então tomaram Sem e Jafé uma capa, puseram-na sobre os seus ombros e, andando virados para trás, cobriram a nudez de seu pai; tiveram virados os seus rostos, e não viram a nudez de seu pai.
24. Despertando Noé do seu vinho, soube o que seu filho mais moço lhe fizera.
25. E disse: Maldito seja Canaã; Servo dos servos será de seus irmãos.
26. E acrescentou: Bendito seja Jeová, o Deus de Sem; E seja-lhes Canaã por servo.
27. Dilate Deus a Jafé, E habite Jafé nas tendas de Sem; E seja-lhes Canaã por servo.

Assim, Cã havia visto a nudez do seu pai (Noé) enquanto o patriarca estava embriagado de vinho em sua tenda, Cã então teria contado a seus irmãos (Jafé e Sem), estes ao saberem foram imediatamente ao local e, de costas para não ver as “vergonhas” do seu genitor, cobriram-no com uma capa. Despertando do estado de embriagues, Noé foi tomado pela fúria pela ação de seu filho mais novo (Cã) e assim lançado uma maldição ao filho deste, seu neto Canaã. Observa-se que o neto pagou pelo duvidoso crime do filho. Há interpretações que afirmem que Noé não lançou tal maldição diretamente sobre Cã porque este, assim como ele e os demais que sobreviveram ao Dilúvio, havia sido diretamente abençoado por Deus e logo, não teria Noé poderes para se sobrepuser à bênção do Criador.

Como pode se perceber, há em evidência um tom “escravagista” na maldição rogada, de uma servidão (sem prazo de término) de Canaã a Jafé, Sem e seus descendentes. Nos versículos seguintes são descritos os filhos e netos dos três filhos de Noé. Sendo Cã o fundador dos povos da África, Sem o fundador dos povos do Oriente Médio e Ásia, e por fim Jafé o fundador dos povos da Europa. Essa é a genealogia mais aceita dentro dos estudos da teologia no processo de árvore genealógica através dos escritos bíblicos. Tal escrita bíblica vem sendo usado para justificar um caráter fatalista e divino de servidão contra os povos africanos. E sendo a Igreja até recentemente uma instituição que organizava a sociedade e que inclusive foi forte participante dos processos coloniais. Em certas circunstâncias, contestar tais escrituras seria um óbvio ato de heresia. Esse exercício de poder fundamentalista de base

racista é tão forte e se reverbera ao longo do tempo que na atualidade figuras públicas, como deputado federal e pastor Marcus Feliciano na época filiado ao PSC<sup>33</sup>, fazem uso do artifício de interpretação desse trecho para afirmar que o continente da África e os africanos passam pelas condições cruéis por conta desse ‘mal de origem’, fez o seguinte pronunciamento em uma entrevista no ano de 2013<sup>34</sup>:

Noé lança uma maldição patriarcal sobre os descendentes diretos de Cã. Ao citar isso, porque era uma pergunta teológica, eu disse que a linhagem dos três filhos de Noé vieram a raça humana.

A linhagem de Cã vem Canaã, Mizraim, Pute e Cuxe. Esses quatro filhos deram origem ao continente africano.

Aí eu postei que o continente africano existe hoje sobre a maldição patriarcal lançada pela boca de Noé, e disse que possivelmente por causa disso, vírus como o Ebola, Aids, as guerras entre etnias já ocorreu lá dentro daquele país.

Facínoras como e Benjamin, como jonas, abílio que matavam crianças de 5 anos, arrancando suas cabeças. A fome, peste acontece naquele país...

É notável que a perspectiva religiosa cheia de “ignorância” por parte de Marco Feliciano, em vários momentos inclusive menciona a África não só nessa pregação, mas em outras, em entrevistas e falas no plenário do Congresso, como se este continente fosse um país. Há também uma má-fé no entendimento de coisas elementares que qualquer pesquisa de alguns minutos sobre o tema pode desvelar. A por exemplo, a noção de que as condições que hoje a África e os africanos estão se dá pelas condições de superexploração de trabalho e recursos que se perpetuam ainda na atualidade, praticadas pelos países-metrópoles (países da Europa, EUA, e mais recentemente países asiáticos) exercem sobre suas antigas, ou melhor dizendo, veladas, colônias. Através da intervenção econômica, religiosa, política, bélica e ilegal praticada pela colonização, o resultado de se haver conflitos, miséria, fome, doenças, desolação e destruição nada são frutos de uma intervenção divina prescrita na Bíblia, mas de um projeto de poder milenar planejado e executado por mentes e mãos humanas.

Voltando à analogia do Ovo da Serpente, a europerspectiva sobre a África, que durante milhares de anos foi um vasto território com poderosas e imensas civilizações, representava no imaginário dos povos europeus um enorme potencial de inimigo, que caso não construíssem estratégias de guerra representaria um risco ao mundo branco. Desmantela-

---

<sup>33</sup> PSC – Partido Social Cristão, é um partido político brasileiro de alinhamento a Direita e extrema conservador religioso.

<sup>34</sup> Fala do Deputado Federal e Pastor Marco Feliciano em filmagem de pregação na cidade de Guarulhos, São Paulo. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=h43B003ULCM> > Acesso em: 20 de mar 2018.

lo, saqueá-lo, destruí-lo a fazê-lo regredir a um nível pré-civilizatório sobre várias perspectivas era uma necessidade de garantir a hegemonia europeia sobre o globo terrestre, e assim foi pensado, e assim foi feito. A África também foi a principal fonte de referência civilizatória da Europa, foi com os africanos que os europeus aprenderam as ciências tais como matemática, medicina, astronomia, física, química, o plantio em larga escala, noções de arquitetura, filosofia, a escrita, dentre tantas outras. E dessa maneira, não seria a África um “Júlio César” traído por alguém tão próximo a quem ele tanto fez, como a Europa “Brutus”?

O jogo do dualismo entre se colocar como o bem e por consequência o outro como o mal, em antes de executar um inimigo atrelar ao mesmo a condição de algoz de seu próprio destino fatal por possuir algo não aceitável, como uma marca de danação, um pecado original de sangue, um sinal visual (como a cor da pele) que não pudesse ser removido, é uma estratégia de guerra bastante presente na literatura histórica dos conflitos da Humanidade.

Concluindo, se trazendo um dos mais clássicos exemplos disso, podemos pensar nos longos anos de propaganda antissemita disseminadas pelo governo nazista antes de começar a matar os judeus em larga escala nos campos de concentração. A primeira morte é a simbólica e social, a morte física, do corpo, acaba por se tornar uma quase inevitável consequência.

Voltemos à proposta do subcapítulo, as origens e os conceitos do racismo, nós faremos uso da rica e vasta produção acadêmica de um consagrado intelectual nos estudos sobre raça e África, o congolês e brasileiro, o professor doutor cátedra da USP, Kabengele Munanga<sup>35</sup>.

Em sua introdução ao conceito de raça, o citado pesquisador descreve:

Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné conhecido em Português como Lineu (1707-1778), o uso para classificar as plantas em 24 raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada. Como a maioria dos conceitos, o de raça tem seu campo semântico e uma dimensão temporal e especial. No latim medieval, o conceito de raça passou a designar a descendência, a linhagem, ou seja, um grupo de pessoa que têm um ancestral comum e que,

---

<sup>35</sup> *Kabengele Munanga* – Professor Doutor Congolês-brasileiro Antropólogo. Possui Graduação em Antropologia Cultural pela *Université Officielle Du Congo à Lubumbashi* (1969) e Doutorado em Ciências Sociais (Antropologia Social) pela Universidade de São Paulo (1977). Atualmente é Professor Titular da Universidade de São Paulo e Professor Sênior na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (2014-Atual). Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia das Populações Afro-Brasileiras, atuando principalmente nos seguintes temas: racismo, identidade, identidade negra, África e Brasil.

ipso facto, possuem algumas características físicas em comum” (KABENGELE, 2003, p.1).

Como poderíamos supor, a palavra raça surge para a definição da existência da diferenciação dentre outras formas de vida. E seu caráter de uso acadêmico-científico para a sociedade humana ocorreu posteriormente.

Porém, é importante ressaltar que o fato social racismo antecede a própria criação da palavra raça/racismo. Os conceitos são quase sempre uma denominação para designar uma ocorrência já comprovada ou em vias de ser comprovada, e o racismo não haveria de ser diferente. Um dos, se não o mais antigo, antigos sistemas de discriminação racial estrutural pode ser apresentado pela tradição das castas que predominam a região da Índia e países vizinhos. Como bem nos apresenta o escritor V.T. Rajshekar<sup>36</sup> em seu livro, *Dalit*<sup>37</sup> - *The Black Untouchables of India* (Tradução livre: *Dalit – Os Negros Intocáveis da Índia*), 1ª Edição em 1987, sua obra é descrita a trazer o seguinte relato:

O *dalit* não só é proibido de adentrar na casa de um brâmane, mas também não pode retirar água do mesmo poço, nem comer da mesma panela ou prato. Ele não deve olhar ou permitir que sua sombra cubra um brâmane. Todos esses atos poluirão o brâmane 'puro'. O *dalit* não é apenas intocável, mas também invisível, inacessível, inumano e até impensável... Este livro é leitura obrigatória para aqueles que desejam compreender a verdadeira natureza do brâmane. Sistema de castas e o sofrimento que isso causa a milhões. (Tradução livre) Crescent International

Um outro importante autor que se debruçou nos estudos em relação à valorização de cores/fenótipos é o antropólogo *Andre Béteille*<sup>38</sup>. Constatou que existe na sociedade da região

---

<sup>36</sup> VT Rajshekar, na íntegra, *Vontibettu Thimmappa Rajshekar*, nasceu em 1932. É um controverso e famoso jornalista e escritor indiano, além de ativista dos direitos humanos. Ex-jornalista do *Indian Express*, onde trabalhou por 25 anos. Fundou em 1981 o periódico político *Dalit Voice* onde hoje exerce a função de editor geral. O jornal é descrita pelo Observatório dos Direitos Humanos da ONU como o ‘periódico *Dalit* de maior amplitude’.

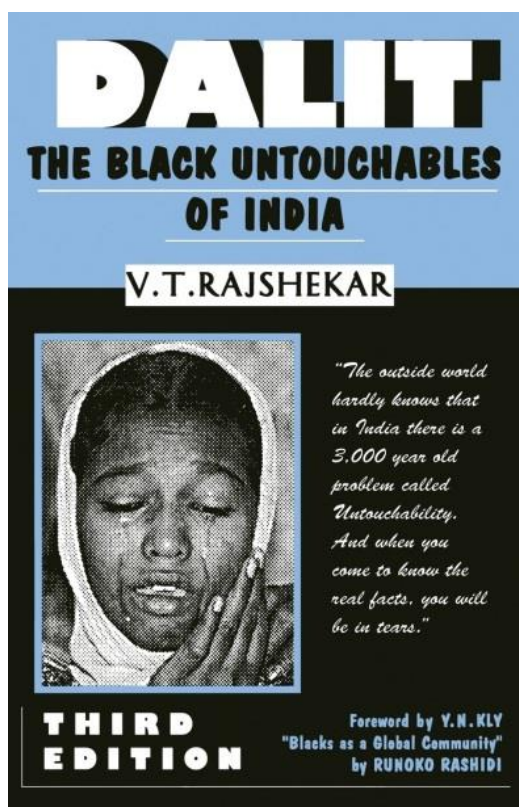
<sup>37</sup> O termo *dalit* (literalmente: oprimido, quebrado), antes em uso exclusivamente depreciativo e hoje ressignificado pela militância, designa um termo generalista para aqueles que vivem à margem do sistema de castas indiano. São também denominados de intocáveis. Hoje o termo oficial empregado pelo governo e de uso internacional é *Scheduled Caste* (tradução livre: Casta Desfavorecida), outro termo comum é *harijan* (literalmente: filhos de Deus); este último termo preferido e disseminado por *Mahatma Gandhi*.

<sup>38</sup> *Andre Beteille* nasceu em 1934. É um sociólogo e escritor indiano. Mais conhecido por seus estudos sobre o sistema de castas no sul da Índia. Ele é professor de Sociologia na Faculdade de Economia da Universidade de *Delhi*. É nomeado Professor Nacional de Pesquisa pelo Governo da Índia em 2007. Ele é um destinatário da honra civil indiana da honraria *Padma Bhushan* (O *Padma Bhushan* é o terceiro maior prêmio civil da República da Índia. É concedido para "serviço diferenciado de alta ordem... sem distinção de raça, ocupação, posição ou sexo").

da Índia uma nítida preferência por tons mais claros de pele, um ‘colorismo indiano’<sup>39</sup>. Para sustentar sua tese, *Béteille* faz um estudo sobre a filologia e etimologia das línguas e dialetos indianos, constatou que as palavras para “algo” claro e para “algo” bonito são sinônimos e apresentam vários provérbios que sugerem uma fusão simbólica entre cor clara ou branca e posição social alta, a exemplo desses provérbios:

“Nunca confie num brâmane de cor de pele escura”;  
“Não atravesse um rio com um brâmane de cor de pele escura”. (tradução livre) (Béteille, 1967, p. 451, 452).

Figura 1 - Capa da terceira edição do Livro *Dalit – The Black Untouchables of India* (1995)



Fonte: Amazon<sup>40</sup> (2018)

<sup>39</sup> Na Conferência sobre Diáspora Africana em Goa, Margaret Alva, uma figura política importante e uma militante da causa dos sid(d)is já de longa data, destacou em seu pronunciamento que a Índia é uma sociedade preocupada com a cor de sua população (“colour-conscious”). Para comprovar tal afirmação, trouxe uma tradição dentre as atitudes típicas das avós indianas. Quando suas filhas estão a dar a luz, a primeira pergunta delas normalmente é se a criança é menino ou menina; e a seguinte é: ele(a) tem a pele clara? (apud Van Kessel, 2011, p. 2).

<sup>40</sup> Disponível em: <<https://www.amazon.com/DALIT-BLACK-UNTAOUCHABLES-V-T-Rajshekar/dp/0932863051>>. Acesso em 21 de mar 2018.

O Livro *Dalit - The Black Untouchables of India* é uma obra pioneira a nos traz as raízes da formação da maior minoria do planeta (mais de 150 milhões de pessoas) através de uma longa história dos quase 4 mil anos de conquistas, escravidão, *apartheid* e coisas ainda piores. *Rajshekar* nos oferece detalhes surpreendentes e perturbadores do papel do Bramanismo e do sistema de castas indiano na incorporação da noção de "intocabilidade" na cultura hindu, desenhando suas origens de um elaborado sistema de controle político sob a forma de religião, imposta pelos invasores arianos do norte sobre a civilização aborígine/dravidiana de ascendência africana que foi totalmente subalternizada. Detalha a desumanização quase inimaginável que continua a ser vigorar até hoje contra os chamados intocáveis, com a cumplicidade dos sistemas político, judicial, midiático/comunicação e educacional do país.

É importante salientar que *V.T. Rajshekar* é também o fundador e editor geral da revista política *Dalit Voice*. A revista é descrita pela biblioteca online da Universidade de Columbia como:

Caracterizada por uma forte posição radical anti-brâmanista, anti-casta e anti-racista, defesa da libertação do Bramanismo. Autoproclamado como ‘o único porta-voz de toda a Índia despojada e privada...’ , - Dalits, castas atrasadas, cristãos, muçulmanos, sikhs, mulheres - todas as vítimas do racismo aramaico brâmane (Tradução livre) (COLUMBIA, University. 2012, p.?).

Assim, podemos demarcar o fato racismo, diferente do senso comum, para uma longa trajetória dentro da história da humanidade, precedendo em milhares de anos o próprio regime escravocrata que se instalou no século XVI.

A primeira menção moderna que se tem registro na literatura acadêmica a fazer uso da palavra raça diretamente relacionada ao sentido de ‘espécies de humanos’ foi empregada pelo francês François Bernier (ano, página)<sup>41</sup>. Ocorreu no ano de 1684, publicou um artigo no jornal “Journal des Sçavans” intitulado “*Nouvelle division de la terre par les différentes espèces ou races d’homme qui l’habitent*”, em tradução livre – “A Nova divisão mundial pelas diferentes espécies ou raças de homens que o habitam”. Esta foi a primeira teórica “científica” à concepção de dividir a humanidade em "raças", em especial assumindo como maior e primeiro critério o fator cor da pele dos indivíduos.

---

<sup>41</sup> François Bernier nasceu em 1620 e faleceu em 1688. Foi um viajante, médico, antropólogo e filósofo francês. Famoso por suas viagens ao Oriente Médio, Ásia e a África. Chegou a ser o médico pessoal do Imperador mogol, Auzangzeb.

Bernier (ano, página) considerava a cor da pele como um atributo físico imutável e definitivo, ao contrário de Henri de Boulainvilliers<sup>42</sup>, este último acreditava que as raças se davam pela condição de classe e grau de nobreza dos indivíduos e se limitava aos estudos das raças no âmbito do território francês, porém, quanto crítico ao absolutismo, logo admitia que ‘nobreza racial, de sangue puro’ não garantia por hereditariedade para um bom governo, mas sim qualidades morais cultivadas, a exemplo da antiga nobreza militar a quem ele considera uma fonte tradicional de virtudes.

Dessa maneira se torna o aventureiro francês o ‘pai’ do conceito da categoria raça, por aplicar a categoria para classificar as diferenças fenotípicas de toda a humanidade. Ainda que não tenha estabelecido exatamente uma hierarquia aberta entre as ‘raças’ que ele apontou distinções, ele também é o primeiro a constituir uma base de descrição tendo por base a noção europeia ocidental de beleza. Por exemplo, sobre a descrição de ‘feiura’ e alegações de ‘verossimilhança’ com dados animais.

Assim, continuaram os estudos de raça nos séculos XVI e XVII, uma menção importante ainda no contexto da França, foi utilizada a noção de raça para constituir avaliações de relação de poder mesmo entre agrupamentos étnicos europeus. Por exemplo, a nobreza local discursava sua origem a partir dos Francos, de origem germânica, em oposição aos plebeus, que eram tratados como descendentes dos Gauleses, de origem celta. Dessa maneira não se afirmava que francos e gauleses fossem dois agrupamentos étnicos suficientemente diferentes para serem vistos como raças distintas, como ainda a nobreza de origem franca se afirmava detentora de uma ‘pureza de sangue’ que os dotava de habilidades natas de governança sobre outros povos, se chegava até mesmo a dizer que por consequência a dominação pela dita superioridade permitia exercer a prática da escravização.

Resumidamente, os conceitos de raça pura de uso na Botânica e Zoologia foram transportados para legitimar papéis sociais das classes (Nobreza e Plebe) mesmo que inexistissem diferenças morfo-biológicas minimamente suficientemente entre os indivíduos desses agrupamentos. (KABENGELE, 2003, p.1). Porém, o ponto crucial para o aperfeiçoamento do racismo se deu com o denominado período das Grandes Navegações, em que a civilização ocidental (a.k.a. Europa), em que ocorreram choque cultural maciço e intenso com as quatro outras formações de grandes agrupamentos étnicos (nativo-americanos,

---

<sup>42</sup> Henri de Boulainvilliers nasceu em 1658 e morreu 1722. Foi um historiador e astrólogo francês. Ele é um dos primeiros historiadores a considerar a arte de governar como uma ciência. Sua perspectiva ganhou fama em sua época.



asiáticos, melanésios e negros) que rompem com a perspectiva de um mundo ‘formado por maioria de brancos’ que na Idade Média perpassava no imaginário do homem comum desse continente. Como se deu cada um desses ‘encontros’:

- I. O retorno a um contato próximo e constante com a África. Usa-se aqui o termo “contato” não numa conotação de troca mútua ou qualquer processo de cordialidade, mas o início do que viria a ser o grande e secular comércio de escravizados. Este foi o mais longo e cruel sistema de captura, sequestro, venda e exploração de seres humanos em larga escala da história da humanidade;
- II. A invasão das Américas, usualmente denominada de descobrimento do Novo Mundo, em que pela primeira vez de forma de conhecimento comum a quase todo europeu, se sabe da existência de uma terra ultramarina que é ocupada, os ameríndios. Tal invasão resultou em um dos mais longos e devastadores genocídios, resultando na morte de dezenas de milhões de nativos;
- III. A retomada do comércio e exploração com o Oriente Distante, em especial o grande império da China, que futuramente passaria por grande devastação pelas Guerras do Ópio contra a Inglaterra. Também ocorria a guerra pelas rotas de comércio a preços baixíssimos (quando não saqueavam) das especiarias da Índia e países próximos e a revendiam a preços exorbitantes na Europa e Américas;
- IV. Por fim, as primeiras incursões aos arquipélagos da Oceania (melanésios), que também resultaram em vários impactos devastadores, como o desaparecimento de muitas etnias, a extinção de várias espécies animais nativas.

Os dois países pioneiros no processo de invasão transcontinental ultramar foram a Espanha e Portugal, tornando a Península Ibérica o palco dos debates sobre a existência de outras raças. A perspectiva ainda teocêntrica sobre a análise da condição humana predominava, em especial desses dois países ainda profundamente católicos à moda medieval, tendo na Igreja sua fundação pelo qual todo o poder se desdobra.

Assim sendo, para se reconhecer a condição de humanidade sobre outros agrupamentos de povos, na perspectiva europeia em vigor na época, era necessário poder se traçar uma descendência até a mítica figura bíblica de Adão. Além da menção dos três filhos de Noé já anteriormente feita, há em voga a perspectiva de que os três Reis Magos, que também se tornaram referência da composição das três raças já conhecidas:

- I. Belchior descrito como o mais velho, a representar os semitas (asiáticos);

- II. Gaspar o mais jovem, a representar os povos descendentes de Jafé (europeus);
- III. Baltazar era o de idade intermediária, a representar os povos descendentes de Cã (africanos).

Porém, os indígenas eram um quarto elemento racial que não cabia nos modelos consagrados da Idade Média, pois não eram vistos como parte nem da trindade de descendência do Patriarca Noé, e nem no arranjo de uma também trindade posterior, os Reis Magos a representar os três grandes povos a constituir a descendência de toda a humanidade. Assim permaneceram sendo uma incógnita para muito dos teólogos da época. (KABENGELE, 2003, p.2)

Algumas explicações dos mais imaginativos ou fervorosos membros da Igreja da época afirmaram então que o ‘Novo Mundo’ seria onde havia o Jardim do Éden. Assim sendo, os nativo-americanos seriam os povos puros, ainda não tocados pelo pecado, razão para andarem nus sem sentirem vergonha, da mesma forma que Adão e Eva foram antes de comerem o fruto Proibido do Conhecimento. Essa linha de pensamento foi muito defendida como prerrogativa do longo processo das expedições missões de conversão que deram desde o começo o tom nos processos de invasão sobre o continente das Américas.

Em alguns momentos as ordens eclesiásticas entraram em conflito com as outras forças coloniais, defendendo que estes não poderiam ser explorados da mesma forma que os africanos, pois eram puros e precisavam ser protegidos. A perspectiva da paternalidade civilizacional através da Igreja foi um dos mais palpáveis elementos da participação da religião. Há também a acusação sobre as religiões e a espiritualidade indígena seriam influências de demônios que se aproveitaram da ignorância desses povos quanto ao não acesso à Bíblia, restando aos europeus uma obrigação ética, moral, de catequizá-los, de salvá-los.

O historiador Aquino Jesus e Oscar em sua volumosa obra, História das sociedades americanas, nos dá uma síntese da colonização espanhola em relação à “nova raça”:

Sem cairmos nos radicalismos da *Leyenda Negra*<sup>43</sup>, que atribuía aos espanhóis as maiores atrocidades na América, não se pode negar que o comportamento

---

<sup>43</sup> *Leyenda Negra* é uma expressão a se referir ao conjunto de propagandas anti-espanholas que se espalhou por toda a Europa a partir do século XVI. Esses discursos colocavam os outros países europeus (em especial os de origem anglo-saxônica e germânica) como menos violentos e mais civilizados no processo de colonização do continente americano. Nota-se que historicamente os povos da península ibérica (Portugal, Espanha e uma pequena parte da França) sempre foram tratados como povos europeus de segunda classe em comparação aos demais. Uma das origens desse comportamento

dos conquistadores foi sempre violento: matou milhares de indígenas, saqueou suas riquezas, explorou sua força de trabalho, desestruturou o mundo nativo mediante uma conquista que não foi unicamente militar, mas também religiosa, econômica, cultural e política (OSCAR, 2000, p.105).

A partir do século XVIII, ocorre uma grande mudança na perspectiva intelectual e científica na Europa que se espalha por todo o planeta, a chamada Era das Luzes, o Iluminismo surge no cenário. Alegando-se ser uma corrente de pensamento e produção do conhecimento fundamentada na Razão, o conceito de raça então se aprimora para cumprir ao anseio e interesses dessa nova mentalidade eurocêntrica. Fogem da origem de raça extraída dos estudos das ciências naturais, construindo uma nova área de conhecimento denominada de História Nacional da Humanidade, sendo logo adiante chamada de Biologia e Antropologia Física.

Porém, a grande maioria dos intelectuais defensores da Era da Razão ainda continuava a defender um processo de classificação de raças humanas. Seria essa a maneira da civilização europeia da época de enxergar a diversidade humana, e tal conceito (raça) o método de classificações desses agrupamentos, de estudar essas variações. Assim sendo, tal estudo de classificação desencadeou ao que viria a ser o racismo. O critério da cor da pele continuava a ser o critério fundamental para se diferenciar as várias etnias humanas, denominadas na época ainda por raças. E modelo que até hoje segue vigente consiste em constituir três grandes raças humanas, que como pode se notar continuam a ser a reprodução da mesma lógica que antecedeu ao Iluminismo: A raça branca, negra e amarela. Organizada pela quantidade de melanina nos corpos, que por consequência define a cor da pele, dos olhos e do cabelo (KABENGELE, 2003, p.2-3)

Seguindo para o século XIX, os estudos do racismo seguiram agora para uma avaliação também fenotípica mais atrelada à feição, ao formato craniano, do rosto dos indivíduos. O crânio alongado se denominou de dolicocefalo e tido como tipicamente branco (caucasóide), enquanto o crânio mais redondo se denominou de braquicefalo e tido como tipicamente dos negros e amarelos. Apesar de que estudos apontavam um conjunto de fatores não necessariamente raciais para que esse fenômeno do formato do crânio ocorrer, a exemplo da influência ambiental, como os estudos de Franz Boas apontavam. (KABENGELE, 2003, págs. 3)

---

se dá por serem vistos como “impuros”, por terem sido palco da colonização árabe e haver em muitas famílias da região alguma descendência moura distante ou de outros povos africanos que lá ocuparam.

Um dos maiores e mais violentos usos dessa perspectiva de avaliação racial através do fenótipo ocorreu através dos estudos de Cesare Lombroso<sup>44</sup>. Foi responsável pelo nascimento da Escola Positiva de Direito Penal, que defendia um positivismo evolucionista. Creditava que o criminoso sofria com uma regressão hereditária, atavismo<sup>45</sup>, era vítima de impulsos primitivos adormecidos em sua natureza. O crime logo era inevitável por algumas pessoas o manifestarem frutos de uma herança congênita. Porém, por ser o crime socialmente abominável, defendeu a prisão perpétua e a pena de morte em sua obra *“As mais recentes descobertas e aplicações da psiquiatria e antropologia criminal”* de 1893.

As ideias positivistas lombrosianas se espalharam pelo planeta. Brasil faz necessário especial menção. Os estudos aqui empregados tiveram uma forte e explícita “caça” por tal marca de criminoso através de herança fenotípica (traços físicos), e os estudos brasileiros se focaram no estudo das características cranianas para fazer um julgamento do nível de “marginalidade latente” dos indivíduos. O perfil do criminoso acabou por ter um forte caráter racista, ao afirmar que traços negroides eram marcas dessa latência para a prática de crime.

Um dos mais famosos episódios desse racionalismo lombrosiano, foi fruto dos estudos do intelectual Raimundo Nina Rodrigues<sup>46</sup> (formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia), ou mais conhecido somente pelo nome de Nina Rodrigues. Este estudioso solicitou a cabeça de Antônio Conselheiro após o fim da Guerra de Canudos, para fazer uma “vasculha” de traços de atavismo (de elementos negroides), porém sem êxito. Ao longo de sua carreira, Nina Rodrigues chegou a produzir conclusões notadamente racistas, a exemplo de afirmar que negros e “mulatos” eram intelectualmente inferiores, incapazes, e que logo se fazia necessário a criação de uma legislação específica que tratasse de suas especificidades.

---

<sup>44</sup> Cesare Lombroso nasceu em 1835 e faleceu em 1909. Foi um psiquiatra, cirurgião, higienista, criminologista, antropólogo e cientista italiano. Famoso pela criação da controversa Antropologia Criminal.

<sup>45</sup> Atavismo (do latim *atavus*, ‘ancestral’) é o reaparecimento de uma dada característica considerada de gerações anteriores sobre um atual representante daquela linhagem. Uma herança genética adormecida que ressurgiu no organismo.

<sup>46</sup> Raimundo Nina Rodrigues, nascido em Vargem Grande/MA em 4 de dezembro de 1862 e falecido em Paris em 17 de julho de 1906. Foi um médico legista, psiquiatra, professor, escritor, antropólogo e etnólogo brasileiro. Foi também dietólogo, tropicalista, sexologista, higienista, biógrafo, epidemiologista.

João H. Costa Vargas <sup>47</sup>(2016, p.13-26) nos apresenta logo na introdução da obra: Antinegitude – O Impossível sujeito negro na formação social brasileira:

A questão ética que as experiências da negritude colocam à nação (enquanto formação de sociabilidade calcada em valores e cognição normativos) e ao estado (enquanto aparato burocrático e relações sociais envolvidos no gerenciamento de desigualdades), ainda que estado e nação sejam perfeitamente separáveis apenas no âmbito analítico, é tão simples quanto é urgente: porque a exclusão, objeção, e morte continuam definindo a presença negra? (VARGAS, 2016, p.13)

O questionamento inquietante apresentado por João Vargas é não somente uma síntese da existência negra numa sociedade que busca expurgá-lo de todas as formas possíveis, mas um “cálculo social” da junção de Nação (quanto população e seus valores) e Estado (quanto instituição legisladora, julgadora e executora dentro do território dessa nação) que juntas reúnem forças para definirem o lugar comum do negro ao não-lugar. Decreta ao negro às várias mortes: A morte identitária (negação de sua condição racial de negro, ainda que sofra diversos mecanismos de exclusão racial), a morte epistemológica (acesso à produção negra cultural, intelectual, cultural, ao seu referencial civilizatório africano. Enquanto brancos tem uma super-representatividade epistêmica nos vários lugares sociais, a exemplo da televisão, cinema, teatros, literatura, bibliotecas e universidades), a morte psicológica/espiritual (a destruição de sua autoestima, adoecimento mental e de uma perspectiva espiritual), a morte social (os processos de limitação de acesso a espaços considerados de prestígio e poder, enquanto empurrado a empregos de subalternidade), e por fim a morte física como a manifestação literal das outras mortes que já precederam a seu corpo já sem vida.

---

<sup>47</sup> João H. Costa Vargas é professor associado no *African Diaspora Studies Department* da Universidade do Texas/EUA em Austin.

## **CAPÍTULO II: O GENOCÍDIO NEGRO, O NACIONALISMO BRANCO E O MUSEU NACIONAL**

O presente capítulo busca fazer algumas conjecturas do entendimento sobre o Genocídio Negro (focando-se em suas premissas dentro do Brasil), a concepção de Nacionalismo com a ideologia que mais encontrava-se em voga no Brasil (O Integralismo) e por fim a noção de Museu Nacional, trazendo como exemplar externo o Museu da Casa da Arte, criação do governo nazista.

### **2.1 O GENOCÍDIO DO POVO NEGRO**

Retomando as contribuições Raphael Lemkin (1943), o termo Genocídio é definido como o extermínio deliberado, parcial ou total, de uma comunidade, grupo étnico, racial ou religioso. Do ponto de vista legal, o genocídio, seja cometido em tempo de paz, quer em tempo de guerra é um crime sob o direito internacional. Tanto a Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio, de 1948, quanto o Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional (TPI), em 1998<sup>48</sup>, contem uma definição idêntica:

Artigo II - Na presente Convenção, entende-se por "genocídio" qualquer dos seguintes atos, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tal como:

- A) Assassinato de membros do grupo.
- B) Dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo;
- C) Submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial;
- D) Medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo;
- E) Transferência forçada de menores do grupo para outro grupo.

O primeiro autor a falar sobre “Genocídio do Povo Negro” (com a seguinte expressão [Genocídio do Negro Brasileiro]) foi o acadêmico e militante pan-africanista e criador da ideologia do quilombismo<sup>49</sup>, Abdias do Nascimento em sua obra homônima “O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado” (1978. p.?) em que através dos estudos

---

<sup>48</sup> Definição de Genocídio pela “Convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio (1948)” Página:  
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/genocidio.htm>

<sup>49</sup> Obra “O Quilombismo – 1980” NASCIMENTO, Abdias.

de caso da hierarquização social das raças, evidencia as mais variadas violências sofridas pela população afrodescendente (termo esse cunhado por ele mesmo).

O Genocídio do Povo Negro é um fenômeno social em escala mundial comprovado através de evidências literárias, científicas e políticas, e acima de tudo, pela própria historicidade de como se deram e ainda se dão as relações raciais no âmbito tanto das especificidades (as relações interpessoais entre negros e brancos) quanto da sociedade global (relações econômicas e políticas entre localidades, regiões, países e continentes), ou seja, tanto no micro quanto no macro.

No Brasil é um tema já bastante debatido, estudado, apontado e publicitado tanto pelos Movimentos Sociais, em especial o Movimento Negro (e dentro deste por organizações de ação comunitária, de denúncia à existência de grupos de extermínio e de acompanhamento a familiares vítimas dessa violência) quanto nos espaços acadêmicos - movimento negro dentro do ensino superior, o próprio movimento estudantil, docentes negros, a exemplo dos estudos do Kabengele Munanga e Sueli Carneiro (2005) -, e governamentais<sup>50</sup> - o Estado ainda que debata, possua programas governamentais que na teoria combatam, e assumam a existência desse fenômeno, entendemos que este possui pouca eficiência ou mesmo uma inexistente capacidade em dar respostas concretas diante dos milhares de casos de violência e assassinatos, praticados por agentes da chamada Segurança Pública.

Hoje os principais canais de comprovação em dados (estatísticas) sobre o Genocídio do Povo Negro são os levantamentos feitos pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os estudos do Mapa da Violência<sup>51</sup> - análise das principais vítimas de armas de fogo, violência doméstica, de gênero, juventude, crianças e adolescentes entre outros, todos apontam para um perfil negro como o mais vulnerável - e, os relatórios e denúncias feitas por organizações autônomas e internacionais, a exemplo da própria ONU e da Anistia Internacional<sup>52</sup>.

Podemos citar três fontes que comprovam o genocídio contra o povo negro no Brasil:

---

<sup>50</sup> Entre os diversos programas governamentais, podemos citar o *Plano Juventude Viva, que reúne ações de prevenção* para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência física e simbólica. Fonte?

<sup>51</sup> Mapa da Violência do Instituto Sangari, endereço eletrônico: <http://www.mapadaviolencia.org.br/index.php>

<sup>52</sup> Anistia Internacional, endereço eletrônico: <https://anistia.org.br/>

- 1) Em 9 de Julho de 2012<sup>53</sup> o Conselho de Direitos Humanos, do Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU, encaminhou ao governo brasileiro um relatório de um grupo de trabalho fruto de visitas e estudos sobre a situação do país, tendo como alguma das proposições desse relatório:

*“58. The United Kingdom asked how Brazil would tackle the issues of allegations of torture, acts of violence from the police and extra-judicial killings. It also urged Brazil to enhance protection of human rights defenders and indigenous population.”*

[...]

*“88. The International Advisor of the Ministry for Promotion of Racial Equality, Magali Naves, highlighted successful policies for the promotion of racial equality. The 2010 Census, she noted, recorded an increase in the number of people who identify themselves as black, as well as an improvement in their education and income figures. However, due to the persistence of racial inequality, more efforts are required to foster their social inclusion. In 2010 the Federal Government approved the Racial Equality Statute, which resulted in guidelines and 20 specific programmes to combat racism in several government areas for the four years to come, and the National System for Racial Equality Promotion, aimed at decentralizing policies and taking them to the local level. An intergovernmental forum and a national ombudsman have also been established.”*

[...]

*“119.17. Encourage and facilitate relevant human rights institutions to be accredited by the International Coordinating Committee of NHRIs in line with the Paris Principles in order to create a space for independent monitoring of human rights, particularly on abusive military and police activities (Namibia)”*

[...]

*“119.31. Pay particular attention to seek even more effective results in the implementation of policies addressing the following issues: protection of the rights and promotion of the socio-economic situation of indigenous peoples and Afro-descendent Quilombo communities; access to justice and combating impunity; extra-judicial executions, torture in detention and; protection of human rights defenders (Cape Verde);”*

[...]

*“119.60. Work towards abolishing the separate system of military police by implementing more effective measures to tie State funding to compliance with measures aimed at reducing the incidence of extrajudicial executions by the police (Denmark)”*

[..]

*“119.65. Revise the human rights training programmes for the security forces, emphasizing the use of force according to the criteria of necessity and proportionality and putting an end to extra-judicial executions (Spain)”*

[...]

*“119.69. Reform the penitentiary system to reduce the level of overcrowding and to improve the living conditions of persons deprived of their liberty (Spain);”*

---

<sup>53</sup>



[...]

*“119.88. Intensify efforts for the security of human rights defenders and reinforce cooperation with all stakeholders, in particular, the states and military police (Czech Republic);”*

[...]

*“119.113. Strengthen the judiciary by combating slowness as well as addressing corruption and the repressive treatment of adolescents (Spain)”*

[...]

*“119.159. Adopt additional measures for access to education, in order to contribute to overcoming the educational gap between the black and white populations (Honduras);” (ONU, 2012, p. 8-24).*

Dessa maneira, o Comitê Internacional dos Direitos Humanos da ONU conclui a existência da Desigualdade Racial Brasileira e do Genocídio do Povo Negro pelo abismo social, educacional e mais importante, pelos altos índices de execuções sumárias praticadas pela polícia militar e superlotação e ineficácia da ressocialização do sistema prisional, estes últimos apontamentos de responsabilidade da Segurança Pública do Estado.

- 2) O Mapa da Violência aponta na edição “Mapa da Violência 2011 - Os Jovens do Brasil<sup>54</sup>” Alguns dados gerais do relatório desta edição que mostram o abismo do total de óbitos entre as duas raças:

*Efetivamente, de 2002 a 2008, para a População Total:*

- *O número de vítimas brancas caiu de 18.852 para 14.650, o que representa uma significativa diferença negativa, da ordem de 22,3%.*

- *Já entre os negros, o número de vítimas de homicídio aumentou de 26.915 para 32.349, o que equivale a um crescimento de 20,2%.*

*Com isso, a brecha que já existia em 2002 cresceu mais ainda e de forma drástica, como teremos oportunidade de ver a seguir.*

*Assim, um índice nacional de 80,7 como mostra a Tabela 3.7.2 para o ano de 2005, indica que, nesse ano, morrem proporcionalmente 80,7% mais negros do que brancos.*

- *Em 2002, o índice nacional de vitimização negra foi de 45,6. Isto é, nesse ano, no país, morreram proporcionalmente 45,6% mais negros do que brancos.*

- *Apenas três anos mais tarde, em 2005, esse índice pula para 80,7 (morrem proporcionalmente 80,7% mais negros que brancos).*

- *Já em 2008, um novo patamar: morrem proporcionalmente 111,2% mais negros que brancos, isto é, acima do dobro!”*

[...]

*“Alagoas e Paraíba encabeçam a lista de níveis de vitimização. Isso é histórico desde que temos dados disponíveis. Em Alagoas, a escalada no período foi muito violenta. As taxas de homicídio branco do estado de Paraíba eram extremamente baixas – são as menores do país: 3,3 homicídios em 100 mil brancos.. Já as taxas negras do Estado praticamente duplicam no período, pulando de 16,3 homicídios em cada 100 mil negros para 39,1 em 200.8 Com tais taxas – 3,3 em 100 mil para brancos e 39,1*

<sup>54</sup>

(Autoria: Julio Jacobo Waiselfisz, 2011)

*para negros –, o índice de vitimização do estado se eleva a 1.099: morrem, no estado, 1.099% mais negros do que brancos, quase 12 vezes mais!”*

[...]

*Vemos, por todos esses dados, que, para cada branco assassinado em 2008, morreram, proporcionalmente, mais de 2 negros nas mesmas circunstâncias.*

[...]

*“As tabelas a seguir detalham o número de suicídios segundo a raça/cor das vítimas. Vemos que também neste caso o suicídio de brancos cresce 8,6% entre 2002 e 2008, enquanto o de negros aumenta 51,3%. Entre os jovens, o suicídio de brancos até cai levemente, -2,8%, enquanto entre negros o suicídio cresce 29,4%.”*

[...]

*“Se em 2002 morriam proporcionalmente 46% mais negros que brancos, esse percentual eleva-se para 81% em 2005 e mais ainda, para 111% em 2008.*

*Mas essas são médias nacionais. Esmiuçando os dados, vemos que há estados como Paraíba ou Alagoas em que por cada jovem branco assassinado morrem proporcionalmente entre 11 e 12 jovens negros”* (ONU, 2011, p. 57-154).

Os dados acima comprovam o aumento do abismo da condição de morte entre brancos e negros e como a sociedade, ao contrário do que os relatórios e as propagandas do governo afirmam de um aumento da “Igualdade Racial e da efetivação de políticas públicas”, caminha para um acirramento do conflito racial no Brasil. Tanto por mortes violentas, acidentais e inclusive índices de suicídio, logo, também apontando para um adoecimento da saúde mental da juventude negra.

## **2.2 A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA (AIB) - O ULTRANACIONALISMO VERDE-AMARELO**

Dentre todas as correntes nacionalistas no início do século XX no Brasil, a mais afamada, poderosa e bem sucedida fora o Integralismo. O Integralismo (também denominado "nacionalismo integral") é uma doutrina política notavelmente tradicionalista, ultraconservadora, teorizada por *Charles Maurras*<sup>55</sup> na França, no início do século XX. Ganhou grande adesão e pujança política organizada em Portugal e no Brasil.

*Charles Maurras* foi um poeta monarquista e católico francês. Sendo um famoso jornalista, foi dirigente e fundador do jornal nacionalista e germanófono *Action Française*. Sendo o criador da ideologia do nacionalismo integral. Foi uma das figuras principais do

---

<sup>55</sup> Nasceu em 20 de Abril de 1868 em Martigues e faleceu em 16 de Novembro de 1952 em Saint-Symphorien-lès-Tours. Foi considerado um dos grandes propagandistas da visão decadente da Europa no fim do século XIX, inspirado principalmente pelos também franceses Hippolyte Taine (crítico e historiador positivista) e Ernest Renan (filósofo, teólogo, filólogo e historiador, positivista e um dos grandes autores do nacionalismo francês de sua época).

movimento anti-*Dreyfusard*<sup>56</sup>. Acreditava que a Revolução Francesa<sup>57</sup> foi responsável pela etapa final da decadência do Reino Francês, o nascimento da República. E que tal decadência iniciou-se com o Iluminismo<sup>58</sup> e o Protestantismo<sup>59</sup>.

*Action Française* era um periódico com forte adesão e lido por muitos políticos, cientistas, intelectuais e artistas da época. Sua crítica ácida e construção narrativa inteligente ganhavam admiradores até entre os opositores a sua ideologia. O Nacional Integralismo influenciou figuras como *Jacques Lacan* (psicanalista francês), *Georges Bernanos* (escritor e jornalista francês), *Thomas Stearns Eliot* (poeta, dramaturgo e crítico literário americano), *Georges Dumézil* (filósofo e mitólogo francês), *Jacques Maritain* (filósofo francês), *Jacques Laurent* (jornalista, romancista e ensaísta francês), *Thierry Maulnier* (escritor francês), *Gustave Thibon* (filósofo, metafísico e poeta francês), até o próprio *Charles de Gaulle* (general, político e estadista francês, liderou as Forças Francesas Livres durante a 2ª Guerra Mundial. Presidente da França de 1959 a 1969), dentre tantos outros intelectuais, artistas e políticos tiveram alguma influência sem reivindicá-lo diretamente.

A perspectiva de que a nação está acima de tudo, principalmente do indivíduo, é também um elemento fundante, pois a ideia de integração (unificação) de todo um povo sobre um mesmo espírito de nação é o que dá nome a essa corrente ideológica.

---

<sup>56</sup> O Caso *Dreyfus* foi um escândalo político que dividiu a França por muitos anos, durante o final do século XIX. Dreyfus foi um oficial de artilharia acusado e condenado injustamente por ser judeu de ter cometido alta traição por espionagem para a Alemanha, depois o verdadeiro culpado foi encontrado e teve um 2º julgamento. Porém, o nacionalismo, xenofobia, o monarquismo e a Igreja na época acobertaram a farsa e dividiram a opinião pública. O movimento anti-*Dreyfus* defendeu a culpa irredutível do oficial e a manutenção de sua prisão perpétua na ilha do Diabo (Guiana Francesa) mesmo com provas cabais de sua inocência.

<sup>57</sup> Revolução Francesa (1789-1799) foi um período conturbado político e social na França, representando início do declínio do Antigo Regime (monarquia absolutista e o poder da nobreza, aristocracia e Igreja). Seus ideais iluministas de Liberdade, Igualdade e Fraternidade espalharam-se pelo continente europeu e por outros continentes, marcando assim revoluções, revoltas e reformar em vários outros países. Porém a Revolução também abriu caminho para Napoleão Bonaparte ascender ao poder, que acabou tornando-se Imperador da França.

<sup>58</sup> O Iluminismo, também conhecido como século das luzes foi um movimento intelectual-filosófico surgido na Europa e espalhando-se pelo mundo durante o século XVIII. O Iluminismo alegava ser fundamentada na razão como a principal fonte das decisões. Seus lemas eram a liberdade, progresso, tolerância, fraternidade, governo constitucional e separação Igreja-Estado.

<sup>59</sup> A Reforma Protestante foi um movimento reformista cristão do século XVI liderado por Martinho Lutero, fruto da publicação de suas 95 teses em 31 de outubro de 1517 na porta da Igreja do Castelo de Wittenberg. Criticava às vendas de indulgências e diversos outros abusos do clero, evoluindo para uma proposta de reforma da doutrina da Igreja Católica Romana.

A ideologia integralista logo se espalhou pela Europa Ocidental e chegou à América Latina, entre os círculos intelectuais de perspectiva monarquista, cristã, conservadora e nacionalista.

Sua premissa pode ser sintetizada na crença de que uma sociedade (país) só pode prosperar através da imposição da ordem e da paz, no respeito a hierarquias sociais, hierarquias essas fundadas no mérito de capacidades e aptidões (em oposição aos direitos universais da Revolução Francesa), muito se assemelhando a um coletivismo impositivo com funções, cargos e papéis sociais bem desenhados para a garantia de um patriotismo soberano acima de qualquer outra questão.

Sua visão nostálgica e romântica do passado “áureo” e avesso a mudanças o fazia, sem dúvida, uma ideologia completamente antirrevolucionária ao tempo que notadamente radical. Taxativa em acusar a própria revolução, ruptura, como origem do “mal” de todas as querelas da sociedade da época, e observando o vanguardismo como perigoso, subversivo e propenso ao fracasso, por isso devendo ser supervisionado do perto, razão para uma contrapropaganda aos movimentos artísticos modernistas.

No plano artístico, a defesa do classicismo<sup>60</sup>. Na política, envolve a busca de um regime de autoridade secular, nesse caso a Monarquia que tinha poder para descentralizar de maneira justa o poder do Estado aos competentes para administrá-lo (aristocratas e nobres). No plano moral, a Igreja Católica Romana como autoridade sagrada, centralizadora dos valores milenares de ordem, respeito, tradição, bons-costumes e pacifismo, enfim, virtudes humanas.

O historiador *Alain-Gérard Slama*<sup>61</sup> (1899) acredita que a rápida e grande adesão a influência da doutrina do nacional-integralismo obteve se deve a qualidade de seu principal canal de divulgação ideológica (*Action Française*) e por seu discurso de valorização do rigor e tradição, além da preocupação com os oportunismos que a retórica “universalista” de Igualdade, Liberdade e Fraternidade da Revolução Francesa pregavam, sendo assim a síntese

---

<sup>60</sup> O classicismo foi um movimento artístico-cultural que visava retornar aos padrões de produção da arte na Antiguidade Clássica (Grécia e Roma) como excelência do sentido estético, resgate ao que se entendia por “A Era dos Grandes” a contrapor tanto a Idade Média quanto aos próprios movimentos de vanguarda da época (romantismo). A arte classicista buscava aperfeiçoar a representação mais fidedigna do mundo, uma pintura exata da realidade, com equilíbrio e o rigor, sendo também fortemente antropocêntrica e acabar por focar em figuras humanas, suas formas e detalhes.

<sup>61</sup> É um ensaísta, jornalista e historiador francês de origem judaica filiado ao partido de centro-direita Reagrupamento para a República - RPR.

das melhores ideias da política de Direita da época, da mesma forma que Marx havia feito com as perspectivas de Esquerda.

No Brasil, o Integralismo possui particularidades que até mesmo são opostas em relação a aquelas que se desenvolveram em Portugal e no seu país de origem, a França. Muito se deve por dois fatores que foram cruciais:

- II. Quem alavancou o Integralismo no Brasil - Plínio Salgado, uma figura carismática que dividia a opinião pública e que esteve a frente da organização, cuidando de quase toda sua doutrina;
- III. O fato de o Brasil ser um país que apesar de sua enorme reserva de riquezas e imenso como nenhum outro país da Europa (com exceção da União Soviética), ainda assim foi uma colônia que após sua independência não chegou sequer próximo de alcançar o status de uma superpotência tal como os EUA se transformou.

Ação Integralista Brasileira (AIB) foi um movimento ideológico, político, paramilitar, tradicionalista, fascista ultranacionalista brasileiro. Oficialmente nascido no 7 de outubro de 1932. Plínio Salgado<sup>62</sup> foi seu fundador e principal doutrinador.

Salgado (1932) dizia que a AIB havia sido fruto de suas experiências acumuladas após alguns meses de criação da Sociedade de Estudos Paulista (SEP), está nascida em fevereiro daquele mesmo ano de 1932. A SEP era publicamente um grupo de estudos sobre política no Brasil, porém seu criador visava ampliar sua compreensão sobre os problemas que impediam o Brasil de tornar-se uma “potência”. A intencionalidade era produzir um mapa do cenário nacional e das forças externas que faziam a exploração do país e mantinham o país como se encontrava. Que se confirmam em seu discurso inaugural das atividades da SEP:

Tudo indica que o Brasil quer renovar-se, quer tomar posse de si mesmo, quer marchar resolutamente na história. Clama-se pela justiça social e por mais humana distribuição dos bens; exige-se do Estado que intervenha, com poderes mais amplos, tendentes a moderar os excessos do individualismo e a atender os interesses da coletividade. Neste momento, congrego-vos para estudarmos os problemas nacionais e traçarmos em consequência (sic) destes estudos os rumos definitivos de uma política salvadora (SALGADO, 1932, discurso).

---

<sup>62</sup> Plínio Salgado nasceu no município de São Bento do Sapucaí/SP no dia 22 de janeiro de 1895 e faleceu na cidade de São Paulo no dia 8 de dezembro de 1975. Foi um intelectual, político, escritor, jornalista, teólogo e ideólogo brasileiro de origem portuguesa. Criador e liderança máxima da Ação Integralista Brasileira (AIB).

Após obter as informações consideradas pertinentes SEP, cuidou de construir os alicerces da AIB. A concepção que fundou o integralismo no Brasil possuía uma nítida mescla de elementos do integralismo lusitano e do fascismo italiano (e sua doutrina e propaganda militar que muito marcou também a AIB) sua aversão pública ao nazismo se dava por conta da mesma ir de encontro ao seu projeto, não havia mesmo que quisesse condições de alimentar o afamado racismo ao qual o nazismo se tornou conhecido pelo mundo.

No artigo de João Fábio Bertolha chamado "Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e suas relações com Portugal (1932 – 1975)" (19 avalia sobre as relações da AIB com o nazismo alemão e o fascismo italiano:

Efectivamente, o regime de Mussolini era visto com grande simpatia pelo integralismo. Nos jornais integralistas, o fascismo era sempre saudado... havia inúmeros filhos de imigrantes italianos nas suas fileiras, e os contatos eram contínuos, ao ponto de Roma enviar mesmo, por algum tempo, um subsídio financeiro aos integralistas. Com os alemães, apesar da forte presença de descendentes germânicos na AIB, o relacionamento sempre foi mais ambíguo e até tenso.

O acolhimento ou apoio do nazismo poderia causar um imediato afastamento de figuras que se tornaram de grande importância para a propaganda do movimento, a exemplo das seguintes personalidades negras que já fizeram parte da organização: Abdias do Nascimento<sup>63</sup>, o "Almirante Negro" João Cândido<sup>64</sup>, Guerreiro Ramos<sup>65</sup>, Rodrigues Alves<sup>66</sup> e

---

<sup>63</sup> Abdias do Nascimento nasceu na cidade de Franca/SP no dia 14 de março de 1914 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 24 de maio de 2011. Foi um poeta, ator, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos da população negra. Mais conhecido como um militante negro e pan-africanista, esteve a frente de diversas organizações e projetos ao longo da vida, como a Frente Negra Brasileira, o Teatro Experimental do Negro, o Movimento Negro Unificado e articulações internacionais.

<sup>64</sup> João Cândido Felisberto, mais conhecido como "Almirante negro", nasceu no município de Encruzilhada do Sul/RS no dia 24 de junho de 1880 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 6 de dezembro de 1969. Teve uma curta carreira militar na Marinha de Guerra do Brasil, interrompida diante das condições de violência racial que sofreu junto a outros negros, acabando por articular e ser o principal líder da Revolta da Chibata (1910).

<sup>65</sup> Alberto Guerreiro Ramos nasceu no município de Santo Amaro da Purificação/BA no dia 13 de setembro de 1915 faleceu em Los Angeles/EUA no 6º dia de abril do ano de 1982. Foi um intelectual, sociólogo, escritor e político brasileiro. Foi um dos maiores cientistas sociais do país e um dos mais traduzidos também.

<sup>66</sup> Sebastião Rodrigues Alvez, nasceu no município de de Guaçuru/ES no ano de 1895 e faleceu na cidade de São Paulo no ano de 1985. Foi um babalorixá, escritor, político e militante negro. Junto a outros negros, como seu amigo de longa data Abdias do Nascimento, fundaram o Comitê Democrático Afro-Brasileiro (1945) e o Diretório Negro do PTB (1946).

Ironildes Rodrigues<sup>67</sup>. Inclusive, a grande maioria das figuras públicas negras citadas declarou ter tido boas relações com o então comandante máximo do integralismo, Plínio Salgado, ou mesmo um vínculo de amizade, o que não se pode dito sobre o restante dos membros da organização. Apesar do discurso de "todos são parte do povo heroico brasileiro", Gustavo Barroso (criador do MHN) deixava público seu ódio antissemita, e por sua influência não deveria ser o único.

Um fator curioso sobre o antissemitismo de Barroso se deve ao fato de ter sido tradutor e comentarista para o português do livro apócrifo "Os Protocolos dos Sábios de Sião"<sup>68</sup> no ano de 1936. Trata-se de uma das obras mais impactantes sobre teorias conspiratórias antissemitas de todos os tempos, a existência de uma conspiração judaica para conquistar o mundo. Era sem dúvida uma das justificativas para a defesa da ideologia do Nacional Integralismo: O antissemitismo (culpa-os pela queda da monarquia, pelo fim da hegemonia da Igreja Católica Romana antes absoluta na Idade Média e pela criação do Iluminismo), anti-imperialismo (que fere a autonomia nacionalista de cada país, em especial as práticas imperialistas dos Estados Unidos da América), anti-capitalismo (vinculado à globalização e o lucro acima da ordem).

Apesar da nítida proximidade e admiração que o integralismo brasileiro teve em seus primeiros anos com o fascismo italiano, sua maior inspiração continuou a ser o movimento integralista lusitano. Como símbolo, a AIB utilizava uma bandeira com um disco branco sobre um fundo azul, com um sigma maiúscula ( $\Sigma$ ) em seu centro. Os integralistas também ficaram conhecidos como camisas-verdes devido aos uniformes que utilizavam. A AIB, assim como todos os outros partidos políticos, foi extinta após a instauração do Estado Novo, efetivado em 10 de novembro de 1937 pelo então presidente Getúlio Vargas.

---

<sup>67</sup> Ironildes Rodrigues nasceu em Uberlândia/MG no dia 7 de setembro de 1923 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 19 de Julho de 1987. Foi um jornalista, escritor, advogado, professor, militante negro e colunista do jornal integralista "A Marcha".

<sup>68</sup> Obra de autoria desconhecida. Alega uma conspiração do judaico-sionista com a maçonaria a fim de atingirem uma "dominação global ao custo de destruir os alicerces do mundo ocidental". O texto remete a época do fim do regime russo czarista e foi traduzido, após a Revolução Russa de 1917, do russo para vários outros idiomas.

### 2.3 MUSEU NACIONAL – OS GRANDES MONUMENTOS DOS ESTADOS-NAÇÕES

A tipologia de museu já pesquisada e definida, os museu nacional, mais especificamente aqueles surgidos no século XIX até meados do século XX, possui muitas características em comum em redor do mundo. São aparelhos culturais de grande relevância para seus respectivos governos. São mais do que uma demanda, mas parte de um projeto cultura, de uma política cultural.

Nesse caso, é apontada como Era de Ouro dos Museus demarcado para criação dos grandes e mais consagrados museus do mundo: *Musée du Louvre* (1793), *British Museum* (1753), *Rijksmuseum* (1800), *Museo Archeologico Nazionale di Napoli* (1777), *Museo Nacional del Prado* (1819), *Museo Archeologico Nazionale di Napoli* (1861), *Государственный Русский музей*(1895), *Museu Nacional de Arte Antiga* (1884), *Tōkyō Kokuritsu Hakubutsukan* (1872), *Germanisches Nationalmuseum* (1852), *Koninklijk Museum voor Midden* (1898).

Era de Ouro dos Museus é uma expressão aqui empregada por entender que a lista acima de museus representa hoje os museus mais conceituados, visitados e consagrados do planeta, e seu surgimento e datas próximas de criação demarcam uma necessidade imperativa dos seus respectivos países em consolidar suas identidades a partir delas. Não sendo dessa maneira uma coincidência.

No que se refere ao campo da especificação dos diversos modelos de museus, Leonardo Secchi (2012, p. 16), nos apresente que se entende por Tipologia o esquema de interpretação e análise de um fenômeno baseado em variáveis e categorias analíticas, entendendo por variável o aspecto discernível de um objeto de estudo que varia em qualidade ou quantidade e Categoria Analítica o subconjunto de um sistema classificatório usado para identificar as variações em quantidade ou qualidade de uma variável. Dessa maneira, não se cria a tipologia mas a identifica ao se debruçar em suas características, semelhanças e diferenças.

De acordo com o Cadastro Nacional de Museus (IBRAM, 2011, p.70), são as coleções de bens culturais que compõem os acervos dos museus que configuram sua tipologia e classificação técnico-conceitual<sup>69</sup>. Ainda de acordo com a referida publicação, cerca de 67,5%

---

69



dos museus brasileiro são classificados e/ou autodenominados como Museus Históricos, em que o patrimônio musealizado constituem-se de “bens culturais que ilustram acontecimentos ou períodos da História.”

Considerando tal abordagem, se fez necessário identificar a tipologia ‘museu nacional’ neste trabalho para se falar do Museu Histórico Nacional, sendo tal instituição pensada para buscar cobrir questões de todo o Brasil (esse país de dimensões notáveis), ao tempo que específico por se admitir focar no processo historiográfico que foram convenientes a seus administradores.

### **2.3.1 UMA BREVE MENÇÃO – O NAZISMO E SEU MUSEU NACIONAL – HAUNS DER KUNST**

O museu nazista *Haus der Kunst*<sup>70</sup> (tradução livre: A Casa da Arte) É um exemplo externo à realidade brasileira de uma política cultural e da memória impositiva extremas e explícitas pode ser encontrado na constituição de um conceito, que também dá nome a uma famosa amostra, denominado *Entartete Kunst*<sup>71</sup> (Arte Degenerada, em alemão) formulado pelo governo nazista, que buscava descrever toda a arte moderna como fruto de produção artística de natureza judaica-bolchevique e logo, todo aquele que a produzisse seria imediatamente vítima de sanções por serem moralmente, ideologicamente e intelectualmente decretados como inimigos e antítese da nação alemã.

Os assim chamados artistas degenerados eram demitidos de cargos públicos e tiveram parte ou toda sua produção artística proibida, confiscada ou mesmo destruída. A amostra Arte Degenerada foi inaugurada em Munique, no museu Haus der Kunst (literalmente do alemão, Casa da Arte). A primeira entidade monumental nazista foi um museu, em que obras modernistas tiveram como método expositivo serem penduradas de maneira caótica, com faixas e rótulos que ridicularizavam tanto a obra quanto a quem a produziu. A coleção logo após sua inauguração seguiu por uma longa itinerância por muitas galerias e museus por toda a Alemanha e Áustria.

---

<sup>70</sup> Informações retiradas da página alemã bayernkurier. Scientology als Kündigungsgrund. disponível em < <https://www.bayernkurier.de/kultur/22598-scientology-als-kuendigungsgrund/>> e disponível em < <https://news.artnet.com/art-world/haus-der-kunst-scientology-876008>> Acessado em <03 de out 2017>.

<sup>71</sup> Informações retiradas do documentário Arquitetura da Destruição, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=zx5mubbZ4LU>> Acessado em <03 de out 2017>.

A exposição mais famosa do museu nazista *Haus der Kunst*, porém foi a chamada: *Große Deutsche Kunstausstellung* (do alemão, Grande exposição de arte alemã) que suplementava a amostra da Arte Degenerada. Dessa maneira, a imperativa política cultural do governo nazista aos espaços museológicos era de que estilos modernos de arte fossem proibidos. O governo do Terceiro Reich dava incentivo e monopólio para a promoção de estilo estritamente formal, clássico, principalmente que enaltescessem o espírito "sangue e solo" da pureza racial, patriótico germânico/ariano, militarismo e obediência. Essa política cultural se estendeu também à produção musical, audiovisual, literário, englobando todas as manifestações da vida social.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o edifício do museu foi usado pela primeira vez pelas forças americanas de ocupação. O propósito original do edifício ainda pode ser visto em formas como os mosaicos com motivos da suástica nos painéis do teto de seu pórtico frontal. A partir de 1946, as salas dos museus, foram divididas em várias áreas de exposição com dimensões mais modestas, e iniciaram seu uso como espaços de exposição temporária para feiras e exibição de arte. Algumas partes do museu também foram usadas para exibir obras das galerias de arte de Munique (que foram destruídas durante a guerra). Em 2002, a Coleção Nacional de Artes Modernas e Contemporâneas foram transferidas para o museu *Pinakothek der Moderne*. Hoje, apesar de não abrigar nenhuma exposição permanente de arte, o museu ainda é usado como local de exibição de exposições temporárias e exposições itinerantes.

### **CAPÍTULO III – O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL - MHN**

Neste capítulo são tratados todos os pormenores do Museu Histórico Nacional em sua idealização, as relações políticas por trás deste e os agentes sociais, sejam indivíduos ou coletividades, que foram protagonistas de seu nascimento, com especial atenção para os processos organizativos dos festejos do Centenário de Independência do Brasil. Ao que cabe ao MHN sobre estes festejos, se tornou o palco da mais ambiciosa exposição já feita em terras brasileiras, a Exposição Internacional de Independência do Brasil, com a presença de líderes de diversos países, havendo 14 galerias para exposições de outros países para expressar sua ‘contributiva’ participação na formação da nação brasileira.

Figura 2 – Fachada do Museu Histórico Nacional – Rio de Janeiro/RJ



Fonte: Museus do Rio – Foto tirada em 26 de Agosto de 2016<sup>72</sup>

### **UM MUSEU PARA CHAMAR DE ORGULHOSA HISTÓRIA DA NAÇÃO**

O Museu Histórico Nacional – MHN foi concebido como parte e peça fundamental de um projeto de poder que se repetiu em dezenas de outros países (predominantemente europeus) antes de finalmente chegar ao Brasil. Existia em sua época de criação uma lacuna referente ao ideário coletivo de um monumento síntese da história da nação. Uma carência apontada pela elite intelectual secular, ao qual a elite política sabia ter por obrigação atender

<sup>72</sup>

Disponível

<[http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=42:museu-historico-nacional/](http://www.museusdorio.com.br/joomla/index.php?option=com_k2&view=item&id=42:museu-historico-nacional/). Acesso em 21 Mar 2018.

em:

para a manutenção da boa relação mutualista dessas duas camadas da alta sociedade. A de existir um monumento grandioso para acomodar o que os poderosos a comandar o país determinaram ser de mais relevante no que se queira definir como patrimônio identitário-histórico da nação Brasil. E os museus anteriores já existentes não supriam as expectativas criadas para tal finalidade.

No campo da tipologia apontada por Luis Raposo, o MHN possui as seguintes características: Público, um museu de propriedade do Estado; Federal, por ser de âmbito nacional; Monográfico, por envolver um só tema – História do Brasil; Tradicional – decorrente de sua criação, constituição de acervo, administração e metodologia expográfica/cenográfica; museu histórico – Um misto de acervo, a exemplo do tipo biográfico – a falar sobre a vida e obra de dados indivíduos e grupos, incluindo sobre forças armadas e de guerra, além de ter alguns elementos de outros tipos de museu, como museu de arte (diversas obras de arte, principalmente pinturas) e comércio (numismática).

O Museu Histórico Nacional foi a ponta do iceberg de uma grande mudança no “fazer” no que se refere aos grandes museus públicos do país, que passaram por profundas reformas estruturais e de concepção, redesenhando uma nova “malha federal” dos “museus-rodovias” onde transitavam assim grandes cargas da produção de “patrimônio-memória” determinada como tesouro da Nação.

É importante admitir que não foi a Velha República a pioneira em reconhecer a importância dos museus para o país. A monarquia luso-brasileira já tinha tal compreensão. Como bem aponta José Neves Bittencourt em sua tese:

[...] não eram os museus a única agência especializada em produzir representações (...) sua importância reside em operarem informações de caráter científico e histórico, estas sim dentre as mais necessárias para inserir o jovem Império Brasileiro entre as nações civilizadas<sup>73</sup>.

### **3.1 UM PROJETO DE PODER - CONTEXTO HISTÓRICO, SURGIMENTO E MOTIVAÇÕES DE CRIAÇÃO**

O Museu Histórico Nacional - MHN nasceu pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922<sup>74</sup>, assinado pelo então presidente do Brasil, Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa<sup>75</sup>, porém

---

<sup>73</sup> BITTENCOURT, op. cit. p. xxi, Introdução.

<sup>74</sup> O Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922 se encontra na íntegra nos Anexos.

sua gestação foi rápida, notavelmente personalizada e sua época rica e visceral. Foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1922 no complexo arquitetônico da Ponta do Calabouço, na Praça Marechal Âncora, centro histórico da cidade do Rio de Janeiro (RJ) - então capital do Brasil. Rio de Janeiro foi a capital nacional até 1960, quando o título de capital nacional é transferido para a recém-construída cidade de Brasília, projetada pelo arquiteto de fama internacional, Oscar Niemeyer<sup>76</sup>.

O principal objetivo para a criação do MHN foi a de ser o monumento definitivo sobre a memória da historiografia do Brasil e, por consequência, a de ser sede a maior e mais importante exposição já realizada no país. Respectivamente, a Exposição Internacional Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil (1822-1922), que se prolongou até o dia 24 de julho do ano seguinte.

## **A DÉCADA DE 20: OS “ANOS LOUCOS” E O CONTEXTO POLÍTICO CULTURAL**

O Brasil Império nos últimos anos de vigência do regime escravocrata se encontrava em uma efervescência política decorrente de diversos fatores, entre esses fatores estava a expressiva adesão de diversas camadas da sociedade às ideias abolicionistas, corrente política essa que encontrava adeptos inclusive na própria corte da família real.

O declínio do comércio de escravizadas(os), fruto de um conjunto de medidas tomadas pelo Estado, a exemplo das seguintes leis:

- I. Lei Eusébio de Queirós de 4 de setembro de 1850 que estabelecia o fim do tráfico negreiro ultramarino, tornando o tráfico exclusivamente interno;
- II. A Lei do Ventre Livre em 28 de setembro de 1871 que estabelecia que todo descendente de mulher escravizada a partir desta data nasceria livre;
- III. A Lei dos Sexagenários de 28 de setembro de 1885, que estabelecia a liberdade a todo homem ou mulher escravizada que alcançasse os 65 de idade).

---

<sup>75</sup> Epitácio Lindolfo da Silva Pessoa (Umbuzeiro, 23 de maio de 1865 — Petrópolis, 13 de fevereiro de 1942) foi um político, magistrado, diplomata, professor universitário e jurista brasileiro, presidente da república entre 1919 e 1922. O período de governo foi marcado por revoltas militares que acabariam na Revolução de 1930, a qual levou Getúlio Vargas ao governo central.

<sup>76</sup> Oscar Ribeiro de Almeida Niemeyer Soares Filho nasceu na cidade do Rio de Janeiro em 15 de dezembro de 1907 e faleceu na mesma cidade em 5 de dezembro de 2012. Foi um reconhecido comunista e arquiteto brasileiro, peça-chave no desenvolvimento do movimento modernista brasileiro na Arquitetura. Ficou famoso pelo desenho dos prédios públicos de Brasília em 1960 e por fazer parte da equipe de arquitetos que desenhou a sede das Nações Unidas em Nova Iorque, nos Estados Unidos.

Ocorreram também pressões externas, diversos outros países já haviam abolido a escravidão décadas antes do Brasil, a própria Inglaterra exigindo o fim do regime com interesses de ter no Brasil um mercado de consumo. O Brasil tendo a vergonhosa condição de ser o último país a tomar tal medida. E obviamente uma extensa lista de conflitos internos ao longo de quase 4 séculos do regime escravocrata, ocorreram resistências organizadas da população, diversas revoltas e até mesmo movimentos separatistas que possuíam entre suas reivindicações a Abolição.

Os anos da década de 20 transcorreram grandes conturbações no cenário político, econômico e cultural a nível internacional. Denominada mundialmente de ‘Anos Loucos’<sup>77</sup> pela efervescência do pós-Guerra (1ª Guerra Mundial que começou em 28 de julho de 1914 e durou até 11 de novembro de 1918). Devido a um modo de vida excêntrico e superficial, a juventude da década de 20 ficou conhecida popularmente como ‘a geração perdida’.

Os ‘anos loucos’ trouxeram uma nova identidade sem precedentes ao mundo, tudo tornou-se mais agitado com o surgimento dos meios de transporte (aviação comercial) e comunicação (popularização urbana dos rádios e telefones). Nessa época também se desenvolveram grandes mobilizações por direitos civis, trabalhistas, sociais e políticos dos grupos historicamente oprimidos.

Os principais movimentos de minoria dessa época eram: O Movimento Feminista e sua primeira onda, as Sufragistas (pelo direito ao voto - Sufrágio Feminino)<sup>78</sup>, e Movimento Negro (surgimento no Brasil uma grande produção jornalística, e no mundo os congressos do

---

<sup>77</sup> O conceito de anos loucos, disponível em < <http://www.ensinarhistoriajoelza.com.br/decada-de-1920-os-anos-loucos/>>, acessado em 15 de janeiro de 2018.

<sup>78</sup> No Brasil, a primeira eleitora registrada foi Celina Guimarães Viana, em 1927, invocou o artigo 17 da lei eleitoral do Rio Grande do Norte. Celina reivindicou o reconhecimento do voto feminino, a questão foi levada para o Congresso Nacional, em breve o Estado reconhece a validade.

Pan-Africanismo)<sup>79</sup>. Porém, também foi marcado como o auge de organizações fundamentalistas e supremacistas, tais como a KKK (Ku Klux Klan)<sup>80</sup> nos EUA.

O fim da década de 20 foi também marcado pela maior crise econômica do século XX. A queda drástica da bolsa de valores de Nova Iorque em 24 de outubro de 1929, criou a chamada Grande Depressão<sup>81</sup> que repercutiu numa recessão econômica global que durou os próximos 12 anos.

O ano 1922 em especial foi de grande importância no contexto político-cultural do Brasil. Transcorreram naquele mesmo ano os seguintes eventos:

- IV. Semana de Arte Moderna<sup>82</sup> (em São Paulo/SP, entre os dias 11 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal da cidade) lançando o Modernismo no Brasil
- V. A fundação do PCB - Partido Comunista Brasileiro (em Niterói/RJ, 25 de março de 1922);
- VI. Revolta do Forte de Copacabana<sup>83</sup>, este último inaugura o primeiro grande movimento do Tenentismo<sup>84</sup>.

---

<sup>79</sup> Lançamento dos jornais de discussão racial no Brasil: A Liberdade (1919), A Sentinela (1920), O Kosmos (1922), O Clarim e O Clarim da Alvorada (1924) por José Correia Leite, Elite (1923), Progresso (1928) e Auriverde (1928). Criado o Centro Cívico Palmares, em São Paulo, fundado em 1926. Federação dos Homens de Cor (FHC) fundada em São Paulo no ano de 1909 e transferida para o Rio de Janeiro em 1920. Em 7 de fevereiro de 1926, Carter G. Woodson, iniciou a primeira celebração da Semana da História do Negro, que levou ao Mês da História Negra nos EUA. Ocorreram os 2º, 3º e 4º Congressos Pan-Africanos, respectivamente, o 2º em 1921 (Londres, Bruxelas e Paris), 3º em 1923 (Londres e Lisboa), 4º em 1927 (Nova Iorque / EUA).

<sup>80</sup> A Ku Klux Klan foi uma organização terrorista política-religiosa nascida e desenvolvida nos EUA. Entre 1920 a 1925 alcançou de aprox. 5 milhões de filiados, o equivalente a 5% da população do país na época. Conseguiu implantar muitas leis discriminatórias por ter grande influência dentro do congresso estadunidense. Sua fundamentação era o Supremacismo Branco. Suas ações públicas envolviam ameaça, coerção, agressões e mortes a imigrantes, além de linchamentos de negros que se opusessem a segregação racial (Apartheid).

<sup>81</sup> A Grande Depressão, também conhecida como Crise de 1929, foi uma longa crise econômica, surgida em 1929 e perdurando-se até o início da Segunda Guerra Mundial. É considerado o pior e o mais longo período de recessão econômica do século XX. Causou altas taxas de desemprego, quedas do PIB de diversos países, da produção industrial, preços de ações. Em praticamente todo o medidor de atividade econômica, em diversos países no mundo.

<sup>82</sup> A Semana de Arte Moderna representou um divisor de águas na linguagem, na busca de experimentação, na liberdade no ambiente cultural-artístico do país e representou o início do Modernismo no Brasil. Cada dia da semana teve um aspecto cultural específico: pintura, escultura, poesia, literatura e música.

O então presidente Epitácio Pessoa era do membro do Partido Republicano Mineiro (PRM - Fundado em 1888), assim como grande parte dos integrantes do governo e aliados, membros do PRM ou do Partido Republicano Paulista (PRP - Fundado em 1873).<sup>85</sup>

Ambos os partidos eram notavelmente conservadores, centro-direita, fundamentados primeiro e acima de tudo na ideologia do agrarianismo<sup>86</sup>.

Como parte da Velha República do então denominado Estados Unidos do Brasil, os governos das três primeiras décadas do século XX foram marcados pelo predomínio de políticos dos estados de São Paulo (principal produtora nacional de Café) e Minas Gerais (principal produtora nacional de Leite) revezamento entre si da cadeira da presidência, ministérios e de fatia do Congresso Nacional, constituindo um longo monopólio oligárquico de matriz rural-latifundiária explícita dentro dos três poderes. Esse fenômeno de SP e MG dominarem o cenário nacional do poder foi denominado de política de Café-com-Leite<sup>87</sup>.

Apesar de já terem se passado mais de 30 anos desde o golpe militar-latifundiário da derrubada do governo imperial luso-brasileiro para a implantação do regime republicano,

---

<sup>83</sup> A Revolta dos 18 do Forte, também conhecida como Revolta do Forte de Copacabana, foi iniciada em 5 de julho de 1922 e encerrada no dia seguinte, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Foi a primeira revolta do movimento tenentista, no contexto da República Velha.

<sup>84</sup> O Tenentismo foi um movimento político-militar, e rebeliões de jovens oficiais de baixa e média patente do Exército Brasileiro no início da década de 1920 descontentes com a situação política do Brasil. Aconselhavam reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacam o fim do voto aberto (fim do voto de cabresto), instituição do voto secreto e a reforma na educação pública. Os movimentos tenentistas foram: a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana em 1922, a Revolta Paulista de 1924 a Comuna de Manaus de 1924 e a Coluna Prestes de 1925.

<sup>85</sup> Partido Republicano Mineiro (PRM) foi um partido político brasileiro criado em 4 de junho de 1888 com o objetivo de representar os ideais republicanos e oligárquicos do estado de Minas Gerais. Foi dissolvido em 2 de dezembro de 1937 pela Revolução de 30, denominado na historiografia de início do Estado Novo, por Getúlio Vargas.

<sup>86</sup> O Agrarianismo era um movimento político no contexto brasileiro daquela época que compreendia a origem legítima do poder do Estado somente advindo dos grandes produtores agrários, os donos de grandes propriedades, os latifundiários. Determinando a sociedade rural superior a sociedade urbana.

<sup>87</sup> Surgida dentro da "Política dos Governadores (1900)", a política do Café-com-Leite estabeleceu o monopólio do poder nacional do Estado por parte de tradicionais oligarquias paulistas e mineiras, definindo a segunda fase da República Velha. Iniciou-se no governo do presidente Campos Sales (1898-1902), por presidentes civis fortemente influenciados pelos poderosos do agrarianismo<sup>12</sup> dos estados de São Paulo (maior produtora de café do país, e o Brasil, o maior produtor do mundo) - e Minas Gerais (que na época era o celeiro eleitoral do país e grande produtor de leite). Essa segunda fase da Velha República perdurou até a Revolução de 1930. Tornavam-se predominantes no poder representantes do Partido Republicano Paulista (PRP), e do Partido Republicano Mineiro (PRM), que controlavam as eleições e gozavam do apoio da elite agrária de outros estados do Brasil.



popularmente tal evento sendo denominado de Proclamação da República, ocorrido em 15 de novembro de 1889, a resistência de diversas camadas da sociedade com o novo modelo político ainda existia e isso se desenhava pelas várias organizações e movimentos paramilitares, civis e até mesmo messiânicos pró-monarquistas em todos os cantos do país.

Outro elemento importante do cenário político da época era que desde o início da República do Brasil o voto era aberto (diferente do voto secreto atualmente, que garante o direito ao sigilo). Também popularmente chamado de *voto de cabresto*. Era um sistema vigente de controle do poder político através do abuso de autoridade, compra de votos, intimidação, ameaças, violências diversas e utilização da máquina pública.

O coronel, tipicamente um grande dono de terras, fazia uso de seu poderio econômico e capital social para garantir a eleição dos candidatos que apoiava. Obrigava eleitores dentro do seu ‘curral eleitoral’<sup>88</sup> votarem nos candidatos apoiados por ele. Como o voto era aberto, os eleitores eram pressionados e fiscalizados por capangas do coronel. Sendo essa época uma das mais notáveis épocas do coronelismo.

Nota-se que tanto “voto de cabresto” quanto “curral eleitoral” são demarcadores do cenário político dominado pelos grandes latifundiários, que, como verdadeiros Senhores Feudais, tratavam a população dentro de suas propriedades ou dentro dos limites de seu alcance de influência político-econômica, parte parcela dessas terras (que inclusive grande parte delas são comprovadamente griladas) como gado humano, ao qual deve-lhe obediência e servidão.

Na Convenção de 1929, assim o presidente de Minas Gerais (termo usado para governador naquela época), Antônio Carlos Ribeiro de Andrada se referia ao sistema eleitoral vigente durante a República Velha:

Para mim, insisto em dizê-lo, o ponto vulnerável da nossa organização política reside no sistema de voto, pois notoriamente ele favorece a compressão, a corrupção e a fraude, permitindo que os títulos eleitorais se transformem em títulos negociáveis e que o Governo exerça sobre o ato do voto, praticado sob a odiosa fiscalização e vigilância de seus agentes, a incontrastável influência da ameaça, de represália ou das tentativas de peita ou de suborno (NAGLE, 1976, p. 11).

Para citar alguns eventos políticos ocorridos no pós-proclamação da República de 1889:

- I. A comuna de premissas anarquistas denominada **Colônia Cecília** (1890 - 1893), no município de Palmeiras/Paraná, liderada pelo italiano jornalista e agrônomo Giovanni Rossi;
- II. A chamada **Revolução Federalista** (1893 - 1895) ocorrida na região sul do país, que contestou o centralismo político da recém-criada república, teve sua maior liderança o liberal-monarquista Gaspar da Silveira Martins (que foi senador e ministro de Dom Pedro II);
- III. A **comunidade messiânica pró-monarquista de Canudos** (1896 - 1897) no sertão baiano, liderada por Antônio Conselheiro, tendo sido alvo de 4<sup>o</sup> investidas militares com milhares de soldados, afirmava que o republicanismo era inimigo da Cristandade;
- IV. **A Guerra de Contestado** (1912 - 1916) na região fronteira entre Santa Catarina e Paraná, fruto de influência messiânica pró-monarquista;
- V. **A Grande Greve Geral** (1917) dos operários ocorrida em julho de 1917 em São Paulo, durante a Primeira Guerra Mundial. Inspirada no sindicalismo-revolucionário e anarco-sindicalismo, aliadas à imprensa e a outros grupos libertários;
- VI. **A Coluna Prestes** (1925 - 1927), que foi um movimento de desdobramento do tenentismo, foi liderada por Luís Carlos Prestes (um dos primeiros comunistas do Brasil).

Diante dos elementos apresentados, a Velha República dos anos 20 encontrava-se em um dilema, sua pouca adesão popular, resistência de setores até dentre os militares, setor esse onde originou seu capital político para sustentar o golpe de 1889.

Concluía-se que era necessário reafirmar a sua soberania pelo espírito patriótico de uma unidade nacional, que superasse o espírito da nostalgia monárquica e que desenha-se a República como a derradeira e legítima herdeira do poder legitimado historicamente ao já deposto antigo regime. O momento mais oportuno, pelo simbolismo do marco histórico, foi a comemoração do centenário de Independência do Brasil (1822-1922) que teve como principal ato a criação do Museu Histórico Nacional - MHN e sua exposição de lançamento. (COSTA, 2013, p. 32).

## **A BUSCA PELA INTEGRAÇÃO NACIONAL – IDEALIZAÇÃO E CONCEPÇÃO**

O principal idealizador e criador do Museu Histórico Nacional - MHN, que também ficou a frente do museu como diretor geral e curador das principais exposições por 35 anos

(da inauguração em 1922 até o ano 1957) foi considerado um dos grandes intelectuais de sua época, um verdadeiro catalisador do ideal *Zeitgeist*<sup>89</sup> “espírito da época” do cenário brasileiro, ao menos em parte.

Gustavo Adolfo Luiz Guilherme Dodt da Cunha Barroso, “nome impossível de ser dito em um fôlego só” nas palavras do próprio<sup>90</sup>, nasceu em 29 de dezembro de 1888 na cidade de Fortaleza/CE, e faleceu na cidade de Rio de Janeiro no dia 3 de dezembro de 1959. Mais conhecido como Gustavo Barroso, foi um advogado, professor, museólogo, contista, folclorista, cronista, ensaísta, romancista, político, intelectual e acima de tudo, um fervoroso idealista e nacionalista brasileiro, atuando através da Ação Integralista Brasileira (AIB). Também foi o fundador e principal diretor por mais de três décadas do Museu Histórico Nacional - MHN.

Filho de coronel Antônio Felino Barroso e da descendente de alemães, Ana Dodt Barroso. Seu pai fora um dono de cartório e, ao lado de Capistrano de Abreu e outros intelectuais, co-fundou a Academia Francesa do Ceará<sup>91</sup> em 1872. Sua mãe faleceu 7 dias após seu parto. Caçula de uma família de três irmãos. Valdemar faleceu aos 13 anos. Ana, havia se tornado monja beneditina e morreu aos 30 em um mosteiro na Holanda.

Tendo sido criado por seu pai, pela avó e pelas tias. Gustavo Barros era bisneto por parte de pai do famoso nobre da corte do príncipe Regente Dom João VI, o tenente-coronel e mercador José Fidelis Barroso de Mello<sup>92</sup>. Seu avô materno foi um alemão de nome Luiz Guilherme Dodt, engenheiro e doutor em filosofia pela Universidade de Jena<sup>93</sup>.

---

<sup>89</sup> É um termo alemão que pode ser traduzido com o significado de “espírito da época, espírito do tempo ou sinal dos tempos”. O *Zeitgeist* significa, resumidamente, o conjunto do clima intelectual e cultural do mundo ou de determinado continente/país, numa certa época, ou as características genéricas de um determinado período de tempo.

<sup>90</sup> Em seu livro *Memórias Liceu do Ceará*, 1ª edição 1940.

<sup>91</sup> A Academia Francesa do Ceará fora um pequeno mas importante movimento intelectual de caráter filosófico literário no fim do século XIX, marcado por uma crítica à sociedade da época, em especial, parte dos seus idealizadores buscava trazer os ideais do Positivismo para o Ceará. Tendo sido finalizado em 1875, frutos do agravamento dos conflitos entre a Maçonaria e o Clero.

<sup>92</sup> Membro de uma das mais nobres famílias do Brasil colônia no fim do século XVIII e início do XIX. José Fidelis Barroso de Mello foi um tenente-coronel do Terço de Infantaria Auxiliar das Marinhas do Ceará e Jaguaribe e Mercado de Vara e Côvado. Era casado com Rosa Joaquina da Costa Barros, filha do mestre de campo Pedro José da Costa Barros e irmã do senador Costa Barros, que presidia a província do Ceará quando irrompeu o movimento confederado de 1824. Obra: *Viver à Lei da Nobreza*.

<sup>93</sup> É uma universidade situada na cidade de Jena/Turingia, região central da Alemanha.

Advindo de uma família aristocrática das mais tradicionais, teve inicialmente aulas particulares em casa. Seguindo no primário nos externatos São José, Parthenon Cearense. Seu secundário foi no renomado colégio Liceu do Ceará<sup>94</sup>. Tendo tido uma educação do mais alto nível em sua época.

Em 1906 começou sua carreira jornalística no periódico Jornal da República, do Ceará. A partir dessa primeira experiência seguiu a contribuir e a fundar outros jornais, uma intensa produção jornalística. Nessa época também fez parte do Clube Máximo Gorki<sup>95</sup>, o primeiro clube socialista-libertário do estado e um dos primeiros do país.

Em 1910 resolveu seguir seus estudos e mudou-se para a capital do país, Rio de Janeiro. cursou a Faculdade Livre de Direito do Ceará, concluindo em 1911 pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, atual Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Publicou seu primeiro livro, Terra de Sol, natureza e costumes do Norte no ano de 1912. Tendo assumindo as seguintes funções, empregos, mandatos e cargos durante sua trajetória:

- I. Redator do Jornal do Ceará (1906-1909);
- II. Redator do Jornal do Commercio (1911-1919);
- III. Docência da Escola de Menores, da Polícia do Distrito Federal (1910-1912);
- IV. Secretário da Superintendência da Defesa da Borracha, no Rio de Janeiro (1913);
- V. Secretário do Interior e da Justiça do Ceará (1914);
- VI. Diretor da revista Fon-Fon (a partir de 1916);
- VII. Deputado federal pelo Ceará pelo Partido Republicano Conservador<sup>96</sup> (1915-1918);

---

<sup>94</sup> Berço da instrução pública de Fortaleza, o Liceu do Ceará iniciou a sistematização do ensino neste Estado em 19 de outubro 1845. Instalado no casarão na Praça dos voluntários, onde hoje se encontra a Secretaria de Polícia e Segurança Pública. É o quinto colégio mais antigo do Brasil. Equivalia ao colegiado (2º grau) e tinha uma duração de 7 anos.

<sup>95</sup> O Clube Socialista Máximo Gorki era uma entidade que produzia boletins, manifestos, panfletos de propaganda libertária/anarquista, a primeira do estado. Um de seus criadores foi o anarquista Moacir Caminha.

<sup>96</sup> Partido Republicano Conservador (PRC) foi fundado em novembro de 1910 pelos políticos em março daquele mesmo ano as eleições do marechal Hermes da Fonseca para a presidência da República, em oposição a Rui Barbosa. O objetivo era manter o controle dos militares e das lideranças regionais sobre o governo. Foi comandado pelo militar e político gaúcho Pinheiro Machado. Foi

- VIII. Sec. do Boletim comercial e consular do Ministério das Relações Exteriores (1918);
- IX. Secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz de Paris<sup>97</sup> (1918-1919);
- X. Inspetor escolar do Distrito Federal (1919-1922);
- XI. Diretor do Museu Histórico Nacional (a partir de 1922);
- XII. Secretário geral da Junta de Jurisconsultos Americanos (1927).

Além da enorme lista acima, havia sido um diplomata a representar o Brasil em vários momentos, entre as quais a Comissão Internacional de Monumentos Históricos<sup>98</sup> (criada pela Liga das Nações<sup>99</sup>) e a Exposição Comemorativa dos Centenários de Portugal (1940-1941).

O início de sua participação na política partidária se deu quando se filiou ao então Partido Republicano Conservador - PRC, ao qual permaneceu de 1912 a 1918, tendo tido um mandato como Deputado Federal pelo Ceará em 1915. Porém, sua mais famosa participação na vida pública foi ter sido uma peça fundamental no movimento integralista brasileiro.

Sua experiência como secretário da Delegação Brasileira à Conferência da Paz de Paris durante mais de um ano permitiu experimentar diretamente a vida metropolitana das grandes cidades dos países tidos como de primeiro mundo e exemplos de sucesso civilizatório. Reforçando sua noção de valor sobre a importância dada por tais países aos museus, ferramenta de reafirmação de suas respectivas identidades nacionais, em especial os museus nacionais, esses grandes monumentos que guardavam em suas paredes a longa

---

organizado em especial para representar os interesses das oligarquias não representadas na política Café-com-Leite (a hegemonia de São Paulo e Minas Gerais).

<sup>97</sup> A comitiva do Brasil chefiada por Epiácio Pessoa. Conseguiu incluir no acordo de paz indenizações (porém abaixo do que havia sido exigido) de sacas de café apreendidas pelos nazistas e a venda dos navios alemães retidos. O Brasil se tornou um dos membros fundadores da Liga das Nações. Gustavo Barroso acabou viajando por vários países na função de secretário da comitiva.

<sup>98</sup> Criada diretamente em meados da década de 30 com a finalidade de se “fazer respeitar, em todas e quaisquer circunstâncias, os testemunhos das civilizações passadas” pela então Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (sigla em inglês, ICIC). A ICIC foi fundada em 4 de janeiro 1922, futuramente se tornaria a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

<sup>99</sup> Sociedade das Nações (do Francês, Société des Nations), ou também nomeada Liga das Nações (do Inglês, League of Nations), foi uma organização internacional. Criada em 28 de abril de 1919, em Versalhes, nos subúrbios de Paris, onde as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial se reuniram para negociar um acordo de paz. Sua última reunião ocorreu em abril de 1946. Sendo substituída pela recém-criada ONU – Organização das Nações Unidas, está surgida em 1945.

trajetória do heroísmo e das vitórias dos povos que formaram aquelas nações. Não só teve a oportunidade de visitar os museus europeus, como também fez viagens aos Estados Unidos da América e ao Canadá e conheceu seus respectivos museus.

Seus anseios de construção de um museu nacional, porém não foram de agora (fruto da experiência de membro da Conferência da Paz de Paris), já demonstrando em suas declarações de defesa da criação do museu haver interesse desde o ano de 1911 (SANTOS, 2006, p.26).

Em seu retorno ao Brasil logo esteve ainda mais centrado na perspectiva visionária sobre patrimônio nacional e o Museu. Articulou e finalmente conseguiu viabilizar a criação do Museu Histórico Nacional em 1922. Porém, durante dois anos, entre 1930-1932, se afastou da direção por conflitos políticos da época. Possivelmente o golpe de estado dado por Getúlio Vargas, denominado por esse e seus correligionários de Revolução de 30, teria sido esta a principal razão desse afastamento. Gustavo Barros retornou logo em seguida e completou sua gestão até seu antepenúltimo ano de vida, em 1957. Esse longo período quanto diretor do maior museu histórico do país não pode ser lido como mera ‘falta de oportunidade’ para uma figura ilustre como havia sido Gustavo Barro.

Poderia ter seguido uma carreira política formidável, já que foi um homem de notável fama e admiração nos meios da alta sociedade que frequentava. Razão para inclusive ter sido por tão longo período o gestor do mencionado museu e a fazer parte de outros encargos da coisa pública dentro de um governo ao qual ele próprio e sua organização, a AIB, eram notórios opositores, sem esconder isso de ninguém.

Gustavo Barroso era um homem que buscava alcançar as massas, o povo, sua determinação inicial no campo da comunicação através da imprensa pode ser tratada como sua primeira fase desse interesse, na verdade manteve ambos (a imprensa e o museu) como seus principais meios de se fazer ouvir e ser notado.

Essa intensa atividade burocrática foi entremeada por uma densa produção literária. Barroso escreveu “Ensaio de sociologia sertaneja e folclore, História e biografia, literatura didática, literatura histórica, ensaios sobre arqueologia e museologia, contos e novelas regionais, romances, literatura infantil e Ensaio de temas gerais, somados a crônicas, livros de inspiração integralista, discursos, conferências de teatro, memórias, antologias.” (MENEZES, 2006, p. 57).

Foram muitos periódicos ao qual foi redator ou mesmo criador, para disseminar suas ideias. A sua segunda fase como se percebe, se desdobra quando após mais de 10 anos de esforços políticos conjuntos consegue fazer sair do papel o MHN. Barroso por sua atribuída sensibilidade à arte e grande interesse ao passado haveria de ter se maravilhado pelos magníficos acervos (grande parte desses frutos de saqueados contra povos que foram subalternizados pela colonização) dos museus europeus em sua função de secretário da delegação brasileira da Conferência da Paz de Paris. Constatando a importância que os governos e intelectuais desses outros países davam ao instituto museu. Se ele quisesse ver o Brasil como uma potência precisava espelhar-se em grandes potências, e grandes potências tinham grandes museus para aos quais contavam sua história e alimentava o sentimento de orgulho e pertencimento. O museu logo vira o catalizador de grande parte de sua perspectiva de transformação radical de sociedade e de intervenção política.

Era nítido que havia nessa escolha convicta de chefiar o MHN a sua perspectiva de projeto de vida, que canalizava nesta instituição sua derradeira vocação no que ele entendia por enaltecimento do passado heroico e mítico do Brasil, uma perspectiva de superpotência tropical a ser construída. Compreendia o poder da política cultural e da política da memória, ambas ainda muito distantes de um entendimento até mesmo rudimentar dentre grande parte dos seus contemporâneos brasileiros da época. Apesar de um tradicionalista, conservador e reacionário, era um homem paradoxalmente “visionário”, que olhava para o passado como a ferramenta de construção de um futuro.

Teve ao longo de sua vida a autoria de centenas de obras: Livros, ensaios, crônicas, romances, poesias, peças de teatro, escritos sobre o Integralismo, sobre História, Folclore e, naturalmente, sobre o Museu e a Museologia.

Foi um administrador de museu centralizador dos processos de decisão em todas suas etapas que tivesse tempo, gerindo desde questões financeiras até a preparação das exposições, um espírito perfeccionista na coisa de fazer o museu (CHAGAS, 2009, p.92).

É necessário, para termos uma compreensão em sua devida dimensão, do legado que não somente o MHN é para registro da vida de Gustavo Barroso, mas como o próprio fundador é para o museu parte central de sua história sendo criador e criatura indissociáveis em suas trajetórias. O Museu Histórico Nacional, por iniciativa da então Coordenadora e

Professora do Curso de Museus, Nair de Moraes Carvalho<sup>100</sup>, lançou artigo especial sobre as várias homenagens destinadas a Barroso e publicou nos Anais do Museu Histórico Nacional sob o título "As Comemorações do Setuagésimo Aniversário do Fundador do MHN" [sic] (CARVALHO, 1959).

O historiador Pedro Calmon, declarava sobre Gustavo Barroso que “o imenso retrato de sua fé” era o Museu Histórico Nacional. Não há dúvida sobre a paternidade de Barroso sobre a concepção, articulação para sua viabilidade e execução de seu projeto institucional desse museu. Tal era pública sua dedicação e carinho por tal entidade museal que o mesmo tratava-a como sua *Magnum opus*<sup>101</sup> (BEZERRA, 2009, p. 64).

E de fato, expandindo o conceito ao que normalmente é empregado e atendo-se a sua origem, o que impede de um museu de ser para além de uma instituição/entidade, por quê não pode está ser considerada uma obra, uma criação a se dar o mérito a alguém em especial quando se sabe bem quem a concebeu, construiu, fundou e a administrou por tão longos anos?

## **A CONSAGRAÇÃO DA GUERRA – ESCOLHA DO LOCAL SEDE PARA O MHN**

Não há nada referente à criação do Museu Histórico Nacional – MHN fruto do acaso, coincidência ou mera falta de outra opção. As mentes por trás dessa entidade pensaram cada detalhe como quem monta com afinco e seriedade todo um esquema tático para o campo de batalha ou para sua próxima jogada no xadrez. A narrativa da história da formação da nação estava em jogo, assim como a credibilidade internacional, e acima de tudo, um projeto de poder.

Havia tanto por parte de seu idealizador, o integralista Gustavo Barroso, quanto por parte do governo (do então presidente Epitácio Pessoa) e do grupo político deste (em especial os partidos PRM e PRS) um objetivo em comum, fazer do Centenário de Independência do Brasil um evento que unificasse o país e superasse as divergências e conflitos internos que

---

<sup>100</sup> Nair de Moares Carvalho foi Coordenadora do Curso de Museologia. Publicou os seguintes artigos nos Anais do Museu Histórico Nacional: "A Jangada Libertadora", Vol I, 1940; "Os Painéis dos antigos Passos da Baía", Vol II, 1941; "O Barão da Vitória no Museu Histórico", Vol III, 1942; "O capitão-mor de Itu", Vol IV, 1943; "A coleção Cotegipe", Vol VI, 1945; "Papel Educativo do Museu Histórico Nacional", Vol VIII, 1947; "Marcas de Porcelana de Saxe", Vol IX, 1948; "As Comemorações do Setuagésimo Aniversário do Fundador do MHN", Vol X, 1959; "O Nascimento da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro", Vol XV, 1965.

<sup>101</sup> *Magnum opus* significa em latim grande obra. Refere-se à melhor, mais popular ou renomada obra de um artista, autor, intelectual, escritor, acadêmico.



ainda se estendiam muito similares aos da época imediata ao fim do Antigo Regime (monarquia/império), mesmo após três décadas de implantação da República. E superar os novos agentes estava a surgirem no cenário nacional, a exemplo do comunismo crescente no Brasil e seu caráter classista (que traz cisão entre as camadas favorecidas e subalternizadas, escancarando a exploração da elite secular do país) e internacionalista (a busca por unificar a luta de classe do país com outros de eixo ideológico também comunista/socialista) que era completamente oposto aos anseios nacionalistas e elitistas dos grupos políticos e ideológicos interessados no nascimento do museu.

Apesar das muitas diferenças, conflitos entre os grupos nacionalistas, conservadores, se havia um entendimento entre os moderados e os radicais sobre a importância de uma adesão das massas na compra do espírito patriótico. Viam essa adesão nas grandes potências e queriam reproduzi-la no Brasil.

Um tema muito recorrente nos museus nacionais pelo mundo é a teatralização dos grandes conflitos, as batalhas e guerras sendo glorificadas como demarcadoras de coragem, bravura e sacrifício cometido pelos antepassados dos atuais herdeiros desses territórios. Há nessa escolha de tema um elemento importante para os grupos hegemônicos, a narrativa unilateral sobre como cada vitória e derrota desenvolveram-se, polarizando os conflitos e fazendo o maniqueísmo de que um lado coloca-se inimiga ou antítese da nação e a outra busca garantir a unidade e o bem estar do povo, fazendo que os massacres e mortes ocorridos de um dos lados sejam aceitáveis e até desejáveis.

É necessário aqui mencionar um dos mais famosos elementos daquela época, com notável apelo ao emocional do patriotismo, o Hino Nacional:

Mas se ergues da justiça a clava forte,  
Verás que um filho teu não foge à luta,  
Nem teme, quem te adora, a própria morte (DECRETO N. 4.559 – DE 21 DE AGOSTO DE 1922)<sup>102</sup>

É curioso frisar que o Brasil já teve vários hinos, porém o último e até então hoje oficial Hino Nacional Brasileiro é o poema vencedor de um concurso aberto em 1906 e cujo

---

<sup>102</sup> Página da câmara com a publicação do Decreto n. 4.559 – de 21 de agosto de 1922, disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4559-21-agosto-1922-568211-publicacaooriginal-91607-pl.html>>, acessado em 23 de jan. 2018

resultado foi divulgado em 1909, da autoria de Joaquim Osório Duque Estrada<sup>103</sup>. Oficializado por decreto do presidente Epitácio Pessoa em 1922, permanecendo assim até hoje.

A consagração de um hino com tão ricos detalhes e seu tom de que um país “mãe gentil e pátria amada” ao tempo que chama teu filho a luta ao qual nem a morte teme por adoração a essa, era um anúncio dos objetivos entrelaçados pela Velha República. Uma busca de declaração de amor.

Enquanto a música de louvor ao centenário havia sido escolhida (O Hino Nacional do Brasil), o Museu Histórico Nacional era o palco de encenação para a população e para o mundo ver qual viria a ser a ‘verdadeira’ história do nascimento da nação até seu atual apogeu (a República dos Estados Unidos do Brasil).

Dessa maneira, onde mais se poderia vincular a história de vitórias, reviravoltas e o orgulho patriótico que se nota tão expressamente e poeticamente descrito no Hino Nacional do que o local na capital, Rio de Janeiro, que fosse o coração das operações das Forças Armadas do Brasil? O local era um complexo de edifícios militares, e também o lugar onde saiam e eram recebidas as expedições militares de maior importância, a exemplo das forças nacionais que foram responsáveis pelo massacre na Guerra de Canudos<sup>104</sup>.

As seguintes estruturas militares, e suas datas de fundação, e futuras instalações do MHN:

I. Forte de São Tiago da Misericórdia (1602) – Um dos mais antigos fortes do país, também fora um quartel de operações;

---

103 Joaquim Osório Duque-Estrada nasceu em Vassouras/RJ em 29 de abril de 1870 e faleceu no Rio de Janeiro no dia 5 de fevereiro de 1927. Poeta, crítico literário, redator, diplomata, professor e ensaísta. Ficou mais conhecido pela autoria da letra do Hino Nacional Brasileiro. Foi integrante da Academia Brasileira de Letras. Seu poema de 1909 se tornou a letra oficial do Hino Nacional Brasileiro por meio do Decreto nº 15.671, do presidente Epitácio Pessoa, em 6 de setembro de 1922, às vésperas do Centenário da Independência do Brasil. Era vindo de uma tradicional família militar, seu pai foi o tenente-coronel Luís de Azeredo Coutinho Duque Estrada e seu avô foi Domingos de Azeredo Coutinho Duque-Estrada, foi por muitos anos cirurgião-militar da corte e um dos primeiros a fazer uso da medicina homeopática no Brasil.

<sup>104</sup> É de se apontar que os soldados vitoriosos do conflito não foram recepcionados como imaginaram. Chegaram ao Rio de Janeiro em 1897, sem outro destino e sem recursos, muitos acabaram se aglomerando e constituíram a primeira favela do Rio de Janeiro, denominada de Morro da Providência (nome pela decisão de ali ficarem), depois denominada também de Morro da Favela em decorrência da similaridade ao morro onde se instalaram durante a Guerra de Canudos, que tinha o nome de morro de canudos por haver uma planta com tal nome.

- II. Prisão do Calabouço (1693) – Destinada ao cárcere, tortura e trabalhos forçados (obras públicas) contra pessoas negras escravizadas faltosas<sup>105</sup> ou fugidas;
- III. A Casa do Trem (1762) – Construída para guardar o trem de artilharia<sup>106</sup>;
- IV. O Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro (1764) – A base de grande parcela da produção e armazenamento de munições e reparo de armas do país;
- V. O Anexo para os Quarteis (1835) – Um prédio auxiliar. (COSTA, 2013, p. 40).

Boa parte dos pertences de campanhas militares (bandeiras, fotos, armas brancas), artilharia, veículos militares, enfim objetos de algum valor histórico localizados em tais estruturas logo pelos interesses políticos, já evidentes na concepção e na escolha dos edifícios, se tornaram parte do acervo do museu em processo de inauguração. Foram as primeiras peças de acervo que logo fizeram parte da primeira parte da Exposição Internacional do Centenário de Independência. Era importante para Barroso e seus aliados na concepção do Museu que tal acervo militar fosse entendido como tesouro nacional, vestígios que deveriam ser os mais autênticos e bem apresentáveis possíveis (SANTOS, 2006, 21).

Faz-se necessário pontuar que a posição estratégica para fins militares dos prédios não deixou de existir por conta da instalação do museu, de uma nova reorganização para redistribuição militar levaria tempo, fazendo com que parte das instalações continuasse com suas funções originais pelos próximos anos.

Outro fator crucial para a escolha do tema da exposição de inauguração, para a decisão dos prédios (e sua não aleatória situação de ganho de acervo deles advindo) que sediariam o museu se deve ao fato que Gustavo Barroso, como já anteriormente mencionado, fora o Comandante Geral da Milícia (COUTINHO, 2012), uma das autoridades máximas da Ação Integralista Brasileira no seu campo estratégico-militar. A existência de uma vida paramilitar dentro da AIB é algo que se espera de uma organização radical e com tantos de seus membros

---

<sup>105</sup> Faltosas é uma categoria muito similar à lei racista da Vadiagem, em que pessoas negras estariam cometendo crime caso fossem pegas em praças, em tabernas ou reunidas “causando desordem pública”. Ou seja, caso não estivessem diretamente a cumprir ordens de seus Senhores. O lazer, sociabilização, confraternização e o descanso só eram permitidos dentro das propriedades de seus Senhores, quando estes os permitissem.

<sup>106</sup> Trem de artilharia é uma categoria militar definida por armamento pesado, canhões e afins que são móveis, com rodas ou que podem ser deslocado sobre trilhos (ferrovias). Diferente das artilharias fixas de fortificações ou armas de mão.

que fizeram ou ainda faziam parte da polícia e das Forças Armadas. A fama da disciplina e dedicação dos membros da organização era notório, observado por alguns com admiração e outros com receio e temor.

Por fim, há outra possibilidade que não pode ser descartada, com o uso de instalações, o trânsito de militares, Gustavo Barroso tinha acesso a informações privilegiadas e a transitar num ambiente de extrema importância, facilitando assim adquirir algumas questões pertinentes nas altas patentes das Forças Armadas, além de demonstrar quão alto escalão integralista pertenceu, o respeito, admiração e valorização do passado militar, uma propaganda que com certeza fazia a AIB ganhar ainda mais prestígio e inclusive facilitar o recrutamento dentro dessas fileiras. Tal tática de usar o Museu como um chamariz atrelada ao enorme maquinário propagandístico de mais de uma centena de jornais que circularam sobre a administração dos integralistas, fez com que alcançassem (ou ao menos reivindicassem que tivessem) na segunda metade da década de 30 mais de 1 milhão de filiados (FERREIRA, 2006, p. 37). Algo sem precedentes naquela época. Para nível de comparação, o Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922, um dos maiores da época, alcançou em seu auge no ano de 1947 ao todo 200 mil filiados antes de ser desmantelado.

### 3.2 A COMEMORAÇÃO DO CENTENÁRIO DE INDEPENDÊNCIA (1822 – 1922)

Figura 3: Centenário da Independência do Brasil - Exposição Nacional - De 7 de setembro a 15 de novembro de 1922 - 1822-1922 - Selo Comemorativo



Fonte: Correio - Impresso por Pimenta de Mello & Cia. Rio - Selo Postal<sup>107</sup>

Desde 1916 que o governo e a elite intelectual mantinham um debate sobre como seriam construídas as festividades do centenário. Foram apresentadas muitas possibilidades, opiniões e críticas das mais variadas formas de como construir tais celebrações dessa data comemorativa. Havia uma expectativa de como tudo seria produzido, e que enredo seria contado, e acima de tudo, uma óbvia disputa de quem iria fazê-lo, estava em jogo numa ótica mais estritamente política, a credibilidade da jovem República mostrar seu repertório cultural, de se fazer a altura do desafio de celebrar um século da efetivamente criação da nação, de um país de dimensões continentais. Porém, somente três anos mais tarde que esse grande projeto comemorativo nacional ganhou de fato uma forma consistente e organizada.

O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados nº 278 de 1916 foi substituído por um criado em 1919 que agora continha cerca de cem artigos e estabelecia os critérios de criação da Comissão Comemorativa do Centenário e as exigências legais que esta deveria cumprir para executar o evento. O principal objetivo descrito no projeto era que se realizassem

<sup>107</sup> Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Exposi%C3%A7%C3%A3o\\_Internacional\\_do\\_Centen%C3%A1rio\\_da\\_Independ%C3%Aancia](https://pt.wikipedia.org/wiki/Exposi%C3%A7%C3%A3o_Internacional_do_Centen%C3%A1rio_da_Independ%C3%Aancia). Acesso em 20 Mar 2018.

demonstrações de patriotismo pela data em que se completava o primeiro século de emancipação política do Brasil tais eventos deveriam ser distribuídos pelo vasto território nacional. (JUNQUEIRA, 2010. p.73).

A data de sete de setembro acabou por ser esse “local temporal” de construção de discurso. Catroga (2009, p.48) bem aponta que quanto maior seja a repercussão coletiva e histórica sobre um determinado evento/momento, mais esta acaba por se tornar vítima de remodelagens, parcialidades e até abusos da memória. É um fenômeno recorrente.

### **QUE SE FAÇA CUMPRIR A LEI! A LEGISLAÇÃO EM TORNO DA CELEBRAÇÃO DO CENTENÁRIO**

Como uma das datas comemorativas mais marcantes da história do país, o Centenário de Independência do Brasil foi responsável por vários procedimentos administrativos, legais e normativos, para garantir todas as condições e organização dentro dos conformes e expectativas. Pois era de fato o primeiro evento a fazer por todo o país, em todos os estados da federação. Era necessário preparar a nação como um imenso palco. O evento em si teve mais atenção não somente por parte do governo, como da elite intelectual, das oligarquias, dos grandes latifundiários, dos partidos políticos, dos notáveis artistas da época, todos que detivessem algo capital político, social econômico estava de alguma maneira com seus olhos voltados para tal evento. Estava em jogo não somente a credibilidade do governo, da própria república, mas a reputação da nação mundo afora em contar sua própria história. Era preciso que o Brasil mostrasse tão grande em celebrar e propagandear seu triunfo de 100 anos de independência quanto era gigante em suas dimensões físicas.

Figura 4: Medalha da Exposição Internacional do Centenário da Independência (1922-1923), cunhada na Bélgica pela J. Fonson & Cia. Gravador: Godefroid Devreese



Fonte: Rodrigo O. L. - Obra do próprio<sup>108</sup>

108

Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Exposi%C3%A7%C3%A3o\\_Internacional\\_do\\_Centen%C3%A1rio\\_da\\_Independ%C3%A7%C3%A3o](https://pt.wikipedia.org/wiki/Exposi%C3%A7%C3%A3o_Internacional_do_Centen%C3%A1rio_da_Independ%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em 20 Mar 2018.

Um conjunto de leis e decretos foi criado para a comemoração. Em especial a lei que cria o MHN (consta completa no Anexo dessa monografia). Eis algumas delas, algumas não estão completas, somente sendo apresentados trechos que fazem menção ao centenário:

**LEI Nº 3.674, DE 7 DE JANEIRO DE 1919**, cobre alguns custos relacionados ao centenário:

Fixa a Despesa Geral da Republica dos Estados Unidos do Brasil para exercicio de 1919

O Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em exercicio:

Art. 88. O Presidente da Republica é autorizado a despender, pelo Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, no exercicio de 1919, com os serviços designados nas seguintes verbas

[...]

13. Serviço de Informações: Augmentada de 6:000\$ a dotação destinada a impressões e publicações, accrescentando-se na tabella, depois da palavra - publicações - inclusive 500\$ mensaes ao Instituto Historico e Geographico Brasileiro, para auxilio da organização do Diccionario Historico-Geographico e Ethnographico do Brasil, que terá de ser publicado no centenario da Independencia Nacional, devendo ser opportunamente fornecidos gratuitamente ao Ministério da Agricultura 50 exemplares.

[...]

Art. 98. O Presidente da Republica é autorizado a despender pelo Ministerio da Viação e Obras publicas, com os serviços designados nas seguintes verbas...

[...]

... de 120:000\$ para o custeio do serviço de determinações de posições geographicas pelo pessoal da Repartição Geral dos Telegraphos e subsidio para a organização da carta geral da Republica, commemorativa do Centenario da Independencia,”

[...]

Art. 112. O Presidente da Republica auxiliará com a quantia de 150:000\$ o Estado de Matto Grosso afim de poder ser concluida a carta geographica com que esse Estado deverá commemorar a data da sua elevação á Capitania e o Centenario da Independencia do Brasil, a 22 de abril de 1922, abrindo para isso os creditos necessarios.

Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 1919, 98º da Independencia e 31º da Republica.

DELFIN MOREIRA DA COSTA RIBEIRO

**LEI N. 1.719, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1919**, se refere à decisão Congresso Legislativo (equivalente a Assembleia Legislativa da atualidade) de São Paulo sobre o Centenário de Independência do Brasil:

Estabelece providencias necessarias á commemoração do centenario da Independencia do Brazil

O doutor Altino Arantes, Presidente do Estado de São Paulo,

Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º - Fica o governo autorizado:

a) a prover a realização das obras a que se refere a mensagem de 13 de Setembro de 1919, dirigida ao Congresso Legislativo do Estado, acompanhando a exposição de motivos da Secretaria do Interior da mesma data, e outras que se relacionem directamente com a commemoração condigna do centenario da Independencia do Brazil;

b) a emittir para occorrer ás despesas de que trata este artigo, inclusivé a construcção do palacio do Congresso Legislativo, apolicos de juros de 6% ao anno. amortizaveis no praso de 40 annos, até á importancia de 18.000:000\$000 ( dezoito mil contos de réis ).

Artigo 2.º - Revogam-se as disposições em contrario.

O Secretario de Estado dos Negocios do Interior, assim a faça executar.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo, 30 de Dezembro de 1919.

ALTINO ARANTES

Oscar Rodrigues Alves.”

**DECRETO Nº 4.555, DE 10 DE AGOSTO DE 1922**, sobre acréscimo de despesas públicas no exercício do ano 1922:

Provê as despesas publicas no exercício de 1922

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a seguinte resolução...

[...]

Art. 1º Na effectuação das despesas publicas, o Poder Executivo observará, no corrente exercicio as disposições desta lei, dentro dos limites das quantias de 85.931:211\$579, ouro, e 831.193:762\$780, papel, fixadas nas respectivas tabellas.

Art. 2º É o Poder Executivo autorizado a despender, pelo Ministerio da Justiça e Negocios Interiores, com os serviços designados nas seguintes verbas, as quantias de réis 3.201:020\$317, ouro e 94.809:042\$556, papel...

[...]

Para iniciar, por ocasião do Centenario da Independencia, a construcção do prolongamento da E. F. Central do Brasil, de Pirapóra a Belém do Pará, a partir de Pirapóra.....1.000:000\$000...”

Art. 99. É o Governo autorizado:

[...] 22, a entrar em accôrdo com a Prefeitura do Districto Federal para que esta lhe faça entrega de um dos edificios em construcção nos terrenos escolhidos para a Exposição do Centenario, afim de nelle se installar a Directoria, de Meteorologia em troca do velho edificio do morro do Castello, onde ora funciona a mesma repartição;...”



Art. 123. É o Poder Executivo autorizado:...

[ ...]

13. A mandar fazer serviços extraordinarios para que sejam impressos com urgencia todos os volumes da introdução Geral do Diccionario Historico, Geographico e Ethnographico do Brasil, que o mesmo instituto preparou para commemorar o centenario da Independencia e faz parte do programma official.”

Art. 146. E' o Poder Executivo autorizado:

A mandar cunhar, no paiz ou no estrangeiro, moeda de aluminio e cobre, dos valores de 500 réis a 1.000 réis, desnadas á commemoração do Centenario, as quaes substituirão as notas de 1\$000e 2\$000, que serão incineradas.”

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1922, 101º da Independencia e 31º da Republica.

EPITACIO PESSÔA Homero Baptista.

Creditos abertos de 1º de janeiro de 1920 a 30 de abril de 1921, por conta do exercicio de 1920

Ministerio da Justiça e Negocios Interiores

**DECRETO Nº 15.620, DE 19 DE AGOSTO DE 1922**, sobre a produção de moedas (cunhagem) comemorativas do Centenário de Independência:

Autoriza a cunhagem no paiz ou, no estrangeiro de moedas de aluminio e cobre dos valores de \$500 e 1\$, destinadas á commemoração do Centenario da Independencia.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante da lei n. 4.555, de 10 de agosto corrente, art. 146,

DECRETA:

Art. 1º Fica o ministro da Fazenda autorizado a abrir o credito de 4.800:000\$. para cunhar no paiz ou no estrangeiro moedas de aluminio e cobre, commemorativas do Centenario da Independencia, com valor, peso e modulos seguintes:

Valor - Peso em grammas - Modulos em millimetros

\$500..... 4 22,5

1\$000..... 8 26,7

Art. 2º As moedas terão uma liga, binaria composta do 91 % de cobre a 9 % de aluminio e serão serrilhadas.

Art. 3º A tolerancia para mais ou para menos no peso e na composição da liga dessas moedas será, respectivamente, de 2% 1%.

Art. 4º Estas moedas substituirão as notas de 1\$ e 2\$, que serão incineradas, feita a substituição em prazo razoavel fixado pelo Governo.

Art. 5º Taes moedas não serão admittidas nem na receita nem na despeza das estações publicas, nem nos pagamentos entre particulares, salvo o caso de mutuo consentimento destes, sinão até a quantia de 20\$000.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1922, 101º da Independencia e 34º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

Homero Baptista.

**DECRETO N.3.095, DE 12 DE SETEMBRO DE 1919**, sobre despesas para obras do Centenário da Independência Nacional:

Abre á Secretaria de Estado dos Negocios do interior, um credito especial de 500:000\$000 para occorrer ás despezas com as obras necessarias para a commemoração do centenario da Independencia Nacional.

O Presidente do Estado, usando da auctorização constante do artigo 2.º, da lei n. 1523. de 26 de Dezembro de 1916,

Decreta:

Artigo unico. - Fica aberto no Thesouro do Estado, a Secretaria de Estado dos Negocios do Interior, um credito especial de quinhentos coutos de réis (500:000\$000), para occorrer ás despezas com as obras necessarias para a commemoração do centenario da Independencia Nacional.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, 12 de Setembro de 1919.

ALTINO ARANTES.

Oscar Rodrigues Alves.

**DECRETO N. 2.861, DE 31 DE OUTUBRO DE 1917**, mais créditos para obra do Centenário de Independência Nacional:

Abre á secretaria de Estado dos Negócios do Interior, um credito de 500:000\$000 para occorrer as despezas com as obras necessárias para a commemoração do centenário da Independência Nacional.

O Presidente do Estado, usando da auctorização constante do artigo 2.º da lei n. 1.523, de 26 de Dezembro de 1916, decreta:

Artigo unico - Fica aberto no Thesouro do Estado, á Secretaria de Estado dos Negócios do Interior um credito de quinhentos coutos de réis (500:000\$000) para occorrer ás despezas com as obras necessárias para commemoração do centenário da Independência Nacional.

Palacio do Governo do Estado de S. Paulo. 31 de Outubro de 1917.

Altino Arantes. Oscar Rodrigues Alves

(BRASIL, 2018, *online*<sup>109</sup>).

O Brasil já possui uma longa tradição de confecção de notas e principalmente moedas de suas mais expressivas comemorativas, inclusive no campo das moedas até para

<sup>109</sup>

Disponível em:< <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

aniversários de alguns municípios. A comemoração do 1º Centenário de Independência do Brasil não haveria de ser diferente.

### **MOEDAS COMEMORATIVAS DO 1º CENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA 1922.**

Passando em 1922 o Primeiro Centenário da Independência do Brasil, o Governo da República comemorou o auspicioso acontecimento realizando na cidade do Rio de Janeiro uma exposição de caráter internacional. A comemoração, porém, mais durável que se fez naquela ocasião foi, sem dúvida, a emissão de três moedas cunhadas pela Casa da Moeda do Rio de Janeiro.

Para esse fim a Lei n.º 4.555, de 10 de agosto de 1922, autorizava o Poder Executivo a cunhar no País ou no estrangeiro moedas de alumínio e nos valores de 500 e 1000 réis, as quais deviam substituir as notas de 1\$000 e 2\$000.

O decreto n.º 15.620, de 19 de agosto do mesmo ano, dando execução a essa Lei, autorizava o ministro da Fazenda a abrir um crédito de Rs. 4.800:000\$000 para a cunhagem dessas moedas..."

Era óbvio que não se buscava uma fidelidade histórica, de um contar dos pequenos e grandes momentos, sequer se pensava em um diálogo da realidade local com os eventos históricos, seus objetivos eram antes e acima de tudo políticos e ideológicos nas partes diretamente interessadas.

### **CONSTITUIÇÃO DO ACERVO DA EXPOSIÇÃO**

A escolha do local da construção do Museu já nos dá uma direção sobre um fato comprovado, parte do acervo inicial do Museu Histórico Nacional é bélico, com espólios de batalhas, artilharia, vestimenta, quadros de autoridades dos altos patentes das Forças Armadas. Em decorrência disso o MHN também é um museu da vida militar do Brasil Império e do recém-formado Brasil República.

Como já dito anteriormente, o universo militar para Barroso lhe era algo atraente, parecia fasciná-lo de tal maneira que fez o museu ser parte integrante desse tema antes mesmo desse ser construído. Podemos dizer que antes do mundo militar estar presente no MHN, o museu instalou-se na vida militar já existente (prédios militares). Outro assunto também que lhe chamava atenção era a beleza da arte. De tal forma que a arte e o militarismo encontraram

no imaginário de Barroso, materializado no MHN, sua moradia e santuário para selar sua união e casamento. (CHAGAS, 2009, 77).

Tanto Barroso quanto o governo da época se esforçaram para jogar panos quentes no conflito decorrente da ruptura violenta com o antigo regime, fazendo de tal forma que a imposição da República na verdade fosse um processo quase natural e aceito por parte do governo anterior. Diferente do ocorrido na Revolução Francesa de 1789, que perseguiu e matou muitos membros da realeza, nobreza e aristocracia do governo monárquico anterior (tratado como um passado primitivo e vergonhoso ao qual era inevitável que fosse superado pelo povo), sem haver inclusive um processo de transição, a monarquia do Brasil não havia sido demonizada e muito menos mal representada, quiçá esquecida, mas enaltecida como gloriosa, elegante, uma época áurea de grandes feitos, de heróis históricos quase míticos, construindo para fins políticos uma ponte do passado imperial com o presente republicano a darem as mãos para construir um futuro. Era como se o primeiro lhes desse o Brasil de bom grado como uma herança e não como se tivesse sido a monarquia deposta no Brasil e seus líderes e apoiadores demitidos, presos, exilados ou mesmo mortos. O MHN dessa maneira se tornaria o local a relatar um “conto de fadas” sobre uma “conciliação” entre esses dois regimes.

O processo de criação da Exposição Internacional do Centenário de Independência lhe era um momento particularmente apoteótico, pois sentia que possuía em suas mãos o poder de reconstruir a história do país da maneira que mais lhe conviesse. Estava ele a forjar a memória da nação a próprio punho!

Nesse processo de criação da memória da nação, Barroso dividiu em duas categorias distintas quando se tratou da história militar. Na primeira secção estavam presentes marcantes momentos dos conflitos armados, as grandes guerras e batalhas travadas dentro e para além do território nacional, a exemplo de Mascates e Farrapos. Já a segunda secção se focou das figuras públicas em que ele (Barroso) enxergava como heróis e pais da pátria, a exemplos:

- I. O militar marechal Luís Alves de Lima e Silva, mais conhecido como Duque de Caxias;
- II. O militar general Manuel Luís Osório, também conhecido como Marquês do Herval;
- III. O militar almirante Joaquim Marques Lisboa, detentor do título de Marquês de Tamandaré;
- IV. O Imperador Dom Pedro I;
- V. O Imperador Dom Pedro II.

Quase tudo no Museu acabava por ser a manifestação de sua maneira de enxergar o mundo, inclusive indo de encontro ao que alguns historiadores de sua época concebiam por método historiográfico. Barroso queria impor sua versão do nascimento da nação, não havia espaço para uma crítica ou uma perspectiva dos eventos dos dois lados do conflito, muito menos a visão das minorias e menos favorecidos. De certa maneira, o povo em si era expectador ou quase completamente apagado de ser parte direta e atuante da história de sua própria nação.

Ainda assim, havia uma preocupação em manter um mínimo de cientificidade na instituição e nas suas exposições. Dessa forma, ele procurou realizar um estudo sistemático das coleções de medalhas, brasões, selos e moedas, ou seja, das fontes materiais existentes no museu.

### 3.3 CRÍTICA DA ÉPOCA - UMA VOZ NEGRA SUBURBANA - LIMA BARRETO

Figura 1 – Maquete de um engenho de açúcar no Museu Histórico Nacional – MHN. Artista plástico Antônio de Oliveira.



Fonte: Rômulo Fialdini - Livro MHN - Banco Safra<sup>110</sup>

Como principal fonte de avaliação crítica do processo de elaboração da Comemoração do Centenário de 1922, faremos uso da produção de Lima Barreto.

<sup>110</sup> Disponível em: < <http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e330c04.htm/>>. Acesso em 08 Mar 2018.

Era uma simples manifestação de um sentimento geral e era contra esse sentimento, aos poucos descoberto por mim, que eu me revoltava. Vim descendo a rua, e perdendo-me aos poucos no meu próprio raciocínio. Preliminarmente descobria-lhe absurdos, voltava ao interior, misturava os dois, embrulhava-me. No largo do Machado, contemplei durante momentos aquela igreja de frontão grego e colunas dóricas e tive a sensação de estar em país estrangeiro (BARRETO, 1995, p. 43).

A epígrafe acima traz uma rápida apresentação do seu mundo literário que aponta o país Brasil completamente oposto ao que era pintado pelos demais intelectuais e pelo Estado de sua época. Lima Barreto vocifera sobre uma nação que torna o sujeito negro como um não-cidadão, que mesmo nascido aqui é tratado como corpo estranho não aceitável, como um forasteiro, e que ele na mesma obra quase auto-bibliográfica constata um fato: Esta terra é controlada por gente de fora, por pessoas que sequer aqui nasceram mas são muito mais bem tratadas que os filhos da dita “mãe gentil”. Assim, se torna nítido que este autor não é somente uma figura interessante a constar, mas uma perspectiva necessária para este trabalho monográfico.

Afonso Henriques de Lima Barreto foi um jornalista, escritor, romancista, contista, cronista, ensaísta, enfim, um homem negro de avós escravizados e pais libertos. Fez da arte de escrever sua principal forma de se expressar em um Brasil que o negava como filho, era um quadro do arquétipo da “Ovelha negra da família” em múltiplas leituras dessa expressão. Nasceu em 13 de maio de 1881, no bairro de Laranjeiras da cidade do Rio de Janeiro, menos de oito anos antes de a Lei Áurea ser assinada (1888), logo, veio ao mundo ainda num país escravocrata, o último país do planeta a abolir a escravidão.

O próprio se definia como “Negro, morador do subúrbio, desleixado e contraditório” (GELEDÉS, 2017, online<sup>111</sup>). Lima Barreto foi um notável intelectual ignorado, desprezado, discriminado, um dos grandes escritores marginais do Brasil no século XX, por sua literatura e produção jornalística falava de sujeitos sem voz, de figuras desiludidas com a realidade visceral e crua, de pessoas que não eram normalmente retratadas pela literatura predecessora e nem contemporânea de uma maneira séria e honesta, eram sujeitos do imaginário literário que normalmente ocupavam papéis de figurantes e caricaturados, não de protagonistas de sua própria história, vitórias e tragédias.

Autor de obras que só ganharam repercussão nacional e internacional póstuma, se consagrando na literatura brasileira, a exemplos: Triste fim do Policarpo Quaresma (1915) e

---

<sup>111</sup> Página do Geledés sobre Lima Barreto - Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/lima-barreto-e-o-racismo-nosso-tempo/>> Acesso em 08 Mar 2018.

Clara dos Anjos (escrito em 1922, mas só publicado após sua morte, em 1948), ambas as obras são peças hoje obrigatórias nas escolas e muito presentes nos textos dos vestibulares e nos estudos da literatura brasileira. Além dos livros, escreveu muitos artigos, matérias, críticas, crônicas, folhetins, algumas com seu próprio nome e outras com pseudônimos. Porém, parte desta produção somente se tornaram conhecidas em 2016, a partir da publicação do livro “Sátiras e outras subversões”, organizadas por Felipe Botelho Corrêa.

Em sua mais recente bibliografia, produzida pela antropóloga Lilia Moritz Schwarcz, Lima Barreto: Triste Visionário, livro lançado em 10 de julho de 2017, pela Companhia das Letras:

[...] da minha parte, eu comecei a notar nos escritos, seja nos romances, nos contos, sobretudo nas crônicas, a questão racial era uma questão fundamental, e também na correspondência pessoal, e que marcou a existência do Lima Barreto. Tanto que ele é na sua obra descreve os personagens a partir das cores, a partir dos tons, descreve a partir das situações de exclusão social, situações de discriminação racial. Então, quer me parecer que seu primeiro livro publicado, Recordações do Escrivão Isaías Caminha, começa com essa cena traumática, ou seja, dele saindo do interior, Isaías Caminha, indo pra cidade e sofrendo a discriminação. Então, me parecia que essa é uma questão do nosso tempo, mas que era uma questão presente na obra do Lima Barreto” (trecho da entrevista de Lilia Moritz Schwarcz fornecida à TV Cultura<sup>112</sup>).

Fazia de seus contos e romances um quadro realista do seu visceral cotidiano de discriminação sobre estes assuntos, incomodava, e incomodava propositalmente, premeditadamente. “Ele achava que os negros só poderiam ser socialmente integrados através da luta e do constante incômodo. Por isso, denunciava que a escravidão não acabou com a abolição, mas ficou enraizada nos menores costumes mais simples” constata sua biógrafa (FONTE). Aperfeiçoava sua escrita crítica através de um cenário do ‘Rio de Janeiro expandido’, fugia da corrente da escrita predominante que fazia dos bairros do centro o palco dos acontecimentos, buscava dar vida aos subúrbios e os moradores desses. Descrevia detalhadamente esse cotidiano, pessoas em especial figuras marcantes, seus lugares tais como os bares, igrejas, costumes e forma própria de viver e se comunicar desse universo do Rio de Janeiro não visto e quando visto ignorado. Indo a contramão de seus conterrâneos,

---

<sup>112</sup> Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=7x10CRo\\_Vtk/](https://www.youtube.com/watch?v=7x10CRo_Vtk/)>. Acesso em 19 Mar 2018.

secundarizava ou mesmo sequer mencionava com alguma profundidade a já exaustivamente escrita sobre a burguesia branca carioca e seu ambiente de convívio.

Lima Barreto não pode ser tratado meramente como um antinacionalista, mas um crítico do discurso da Democracia Racial inculcado nesse nacionalismo à brasileira. Havia em sua escrita uma seriedade e engajamento crítico ao nacionalismo exacerbado que predominava sua geração, um combate à alienação do Ufanismo que impregnava a Velha República. Em sua escrita, que ele próprio declarava ser ‘militante’, colocava em evidência a realidade social em oposição ao romantismo nacionalista vigente, apontando, entre os vários temas decorrentes, estava a não ruptura dos privilégios aristocráticos e militares existentes de épocas anteriores que foram propagandeadas como já superadas pela implantação do republicanism no Brasil, ele falava de corrupção, da falência da ética dentro do Estado.

Para a manutenção de uma avaliação honesta, é necessário frisar que Lima Barreto infelizmente não pôde participar presencialmente dos festejos do Centenário. No ano de lançamento da Exposição do Centenário já se encontrava debilitado em seu leito de morte, falecendo em sua casa no Rio de Janeiro, na data de 1º de novembro de 1922 de complicações cardíacas aos 41 anos de idade, após longo período de luta contra o alcoolismo, a depressão e a alegação de loucura que resultou em constantes internações em manicômios. Porém, estava entre os muitos intelectuais de sua geração que acompanhavam de perto os processos de organização dos preparativos e avaliavam de várias as decisões políticas tomadas em relação a esse que foi um dos mais aguardados eventos da história do país, e com particular elemento, era ele um dos poucos com uma visão crítica sobre a representação histórica duvidosa desse grande evento.

O ponto de partida da avaliação se dá através de sua publicação no periódico, a revista A.B.C. no dia 17 de janeiro de 1920, em que Lima Barreto apresenta uma avaliação do clima que anda impregnando o país, em especial a sociedade carioca da época. Sua primeira crítica ocorre com sua avaliação sobre o fetiche em torno da exatidão de comemoração do centenário, se focar no ano de 1922, diz:

Não tenho a data em grande conta, e não a acho certa. A nossa independência, ou se deu um pouco antes ou se deu um pouco depois, quando Portugal a reconheceu. Mas o tempo, portanto, de uma data não passa afinal de uma criação do nosso entendimento; nada fora de nós dá-lhe existência; e, estando todos nós a aceitar o tal de 7 de setembro como marcando nossa separação política de Portugal, não vale a pena epilogar a respeito. É um fato (BARRETO, 2004, p.101).



Lima Barreto demonstra no trecho acima sua sagacidade no entendimento sobre o fenômeno social da data. Expressa sua dimensão particular, sobre o fato real e por fim sobre sua dimensão coletiva. Primeiro, pessoalmente, não lhe atribui valor ou importância, não era um apaixonado patriota, nacionalista, um ‘orgulhoso brasileiro’ e sua trajetória de vida desenha as motivações mais do que legítimas de tal sentimento de desprendimento identitário. Destrincha logo em seguida sobre como se haveria dado os desdobramentos do processo da Independência, apontando a imprecisão temporal definitiva para que se diga intempestivamente que na data do sete de setembro o Brasil se desgarrou das garras da dominação de Portugal. Mas reconhece que a data, como a grande maioria das demais, tem na dimensão da sociedade o que lhe dá existência e corpo, e nisso não há mais o que se dizer, para todos os efeitos, o fato se dá nessa data mesmo que uma pesquisa historiográfica possa contestar que não exatamente foi dessa maneira como nos é transmitida. A consagração advém da sociedade que a legitima.

Outro fenômeno um tanto dramático ou mesmo tido como tragicômico do espírito ufanista da época, avaliado por Lima Barreto, se deu pela tentativa de reprodução da monumentalidade portuguesa. A prefeitura da cidade do Rio de Janeiro chegou a propor erguer no alto do Morro do Castelo uma reprodução, em miniatura, do famoso Castelo da Pena<sup>113</sup>, que existe nas proximidades de Lisboa, a fim de festejar o centenário. Sua crítica é, como não deixaria de ser, ácida. Porém, há uma possibilidade de crítica em desfavor a sua análise, por desmerecer o castelo por lhe soar ‘semimourisco’ e logo, tratado por Barreto como inferior e arcaico, de uma época não digna de menção da história portuguesa (O estilo mourisco representa a marca da época da Invasão Árabe a partir do norte da África, ocupando uma vasta região da Península Ibérica – hoje territórios de Portugal, Espanha e parte da França), não condizendo com Portugal Renascentista que haveria de aqui ter chegado, propondo a exemplo o Mosteiro da Batalha<sup>114</sup>, de estilo gótico manuelino.

Em 1920, o seu incômodo com a criação de certas tradições foi novamente expresso na crônica “Livro de Viagens”, publicada em dia 16 de abril no periódico Gazeta de Notícias.

---

<sup>113</sup> O Castelo da Pena, hoje denominada de Palácio Nacional da Pena, construída em 1910 no morro da vila de Sintra, na região metropolitana de Lisboa. É o primeiro palácio europeu desse estilo do romantismo revivalista (em que se nota influência do neogótico, neomanuelino, neo-islâmico, mourisca, neo-renascentista, com outras sugestões artísticas como a indiana), principalmente porque nessa época estava em voga o fascínio pelo exotismo (elementos externos) exacerbado.

<sup>114</sup> O Mosteiro da Batalha é um prédio medieval localizado na vila de Batalha, região das Beiras. Teve sua construção iniciada no séc. XIV e finalizado no XVI. Seu estilo predominante é o gótico tardio português, o manuelino, muito próprio de Portugal.

Procura discutir a forma como livros de viagens escritos por diplomatas abordam nações consideradas exóticas. É necessário importante apontar que nesse livro Barreto já apontava os prejuízos e manipulações dos processos de construção de tradições pela História. Em suas observações, descreve:

A impressão de leitura mais forte que me ficou do livro do Senhor Oliveira Lima foi o esforço extraordinário feito pelos argentinos para criar um passado, para organizar tradições. Os seus publicistas, os seus poetas, os seus novelistas, andam em busca de ninharias de anteontem para transformar em motivos de epopéias e longos e substanciais estudos. [...] Tanto para lá como para aqui, não me cabe censurar tal cousa; mas lembro que tradição só é tradição aquela que se faz espontaneamente e sem esforço é guardada na memória de todos, dispensando qualquer preocupação de exatidão e estreita veracidade histórica. A tradição palpável e documentada só pode se relatório. [...]

Guardar muito minuciosamente cousinhas desvaliosas de uso de personagens que amanhã serão desvaliosos não pode formar tradição alguma. A história e a tradição não são feitas pelos contemporâneos nem pela geração que se segue. Pedem para serem feitas algumas gerações adiante [...] é povo argentino. [...]

Mesmo em literatura, a obra só nos fala de autores consideráveis, não há dúvida, mas de autores cujo mérito a importância de sua posição social torna de alguma forma suspeito.

Nas nossas democracias sul-americanas, sequiosas todas de medalhas e considerações, os poderosos não deixam aos humildes nem o direito de dizerem tolices em prosa ou verso. Eles o tomaram também para si. (BARRETO, 2004, p. 167-168).

No que se refere à crítica acima produzida por Lima Barreto, se nota sua desaprovação à prática do “florear” o processo histórico e como as autoridades e os heróis em países tão famosos pelo charlatanismo e desvio ético se tornaram ‘tradição de inventar tradição’ nos deveria fazer duvidar de toda figura que venha a receber algum mérito ou condecoração, ou mesmo algum reconhecimento tardio sem que fossem em sua respectiva época de fato alguma importância. Com especial cuidado referente às figuras públicas responsáveis pelo ‘contar’ da história da formação da nação e seu exercício ‘imaginativo’ de trazer figuras e fatos que estão bem distante daquilo como foram.

Mais a seguir o autor da poderosa crítica ao patriotismo através de sua obra Triste fim do Policarpo Quaresma, aponta mais uma vez sua visão sobre as comemorações do centenário, escritas dentro da revista Caretas, em 1922, sua crônica O Centenário é uma nítida e direta crítica ao cenário que se desenha:

[...] O observador imparcial não vê nele nenhum entusiasmo, não lhe sente no âmago nenhuma vibração patriótica. Se não há, na nossa pequena gente, indiferença; há, pelo menos, incompreensão pela data que se comemora. [...] o nosso povo carioca [...] nunca levou a sério as datas nacionais, sempre elas mereceram essa atitude displicente que está tomando agora como o “Centenário”, festejado tão pomposamente com bailes e banquetes. [...]

“Que me adianta José Bonifácio, Pedro I, Álvares Cabral, o Amazonas, o ouro de Minas, se levo a vida a contar vinténs, para poder viver?” Um tal estado de espírito não é favorável para entusiasmos patrióticos, ao contrário, há de trazer depauperamento e abatimento geral. [...] Um pobre chefe de família tem que pensar constantemente no dia de amanhã.

Terá ele tempo de impressionar-se com festividades patrióticas em que mais predominam jogos de bola e outras futilidades do que mesmo manifestações sérias de culto ao país e a seu passado? (BARRETO, 2004, 563)

É nítida no trecho acima a reafirmação de algumas de suas primeiras críticas ao ‘o que há a se comemorar como data nacional, se a própria população não a reconhece?’ e nos faz imaginar inclusive de quantas datas teriam passado pela ‘reforma’ promovida pela ala intelectual do país adjunta a um governo que investiu para que estas ganhassem as dimensões necessárias da farsa. Além de que, fez uma pergunta pertinente sobre tais processos ‘que camada da população teria algum motivo real para se importar e comemorar estes custosos preparativos do Centenário de Independência? A população pobre, majoritariamente negra, cuja preocupação primária está em buscar sobreviver, não sente o que se orgulhar e nem o que se festejar. O que nos faz perceber que tal evento não tem de fato como objeto de interesse o povo que constitui o país, mas uma elite e uma oligarquia que precisa vender a imagem de que o país tem mais do que motivos de orgulhar-se de sua história.

Lima Barreto segue com suas críticas pontuais em outros periódicos, avaliando acima de tudo os processos motivacionais de como se deram os desdobramentos das decisões tomadas apresentando as estranhezas e vícios. E se lança com suas inquietações ao fim a questionar todo o processo de criação dos festejos e o desvio histórico dos fatos relatados, escancarando os interesses políticos que distorcem e deturpam a criação da própria nação, sendo logo está em parte uma farsa orquestrada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma analogia ao filme – O Nascimento de uma Nação<sup>115</sup> – podemos ver que o Museu Histórico Nacional perpetua os discursos hegemônicos da época. A elite brasileira é constituída quase em sua totalidade por famílias de origem europeia, descendentes de membros da corte portuguesa, da elite militar e da burguesia (mercadores) que possuem entre uma das mais fortes tradições, a posse sobre imensas propriedades de terras, latifúndios e fortunas constituídas através da exploração da mão de obra em regime de escravidão, regime esse que se perdurou por mais de quatro séculos, só se findando legalmente com a assinatura da Lei Áurea no ano de 1888.

Há muitas similaridades entre o discurso proferido pelo MHN e o já citado filme, a própria presença de pessoas negras é nula, e quando há é de uma maneira caricata e negativa. Enquanto ao filme nós observamos o uso do recurso *blackface*<sup>116</sup>, em que atores brancos pintam suas faces de maneira jocosa, a interpretar de maneira depreciativa o modo comportamental da população negra dos EUA, no MHN o único setor que cita sobre a questão da escravidão é uma maquete de um Engenho de Açúcar, em que bonecos negros parecem pacificamente a cumprir com suas tarefas forçadas de produzir o açúcar e de fazer o transporte das sacas. Não há uma única menção de grandes figuras da resistência negra durante a comemoração do centenário de Independência, perpetuando o ideal de salvadores brancos, mais conhecidos como os patriarcas da nação, figuras, como Dom João e o Marechal Rondon.

Outra prova contundente do não diálogo com os setores subalternizados da população incluem a invisibilidade existente no discurso dos eventos históricos de resistência negra em

---

<sup>115</sup> O Nascimento de uma Nação é um filme homônimo dos EUA, lançado em 8 de abril de 1915. O filme fez um grande sucesso por todo o país. Porém, recebeu duras críticas por ser racista, retratando afro-americanos (interpretados por atores brancos fazendo *blackface*) como estúpidos e agressivos e violadores de mulheres brancas. Além disso, também retrata o grupo supremacista branco Ku Klux Klan de maneira heroica e salvadora da nação.

<sup>116</sup> *Blackface* é uma prática racista que se dá pela interpretação de indivíduos brancos a se caracterizarem de negros, quase sempre em tom humor pastelão, que é um dos fortes elementos dessa representação. No Brasil um dos mais famosos usos desse recurso teatral discriminatório e depreciativo é a fantasia de ‘Negra Maluca’, quase sempre a pessoa branca se pinta de negra, usa um cabelo *blackpower* (cabelo crespo, típico da população negra, para cima, em formato similarmente esférico), seios e nádegas enormes de posição e anda pelas ruas interpretando uma mulher negra com problemas mentais.

uma de suas mais longas exposições que seguem até hoje, denominada de – A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO 1822-1889<sup>117</sup> – nela há em sua legenda a seguinte descrição:

Mostra o processo de construção da Nação e seus desafios. São abordados: os conflitos e as soluções sob a égide do Imperador D. Pedro I; sua abdicação e retorno a Portugal; o cumprimento da Constituição de 1824; a consolidação do Estado Imperial; a economia baseada na mão de obra escrava; a guerra da Tríplice Aliança; a atuação da Princesa Isabel; a abolição da escravidão, o exílio a partir da Proclamação da República. O Imperador D. Pedro II é apresentado a partir de três enfoques: o filosófico e sua relação com os avanços artísticos, científicos, tecnológicos: o Imperador por ele mesmo, com frases do próprio revelando seu modo de ver temas como a educação, o dever do Estado, a saúde, etc. e o Imperador visto pela imprensa. Em exposição, exemplar raro da medalha intitulada Peça da Coroação de D. Pedro I, a mesa da Constituinte de 1824, símbolos do segundo reinado e pinturas monumentais como Combate Naval do Riachuelo e Último Baile da Ilha Fiscal (2018, IDEM nota de rodapé 107)

Figura 5 – Fotografia ilustrativa da exposição - A CONSTRUÇÃO DA NAÇÃO 1822 - 1889



Fonte: Vestido da família imperial brasileira<sup>118</sup>

Como podemos ver, a exposição de nome notavelmente sugestivo, apresenta o completo apagamento negro na formação da Nação, sendo esta expressiva parcela da população (aprox. 51%) vista na raça parte que é mencionada como meros coadjuvantes de um ‘protagonismo’ questionável por parte da imagem que se construiu em torno da Princesa

<sup>117</sup> Disponível em: <<http://mhn.museus.gov.br/index.php/a-construcao-da-nacao/>>. Acesso em 18 Mar 2018.

<sup>118</sup> Idem, nota de rodapé 107.

Isabel como ‘A Redentora’, a literatura acadêmica dos últimos anos coloca em cheque sua boa-disposição nos processos que se findaram na assinatura da Lei Áurea.<sup>119</sup>

Conclui-se que ainda há uma forte colonização no contar a história dos processos formativos da nação do Brasil, em que a população negra, que é tema dessa monografia, não se vê representada para nada além de uma referência repetidamente reforçada de sua existência resumida a uma quase aceitação do regime escravocrata e agradecida pela assinatura da Lei Áurea. Onde está a história negra que constituiu a sangue, suor e lágrimas deste país? Continua-se a repetir práticas de esquecimento que nos remetem a uma das mais cruéis práticas de apagamento existencial por parte do regime de colonização, em que a população dos países de Benin, dentre outros, antes de embarcarem nos navios negreiros eram obrigados a dar voltas (9 voltas homens, 7 voltas mulheres) na Árvore do Esquecimento<sup>120</sup>. Árvore essa descrita pela população nativa com propriedades mágicas, em que aos que completassem todas as voltas iriam esquecer seus nomes, suas famílias e sua terra, tudo que os fazia serem quem são, uma verdadeira morte ontológica, uma morte em vida.

O Museu Histórico Nacional assim se torna parte desse apagamento de interesse colonial, sua memória existe para sobrepor uma outra história, um outro olhar. Um monólito da história hegemônica que resulta em esquecimento de todo um povo.

---

<sup>119</sup> Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-lado-b-da-princesa-isabel/>>. Acesso em 20 Mar 2018.

<sup>120</sup> A Árvore do Esquecimento citado é a espécie Baobá. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/11-lugares-de-memoria-da-escravidao-na-africa-e-no-caribe/>>. Acesso em 08 Mar 2018.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO DOS SANTOS, Paulo. Todos temos problemas... Museus etnográficos e desenvolvimento na Europa “Ocidental”.

ATHIAS, Renato. Museus, Objetos Etnográficos e Pesquisa Antropológica: um debate atual. Artigo. **Revista ANTHROPOLÓGICAS** periódico do Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFPE, Recife, Ano 19, V. 26: 20 p, 231-250, 2015.

BARRETO, Lima. Recordações do Escrivão Isaías Caminha. 1995.

BARRETO, Lima. In: RESENDE, Beatriz & VALENÇA, Rachel. Vol. II (1919-1922). Rio de Janeiro: Agir, 2004.

BARRETO, Lima. In: RESENDE, Beatriz & VALENÇA, Rachel. Vol. I (1890-1919). Rio de Janeiro: Agir, 2004.

BARRETO, Lima. Diário íntimo: memórias. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

BARRETO, Lima. Contos completos. Organização: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhias das Letras, 2010.

BERNIER, François. **Nouvelle Division de la Terre par les différentes Espèces ou races d'homme qui l'habitent, envoyé par un fameux Voyageur à M. l'abbé de la.** Journal des sçavans. 1684.

BEZERRA, Elvia. **Gustavo Barroso.** Série Essencial. Academia Brasileira de Letras (org). Editora Imprensa Oficial - SP (IMESP). 2009.

BITTENCOURT, José Neves. Território largo e profundo: os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial (1808-1889). Niterói, UFF. **Tese de doutorado**, 1997.

BRANDÃO, C. R. **O que é método Paulo Freire.** São Paulo. Brasiliense. 1981.

BUSH, Barbara. **Imperialism And Postcolonialism.** Editora Pearson Longman. 2006. ISBN 978-0-582-50583-4.

CARNEIRO, Sueli. Em seu artigo eletrônico “**Em Legítima Defesa – Sueli Carneiro**”, 2005. Acesso em 02/10/2015. <http://www.geledes.org.br/>.

CARONE, Edgard. A República Nova (1930 – 1937). Rio de Janeiro, Editora Difel, 1974.

CHAGAS, Mario. Casas e portas da memória e do patrimônio: tensão, devoração e adjetivação.

CHAGAS, Mario. Memória e Poder: contribuição para a teoria e a prática nos ecomuseus.

CHAGAS, Mario; ABREU, Regina.(Orgs.). **Memoria e Patrimônio: ensaios contemporaneos**, 2ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Editora Lamparina, 2009.

CHAGAS, Mario. (Org.). **Museus: antropofagia da memória e do patrimônio**.

COSTA, Allan. **O Museu das Civilizações Negras e a memória como instrumento de poder**. Artigo. Disponível em: < \_\_\_\_\_ > Acesso em:

COSTA, Julia Furia. O "culto da saudade": história e passado na criação do Museu Histórico Nacional (1922-1924). 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

COUTINHO, David Barreto. Artigo: Memórias de um chefe da milícia verde: A trajetória de Gustavo Barroso e o integralismo. Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO, 2012.

DESVALÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. 100p.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**, 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

FREITAS BRANCO, Jorge. **Significados Esgotados - Sobre museus e coleções etnográficas**.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1986.

FERREIRA, Marcus. **O Integralismo na cidade de Matão, Oswaldo Tagliavini e sua máquina de idéias**. Rio de Janeiro: Editora CBE, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, volume I, parte cinco. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. Editado por Jeremy R. Carrette. **Religion and culture: Michel Foucault**. [S.l.: s.n.], 1999. ISBN 0-415-92362-X.

JAPIASSU, Hilton. **O Mito da Neutralidade Científica**, Rio de Janeiro, Imago Editora, 1975.

JUNQUEIRA, Julia Ribeiro. **Jornal do Comercio: cronista da História do Brasil**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2010 (dissertação de mestrado).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LE GOFF, Jacques - **História e memória**. Editora da UNICAMP. Edição 70. Campinas. 1990.



LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e Patrimonialização: Formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. In: **ENANCIB** (15) - XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação 2014, 2014, Belo Horizonte. Anais XV ENANCIB 2014, GT 9 ? Museu, Patrimônio e Informação. Belo Horizonte: ANCIB; PPGCI UFMG, 2014. p. 4335-4354.

LIMA, Manuel e ABREU, Regina e ATHIAS, Renato. (Orgs.). **Museus e Atores Sociais: Perspectivas Antropológicas**. 1ª Ed. Recife: Editora UFPE, 2016. 290p.

LODY, Raul. **O negro no museu brasileiro**. Construindo identidades. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil, 2005.

MENEZES, Eduardo Diatahy B. de, **Gustavo Barroso: um cearense “ariano”**. Fortaleza, Museu do Ceará, Secult, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Em entrevista cedida a Camila Souza Ramos e Glauco Faria da Revista Fórum de agosto de 2012.

<http://www.revistaforum.com.br/blog/2012/02/nosso-racismo-e-um-crime-perfeito/>

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO-PENESB. Rio de Janeiro, 2003. Anais... Rio de Janeiro, 2003.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Editora EPU/MEC - São Paulo - 1ª Reimpressão, 1976.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. Editora Paz e Terra S/A. Rio de Janeiro/RJ. 1978.

NASCIMENTO JR, José; TRAMPE, Alan e SANTOS, Paula Assunção dos. (Orgs.) **Mesa Redonda de Santiago do Chile 1972: Mesa Redonda sobre la Importancia e el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo** - Editora IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus, 1ª Edición – Brasília, 2012. ISBN: 978-85-63078-26-1.

OSCAR, Aquino Jesus. **História das Sociedades Americanas**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

PINHO, Osmundo, VARGAS; João (Org.). Coleção UNIAFRO, Volume 15. **Antinegitude: O impossível sujeito negro na formação social brasileira**. Editora UFRB. Cruz das Almas, 2016. Antropólogo UFRB.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - Convenção Para A Prevenção E A Repressão Do Crime De Genocídio (1948). Acessado em 03/10/2015.  
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/instrumentos/genocidio.htm>

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica**. 15ª edição. editora Petrópolis, 1990.

RANKEL, Luis Fernando. A construção de uma memória para a nação: A participação do museu paranaense na exposição antropológica brasileira de 1882. Curitiba, UFPR. **Dissertação de mestrado em História**, 2007.

RAJSHEKHAR, V. T. Dalit – **The Black Untouchables of India** (2nd ed.). Clarity Press. ISBN 0-932863-05-1, 2003.

RAPOSO, Luis. Uma viagem aos museus com paragem prolongada no Museu Nacional de Arqueologia. Disponível em <<http://home.fa.utl.pt/~jaguiar/MIARQ/Luis%20RaposoAula3MIARQ.pdf>> Acesso: 26 de mar. 2018.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Descolonizar el Saber, Reinventar el Poder**. Montevideo, Uruguay. Editora Trilce, 2010.

SANTOS, Boaventura de Souza e MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS GONÇALVES, José Reginaldo. **Antropologia dos objetivos** - Coleções, Museus e Patrimônios. Livro, p. 252.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A Escrita do Passado em Museus Históricos**. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2006.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado: Cultura da memória e guinada**. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2007.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos**. São Paulo: CENGAGE Learning, 2012.

Mesa Redonda de Santiago do Chile 1972: Mesa Redonda sobre la Importancia e el Desarrollo de los Museos en el Mundo Contemporáneo - Editora IBRAM, 1ª Edición – Brasília, 2012.

STANTOR, Gregory. **The 8 Stages of Genocide, Genocide Watch**, 1996. (em inglês) Acessado em 03/10/2015. <http://www.genocidewatch.org/aboutgenocide/8stagesofgenocide.html>

TRINDADE, H. **Integralismo: O fascismo brasileiro na década de 30**. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1979.

WALTER, Michael. **Contract Social**. In: HONDERICH, Ted. (Ed.). *The Oxford companion to philosophy*. New York: Oxford University Press, 1995.

LIMA FILHO, Manuel F.; ABREU, Regina e ATHIAS, Renato (orgs.). **Museus e Atores Sociais: perspectivas antropológicas**. Recife: Editora UFPE, 2016.